

Este exemplar corresponde à redação final
da Tese defendida pela Sr. Ana Lúcia
Duarte Lanna, e aprovada pela Comissão
Julgadora.

Campinas, 20 Dezembro 1985.

Fernando Antônio Novais

Ana Lúcia Duarte Lanna

A TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO

a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira

1870-1920

Dissertação de mestrado apresenta
da ao Departamento de História do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas sob a orientação do
Prof. Dr. Fernando Antônio Novais

Campinas/1985

L28t

6921/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Mariano, Luciana, Márcia,
Flávia, Custódio, Tadeu,
Eduardo, Miriam,
Mariana e Marina
pela certeza do afeto

Lucinha e Sergio
pelo tempo, atenção e
paciência

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Orientador Fernando A. Novais pelas discussões, que ao longo dos últimos anos, possibilitaram desde a definição do tema até à redação final desta dissertação.

Aos Professores Peter Eisenberg, Ademir Gebara, Robert Slenes cujas leituras, discussões e sugestões permitiram o aprimoramento da versão inicial deste trabalho.

À FAPESP que através da bolsa de pesquisa a mim concedida nos anos de 1984/85 possibilitou a realização desta dissertação.

ÍNDICE	página
INTRODUÇÃO	1
O Tema	1
O Desenvolvimento do Tema	6
Material Utilizado	9
Capítulo I	
O CAFÉ EM MINAS	14
Minas Gerais no século XIX	14
O Café na Mata mineira	26
A Cafeicultura na Mata de 1870 a 1920	33
Capítulo II	
MINAS E SÃO PAULO: UMA ANÁLISE COMPARADA	47
Minas Gerais e a abolição gradual	57
O Congresso Agrícola	64
As propostas do Congresso Agrícola	68
I - Capitais para a lavoura	70
II - Instrução Agrícola	74
III - A questão do Trabalho	76
IIIa O Trabalhador Nacional	78
IIIb O Imigrante	81
Os chineses	81
O europeu	83
IIIc Os libertos, Ingênuos e Agregados	89
Capítulo III	
A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	93
As Políticas de Imigração	97

O Trabalhador Fixo: O Parceiro	111
O Trabalhador Temporário e Assalariado: o migrante sazonal	120
Os núcleos de colonização	128
CONCLUSÕES	139
Anexo I	147
Anexo II	151
Anexo III	157
Bibliografia	159

Illms. Srs.

"Incumbido por deliberação da directoria da Associação Promotora de Immigração em Minas, em sessão de 4 de fevereiro do corrente anno, de ir à provincia de S. Paulo estudar a transformação do trabalho, e bem assim todo o serviço attinente à immigração; venho, em desempenho dessa commissão, submetter à vossa illustrada consideração o relatório junto.

Não encontrareis phraseado elegante nem aprimorado estilo, mas em phrases simples, exposição exacta e escriptulosa, de tudo quanto observei e examinei.

Muito folgarei se este modesto trabalho satisfizer os intuitos dessa illustre directoria, podendo assegurar que não poupei esforços para corresponder à confiança em mim depositada."

(Dr. Francisco de Paula Lázaro Gonçalves)

Relatório apresentado à Associação Promotora
de Immigração em Minas

INTRODUÇÃO

O Tema

O objeto desta dissertação, a passagem para o trabalho livre na região cafeeicultora da Mata mineira, é entendida como parte de um processo mais amplo: a transição capitalista no Brasil.

A transição capitalista em questão se define pela nova divisão internacional do trabalho, base das relações imperialistas; pela crise dos anos 80, pela expansão do movimento internacional de capitais e, no plano interno, pela disponibilidade de capital aliada à rápida expansão da cafeeicultura, que determinou alterações profundas na estrutura econômica e social (desenvolvimento dos transportes, incremento da vida urbana, etc.).

Este processo de desenvolvimento capitalista, caracterizado pela conjunção dos fatores citados, penetra e domina de novas formas a economia nacional. Exemplo marcante são as concessões para serviços públicos cedidas ao capital internacional, basicamente inglês, e a crescente exportação de capitais e maquinarias. Concomitantemente, a presença de um Estado Nacional, com a ruptura do exclusivo comercial e do Antigo Sistema

Colonial(1), e a previsibilidade do fim da escravidão com a abolição do tráfico negreiro rompem o caráter colonial da produção inserindo-a na nova divisão internacional do trabalho.

O café é neste momento a maior e mais importante cultura de exportação nacional. A demanda mundial cresce rapidamente, devido à sua inclusão na pauta de consumo das diversas classes sociais européias. Não se trata mais de um produto de luxo. É na sua produção e comercialização, posto que setor de ponta da economia nacional, que se manifestarão mais vivamente as transformações em curso.

Vive-se a partir deste momento, no Brasil, transformações profundas que se refletem na estrutura da produção e comercialização do café, no desenvolvimento da vida urbana com o aparecimento de novos padrões associativos e culturais, com a configuração de uma burguesia nacional. No plano das idéias o liberalismo (e, mais tarde o positivismo) norteiam as reflexões sobre a vida nacional.

A passagem para o trabalho livre é um dos elementos desta mudança geral. Mais do que isto, é elemento fundamental posto que significa a "libertação" da mão de obra em mercadoria força de trabalho. Isto desonera o capital permitindo maiores adequações às necessidades da produção.

O escravismo possibilitou durante séculos a realização da acumulação primitiva de capital nos países europeus, via mecanismos do sistema colonial. A independência política em 1822 e o fim do tráfico negreiro marcam o início do desmoronamento deste sistema. A expansão interna capitalista

(1) Entendida nos marcos definidos por Fernando A. Novais - "Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séc. XVI-XVIII): Cadernos CEBRAP nº 17, São Paulo, 1978.

do café, criada com as bases escravistas, se vê ameaçada nas décadas finais do século XIX pelo escravismo em desestruturação e neste sentido é também elemento que acelera o processo de transição para o trabalho livre. Parece-nos que as soluções começam a ser encaminhadas já na década de setenta.

Neste sentido o estudo do tema mão de obra é fundamental pois que através da constituição de um mercado interno de força de trabalho e da sua transformação em mercadoria têm-se um dos elementos que de forma mais profunda explicita esta transição.

A compreensão destes elementos permite explicar a dinâmica desse processo e evitar descrevê-lo como sucessivas alterações das formas de trabalho ou então como alterações puramente exógenas determinadas pelo capitalismo internacional.

A maior parte dos estudos existentes sobre a história de Minas Gerais versam sobre o período minerador, seja pela importância mesma desta atividade para o Brasil colonial, seja pela tradição brasileira mais afeita aos estudos históricos que envolvem atividades voltadas para a exportação. Recentemente, pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais vêm desenvolvendo estudos sobre industrialização e organização política mineira. Resultados destes trabalhos podem ser encontrados nos números 49 e 58 da Revista Brasileira de Estudos Políticos.

O estudo do caso mineiro colocou-se basicamente por duas razões:

I - O fato de a bibliografia, na sua maior parte, tratar desta questão tendo como base empírica São Paulo. Se isto se justifica por ser São Paulo o centro motor da economia

cafeeira, entendida nos marcos deste trabalho como elemento dinâmico e decisivo para o encaminhamento da transição capitalista, as especificidades regionais não podem ser abandonadas ou menosprezadas pela pesquisa empírica, posto que a história regional e/ou comparada é elemento rico para o aprofundamento e compreensão da realidade.

II - Pela importância de Minas Gerais no processo em questão. É a província mais populosa, a maior importadora de escravos durante todo o século XIX, a segunda maior exportadora de café, peça política central no jogo do poder de todo o período.

O estudo da passagem do trabalho escravo para o livre em Minas Gerais, adquire portanto, especial relevância ao desvendar um movimento historicamente distinto daquele ocorrido na região cafeeicultora paulista, ainda que inserido no mesmo processo geral de transição capitalista.

A definição do período a ser pesquisado levou em consideração o movimento próprio da economia cafeeira em Minas Gerais e o processo de transição capitalista brasileiro.

Em meados dos anos 1850 o café já era uma atividade econômica importante na Mata mineira. A partir dos anos 70 é que se confirmará sua relevância no conjunto da economia e política mineira. Mas se compararmos as propriedades mineiras com aquelas do Oeste Paulista constatamos seu reduzido tamanho e volume de produção. A economia mineira do século XIX caracterizou-se pela diversidade econômica e pela importância de atividades mercantis não vinculadas à produção voltada para a exportação internacional - ouro, café e cana. A economia cafeeira vinculava-se fundamentalmente com o Rio de Janeiro por onde era exportado a quase totalidade da produção e onde localizavam-

se as instituições creditícias e comercializadoras do produto.

Estas características associadas ao pequeno espaço geográfico ocupado pelo café e as reduzidas possibilidades de expansão da fronteira a partir dos anos de 1890, delineiam o perfil da atividade cafeeira em Minas.

Os anos 70 do século XIX são marcados por profundas transformações na vida nacional. O café constitui-se como primeira atividade exportadora não colonial. A diversificação da estrutura social, o incremento da vida urbana, tentativas de organização do trabalho livre, os crescentes investimentos ingleses em infra-estrutura, basicamente no desenvolvimento da rede ferroviária, a Lei de 1871, que traça o fim do escravismo quanto indica os rumos da reorganização do trabalho com base na mão de obra livre, são indicadores precisos das profundas transformações em andamento.

O início do século XX e marcadamente a década de 20 alteram substancialmente este quadro. Neste momento Belo Horizonte - a nova capital viabilizada com os lucros do café - aparece como pólo econômico capaz de unificar as diversas regiões do Estado. A imigração da população mineira para São Paulo, o crescente clientelismo político com o governo federal, a crise no padrão tradicional de dominação indicam o desenvolvimento de novas relações econômicas e a perda de poder por parte da Zona da Mata(2).

A nível nacional os anos 20 marcam o aparecimento de uma classe operária, de um mundo urbano industrial e de novas

(2) Paul Singer. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. 2a.ed., São Paulo, 1977, pp.199-269 e John Wirth. O Fiel da Balança Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937. trad. Rio de Janeiro, 1982.

configurações do poder de Estado.

O Desenvolvimento do Tema

Nossa dissertação de mestrado pretende desenvolver o tema da transição para o trabalho livre na cafeicultura mineira, tendo como referência as questões aqui apontadas.

No primeiro capítulo caracterizamos a atividade econômica da produção do café e sua inserção na economia mineira. Numa primeira parte apontamos o desenvolvimento da economia mineira ao longo do século XIX e as discussões atualmente realizadas em torno de sua caracterização como economia do excedente ou economia mercantil. Numa segunda parte analisamos o aparecimento e desenvolvimento do café na Zona da Mata. Numa última parte estudamos a cafeicultura para o período compreendido entre 1870 e 1920. Este capítulo basear-se-á sobretudo em trabalhos acadêmicos (teses e estudos) ou em obras de estudiosos locais; incluindo também a utilização de viajantes.

No 2º capítulo pretendemos, através da comparação entre as duas mais importantes províncias brasileiras, inserir o tema específico de nosso estudo na problemática da transição capitalista, ampliando ao mesmo tempo a compreensão deste processo. A par disto pretendemos demonstrar a existência de dois projetos políticos claramente distintos no final dos anos 70 e que o encaminhamento da transição ocorrido a nível nacional significou a vitória do Oeste Paulista e o prevalência de suas propostas para o conjunto da Nação. Isto demarca os limites nos quais Minas terá de empreender seu movimento próprio de constituição de um mercado de trabalho sem deter a condição de centro dinâmico das transformações que se processam.

Para tanto partimos de uma análise da bibliografia no que diz respeito à compreensão da não incorporação do escravo e do homem livre e pobre no processo de transição marcada pela presença do imigrante. Tentamos mostrar que a perspectiva de generalização do processo paulista para as demais regiões cafeeicultoras implicaria na existência, nessas regiões, de uma superposição de dois processos - um de fim do trabalho escravo e outro de introdução maciça de imigrantes europeus - que só ocorreu em São Paulo. Estes processos, enquanto elementos explicativos da transição para o trabalho livre, estão presentes apenas em São Paulo não podendo ser generalizados para as demais regiões.

Tendo feito esta primeira distinção, tentamos analisar a Lei de 1871 na perspectiva de um projeto de abolição lenta e gradual que objetivava a incorporação do escravo no mundo do trabalho livre(3). A análise das Atas do Congresso Agrícola de 1878 tentam demarcar a defesa deste projeto instaurado em 1871 em conflito com uma nova proposta de transição apresentada por São Paulo que a partir deste momento, desvinculando-se das demais classes cafeeicultoras, ganha cada vez mais poder econômico e político para a efetivação de seu projeto.

Ao tentarmos explicitar a existência de projetos distintos para a transição para o trabalho livre e estabelecer comparações pontuais entre Minas e São Paulo tentamos demarcar as possibilidades e limitações impostas aos projetos regionais de transição.

(3) Ademir Gebara. The transition from slavery to free labour in Brazil, 1871-1888: slaves legislation and the organization of the labour market tese de PhD na London School of Economics, 1984. mimeografado.

Analisamos nos primeiros capítulos o traçado da economia de Minas Gerais, e de sua região cafeeicultora em particular; e inserimos, através de uma comparação com São Paulo, a questão da organização do trabalho livre no complexo panorama nacional dos anos 1870 em diante.

Tendo portanto demarcado as condições regionais e nacionais onde se processaram as alterações nas relações de trabalho em Minas Gerais no terceiro e último capítulo apontamos as diversas formas, complementares entre si, de constituição de um mercado de trabalho livre na região cafeeicultora da Mata mineira.

Para tanto analisamos as políticas de imigração e colonização empreendidas pelo governo provincial para a partir daí compreendermos as demandas dos produtores no que se refere à questão de braços para a lavoura, as dificuldades de uma política imigrantista nos moldes paulistas e as perspectivas colocadas para a organização multifacetada de um mercado de trabalho livre.

Em seguida examinamos as formas de constituição deste mercado. São duas as relações de trabalho livre fundamentais instituídas neste momento. O trabalhador fixo nas fazendas - basicamente parceiros - contratados sob a forma de meação. Estes trabalhadores eram responsáveis pela manutenção dos cafezais realizando as carpas e parte da colheita. Além de receberem parte dos lucros da comercialização do café tinham o direito de cultivar cereais. Toda a renda auferida nesta última atividade lhes pertencia. Os trabalhadores temporários, migrantes e assalariados, eram contratados por períodos determinados do ano agrícola para ajudarem na realização da colheita. Esta era a atividade que demandava mais mão de obra e o trabalhador fixo na fazenda e

ra numericamente insuficiente para realizá-la. Estes migrantes, oriundos de outras regiões de Minas Gerais, eram contratados por "aliciadores". Em geral retornavam às suas regiões de origem findo o período da colheita.

Por fim, como elemento numericamente inferior mas qualitativamente importante naquilo em que é capaz de diferenciar as propostas imigrantistas de acordo com as regiões e apontar soluções locais para a crise do café na virada do século - os colonos; pequenos proprietários dos núcleos de colonização oficiais.

Estas relações de trabalho não eram exclusivas na Mata mineira, mas com certeza foram predominantes e com base nelas foi que se estruturou o mercado de trabalho livre.

O material utilizado para a elaboração deste capítulo constitui-se, basicamente, de fontes primárias tais como os Relatórios de Presidente de Província, da Inspetoria de Terras e Colonização e Jornais das diversas regiões do estado.

Material Utilizado

Interessou-nos desde o início compreender a organização de relações de trabalho livre como elemento - fundamental é certo - do processo de transformações mais amplo pelo qual passa a sociedade brasileira. A documentação utilizada é rica em informações sobre a natureza destas transformações e possibilitou-nos pensar a questão do trabalho neste movimento global da sociedade.

Utilizamos basicamente os Relatórios de Presidente de Província e Estado e de suas secretarias, além de Jornais e Atas de Congressos Agrícolas e Assembléias Legislativas.

Viajantes, historiadores locais, revistas e publicações avulsas foram também consultados.

Esta documentação discute, fundamentalmente, o que podemos chamar de os grandes problemas políticos da época. Evidentemente trata-se do que era reconhecido como tal pelos sujeitos históricos deste momento. Entre estes problemas destacam-se a representação política, o crédito, os transportes e, obviamente, a questão da mão de obra. Esta questão - centro de nossas atenções nesta dissertação - ocupa lugar importante nesta documentação.

Realizamos nossa pesquisa nos acervos e bibliotecas das seguintes instituições: Arquivo Público Mineiro (MG), Biblioteca Pública de Minas Gerais (MG), UNICAMP (SP), Centro de Ciências Letras e Artes de Campinas (SP), Instituto de Estudos Brasileiros - USP (SP), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RJ), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - biblioteca e acervo cartográfico - (RJ), Arquivo Nacional (RJ) e Biblioteca Nacional (RJ).

Os Relatórios de Presidente de Província e Estado encaminhados ano a ano para as Assembléias Legislativas traçam um panorama das dificuldades e realizações encontradas pela administração. Os temas abordados são aqueles considerados fundamentais para o desenvolvimento estadual. Informações sobre a cultura do café estão sempre presentes seja através de informações sobre sua produção, exportação e comercialização, seja pela discussão de instalação de escolas agrícolas, melhoria da qualidade de mão de obra e imigração e colonização.

Os Relatórios da Inspetoria de Terras e Colonização encaminhados a diversas secretarias de estado, notadamente para a da Agricultura, tratam tanto do problema da coloni-

zação quanto da imigração. Para a imigração fornece número de estrangeiros que entram em Minas Gerais, tempo de permanência nas hospedarias e eventualmente informações sobre sua localização - fazendas, núcleos urbanos ou ida para São Paulo. As informações sobre colonização obtidas nestes documentos são sintetizadas em sinopses estatísticas que acompanham cada relatório.

O Relatório do Dr. Carlos Prates, diretor do Serviço de Inspeção de Terras e Colonização, realizado em 1906, traça um quadro detalhado da produção de café: número de pés, derrubada, capinas, produtividade através do estudo de várias fazendas localizadas em todos os municípios da Mata mineira. Além disto fala do sistema de custeio informando por município e por fazenda visitada das relações de trabalho existentes.

Os Relatórios da Secretaria de Agricultura, notadamente o do ano de 1893 com os resultados das enquetes municipais, informam sobre os principais problemas apontados pelos fazendeiros para o desenvolvimento da lavoura, as necessidades de mão de obra, os meios empreendidos para obtê-la, os salários pagos e as relações de trabalho predominantes.

Os Anais do Congresso Agrícola realizado no Rio de Janeiro em 1878 nos informam sobre a visão dos cafeicultores do Centro-Sul sobre os principais problemas da lavoura e a melhor maneira de resolvê-los. As discussões e projetos apresentados giram em torno de um questionário elaborado pelo governo imperial que visa caracterizar os maiores e mais urgentes problemas da grande lavoura. Se a carência de capitais e braços são os problemas levantados por todos os participantes é através da diferença das soluções propostas e ênfase nas questões discutidas que traçaremos as di-

ferências dos cafeicultores da região do Oeste Paulista para as demais.

Os Anais da Câmara e Assembléia Legislativa e os Jornais pesquisados (tentamos levantar títulos de todas as regiões de Minas Gerais) discutem a questão da organização do trabalho livre inserindo-o em temas mais gerais, tais como uma nova organização da economia, uma alteração no sistema educacional, etc. As informações versam, em geral, sobre a dificuldade em se obter força de trabalho e sobre sua "mã qualidade" (ociosidade, itinerância, desrespeito aos contratos de trabalho, etc.). Se as informações são escassas é fundamental destacar que a discussão da questão do trabalho insere-se na perspectiva de ordenação do "organismo social".

Vale destacar que o pequeno número de trabalhos conhecidos para este período da história mineira, juntamente com o desconhecimento e dispersão das fontes dificultaram sobretudo a realização da pesquisa empírica. Nos quadros de uma dissertação de mestrado os resultados que vamos apresentar indicam novos caminhos e nova problemática para a compreenção da transição sem contudo esgotar o tema. É, neste sentido, uma pesquisa exploratória que esperamos poder aprofindar em trabalhos futuros e que sirva de estímulo àqueles que se interessem em melhor conhecer Minas e o processo da transformação do trabalho no Brasil.

CAPÍTULO I - O CAFÉ EM MINAS

Minas Gerais no século XIX

A importância do setor voltado para o mercado internacional, pode ser confirmada na proeminência que temas a ele relacionados ocupam na produção acadêmica sobre a História do Brasil. Sem desconhecer a relevância dos setores econômicos voltados para a produção de consumo interno, estudos específicos sobre esta atividade raramente foram temas de reflexão.

A chamada atividade de subsistência (produção de gêneros alimentares para consumo interno) é, em geral, analisada como estritamente dependente do setor mercantil exportador. Quanto mais pujante este último mais débil e abandonada aquela. Celso Furtado, na Formação econômica do Brasil (1), aponta que esta atividade desenvolve-se quando das crises do setor exportador e que ela era caracterizada por uma baixíssima produtividade indicando a presença de uma "involução econômica". Apenas as atividades exportadoras voltadas para o

(1) Celso Furtado. Formação econômica do Brasil. 12a. ed., São Paulo, 1974.

mercado internacional eram capazes de garantir o desenvolvimento econômico.

Caio Prado Jr., ao estudar a atividade de subsistência, afirma que "o papel secundário a que o sistema econômico do país, absorvido pela grande lavoura, vota à agricultura de subsistência" se traduz num grave problema de abastecimento dos centros urbanos(2). Exceções feitas às regiões de Santa Catarina, Rio Grande e Minas Gerais esta atividade ocuparia espaços desprezados pela grande lavoura ou dividiria com ela, de forma subordinada, seu território.

Não é nossa pretensão fazer aqui uma discussão bibliográfica a respeito da relação entre atividades exportadoras e de subsistência(3). Queremos apenas indicar a dificuldade de pensar a história de regiões não voltadas para a exportação. Ainda que referências sejam feitas a estas atividades e suas implicações na vida política e social do país,, "uma identidade econômica é negada a essas áreas que, quando muito, são tratadas como 'periféricas', 'dependentes', meros apêndices do setor exportador"(4).

A região sul de Minas Gerais é vista como exceção neste quadro, pois é destacada como área "de grandes propriedades, fazendas, ocupadas unicamente com a produção de gêneros de consumo interno" (5).

(2) Caio Prado Jr. Formação do Brasil contemporâneo. 159 ed., São Paulo 1977, p. 163

(3) Alcir Lenharo faz um apanhado desta discussão em As tropas da moderação. São Paulo, 1979 pp. 33-37.

(4) Roberto Martins. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte, 1980 p. 2.

(5) Caio Prado Jr. op. cit. p. 162.

Apesar destas referências ao papel diferenciado do Sul de Minas apenas recentemente foram realizados estudos sistemáticos sobre esta província no século XIX desvinculados da preocupação com a mineração e cafeicultura.

Mesmo um estudo pioneiro como o de Francisco Iglésias que tenta traçar um panorama da vida econômica e política de Minas Gerais para o início do século XIX - não resiste a afirmações sobre a decadência das Minas Gerais justificada pela ausência de atividade exportadora associada a produtos nobres (cana, ouro e café): "Quando começa o século XIX, Minas é região que vive em decadência: terminado o brilho da mineração, insiste-se ainda na busca da antiga riqueza, já sem perspectiva. Na atividade agrícola, que então se sobrepõe, distingue-se a pecuária" (6). Ao mesmo tempo, ao longo de seu trabalho, Iglésias indica a existência de diferentes atividades econômicas e as tentativas de se implementar uma atividade industrial e agrícola diversificada.

Os estudos sobre o período cafeeiro possuem poucas referências a esta atividade em Minas Gerais. Emília Viotti, em Da Senzala à colônia, apresenta informações e análises sobre o desenvolvimento da cafeicultura na Zona da Mata sem contudo estabelecer claramente as distinções entre o Vale do Paraíba e a região mineira (7).

Ao traçarmos neste ítem um panorama da economia mineira no século XIX, nos ateremos aos recentes estudos de Roberto

(6) Francisco Iglésias. "Minas Gerais" in: História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, vol. 2 Org: Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, 1964 p. 364.

(7) Emília Viotti. Da senzala à colônia. 2a. ed. S. Paulo, 1982

Martins, Vidal Luna e Wilson Cano, Robert Slenes e Alcir Lenharo (8). Contraindo as idéias apresentadas nestes trabalhos, pretendemos atingir um objetivo principal: desvendar as características particulares desta província na primeira metade dos anos de 1800, já apontadas nos textos de Caio Prado e Celso Furtado. Ao mesmo tempo, queremos desvincular a presença desta economia mercantil produtora de alimentos da noção de decadência, estagnação ou involução econômica. Além disso, questionamos a noção de que a história política deva ser o objeto privilegiado de análise posto que as aspirações referentes a uma política econômica não podiam se concretizar dada a imaturidade da Província.

O trabalho destes autores é rico em informações e novas propostas de estudos históricos. Demonstram a complexidade da realidade mineira, a existência de uma série de atividades econômicas não integradas ao rol dos grandes produtos de exportação, mas que trazem riqueza para Minas Gerais, integrando-a ao desenvolvimento do Centro-Sul. Mostram tam-

(8) Alcir Lenharo op.cit.; Francisco V. Luna e Wilson Cano. Economia escravista em Minas Gerais. Campinas, 1983; Wilson Cano. "Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850/1920)" in: Anais do XII encontro nacional de economia, S. Paulo, 1984 pp.461-480; Roberto Martins. Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais Brazil. 1980; Roberto Martins. op.cit.; Roberto Martins e Maria do Carmo S. Martins. "As exportações de Minas Gerais no séc. XIX" in: Revista Brasileira de Estudos Políticos nº 58, B. Horizonte, jan/84; Roberto Martins. "Minas Gerais, séc. XIX: tráfico e apêgo à escravidão numa economia não exportadora" in: Estudos Econômicos vol.13, nº 1, S. Paulo, 1983; Robert Slenes. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no séc. XIX. Campinas, 1985.

bem a complexidade da realidade econômica desta província, cujas diversas partes, mais ou menos integradas, constituem regiões distintas com atividades diferenciadas. Este quadro diversificado será elemento importante na constituição da economia cafeeira da Zona da Mata e da organização do mercado de trabalho livre.

Estes autores concordam que a população escrava apresenta um crescimento significativo durante todo o século XIX. Este fato faz de Minas Gerais a região brasileira com maior plantel escravista, apesar da não dominância das atividades voltadas para a exportação internacional às quais geralmente se associa a existência de grandes plantéis de escravos.

POPULAÇÃO ESCRAVA

Ano	Minas Gerais	Brasil
1808	148.772	
1819	168.543	1.107.389
1872	381.893	1.546.880

(9)

Antes de entrarmos na exposição e contraposição das idéias dos autores citados, são necessárias referências ao conceito de economia de subsistência e exportação. São muitos os conteúdos da noção de atividade de subsistência. Tanto ela pode indicar produção de alimentos voltada basicamente para suprir necessidades do mercado interno consumidor, como produção para o auto-consumo com eventuais excedentes comercializáveis. Para nós, a produção de alimentos será

(9) Roberto Martins. A economia escravista op.cit. pp.10-11

denominada mercantil, quando realizada com vistas à comercialização, e de excedente, quando realizada para auto-consumo com eventual acesso ao mercado. A noção de exportação aqui adotada se refere à comercialização de produtos para além dos limites provinciais. Quando nos referirmos a exportações voltadas para o mercado internacional faremos as indicações necessárias.

Os estudos de Roberto Martins mostram através da construção de séries estatísticas que, apesar da ausência de uma atividade exportadora marcante, a população escrava cresce durante todo o século XIX, fazendo de Minas Gerais a maior região escravista do Brasil. "A economia provincial era formada basicamente por unidades agrícolas diversificadas internamente - fazendas, sítios e roças - produzindo para auto consumo e para a venda em mercados locais" (10). A economia caracterizava-se por uma grande diversidade, auto-suficiência econômica, não integração entre as regiões produtoras e isolamento dos mercados externos.

Além de insistir no baixo grau de mercantilização da economia e na ausência de uma atividade exportadora capaz de concentrar o grosso do plantel escravo mineiro, Martins procura demonstrar "que não há transferência significativa da escravaria, mesmo dentro de municípios mineiros, isto é, entre os não cafeeiros e os cafeeiros" (11). Isto se deve à importância atribuída por este autor à afirmação da não associação entre escravidão e exportação em Minas Gerais e

(10) idem pp. 4-5.

(11) Luna e Cano op.cit. p. 11

mais ainda à pequena importância do setor exportador e mer-
cantil no conjunto da ocupação da mão de obra escrava em
Minas Gerais.

Como explicar então a ampliação do plantel escravista ao
longo de todo o século XIX?

Para Martins a ampliação do sistema escravista, nestas
condições ímpares em relação à associação grande cultura
de exportação e escravidão, deve-se ao "fator Wakefield". A
existência de terras livres disponíveis resulta na impossi-
bilidade de compelir ao trabalho e controlar a mão de obra
livre. Isto significa que trabalhadores livres não se sub-
meteriam à condição de vendedores de força de trabalho, o
que resultaria na impossibilidade de manutenção de ativida-
des econômicas produtoras de alimento tal como elas foram
analisadas por este autor (economia de auto consumo, com a
venda de excedentes eventuais em mercados locais). Apenas
a mão de obra escrava garantiria uma relação de exploração
do trabalho.

O sistema escravista mineiro, ao longo do século XIX, ca-
racterizar-se-ia então por ser predominantemente uma econo-
mia do excedente, com baixas taxas de monetarização. A re-
ceita gerada pelas escassas exportações de algumas regiões
da província seria quase totalmente investida na aquisição
de escravos que permitissem a continuidade deste tipo de
atividade econômica. O autor, entretanto, não explica os
mecanismos através dos quais os lucros da atividade expor-
tadora financiam a aquisição de escravos pelos setores não
ligados a esta atividade.

Luna e Cano, ao discutirem as idéias apresentadas por
Martins, concordam em caracterizar Minas Gerais como uma

economia fracamente mercantilizada e voltada para o auto consumo e comercialização eventual dos excedentes em mercados locais. A discussão centra-se na impossibilidade de uma economia com estas características constituir-se na maior importadora de escravos do Brasil Imperial. Neste caso, os autores sugerem que houve em Minas Gerais uma reprodução interna de escravos e uma esperança de vida muito superior às demais regiões escravistas brasileiras. Segundo Luna e Cano, isto se daria pelo abrandamento da escravidão com taxas de exploração do trabalho inferiores às do restante do país. "Na realidade pensamos que, justamente no baixo grau de mercantilização reside a explicação do imenso plantel: a violenta diminuição da taxa de exploração e o relaxamento dos costumes (mestiçagem e casamentos) permitem o crescimento demográfico" (12).

Os autores concluem o texto com uma indagação: "Contudo, permanece ao menos uma questão: porque não se converteram esses escravos ("riquezas") em capital, pela venda à economia cafeeira paulista, que, justamente após 1870 dispara na acumulação de capital, e seria obstada, não fosse a solução do problema da mão de obra?" (13).

Esta questão nos remete à problemática, já apontada, de como caracterizar a economia mineira - se voltada para a produção mercantil ou para auto consumo.

Para Martins, Luna e Cano, seria uma economia com pequeno grau de mercantilização, voltada para a produção de auto consumo em unidades agrícolas auto suficientes e pouco

(12) idem p. 13.

(13) idem, pp. 13-14.

integradas.

Contrariamente a esses autores, a Minas oitocentista apresentada por Slenes e Lenharo é uma região mercantilizada, diversificada mas integrada ao processo político de constituição do Estado Nacional. Ainda que estudos mais detalhados devam ser realizados para averiguar as formas desta integração intra regional e nacional, estes trabalhos indicam uma perspectiva histórica mais rica e coerente com os dados por nós analisados para o período posterior.

Os trabalhos de Robert Slenes contrapõem às informações de Roberto Martins outras séries estatísticas sobre a ocupação escrava e as atividades econômicas, enfatizando o peso das atividades mineradoras e do comércio de alimentos e vestuário. A diversidade da produção mercantil mineira já destacada por Caio Prado Jr., pode ser avaliada pelos dados apresentados nestes trabalhos e por aqueles apontados por Lenharo, tais como o desenvolvimento da cultura do fumo em Baependi e do algodão em rama no Norte do Estado.

Para Slenes houve, de fato, uma não associação exclusiva entre escravidão e as atividades exportadoras de produtos nobres - ouro, café e cana - mas isto não significa a presença de um sistema escravista voltado para a produção de auto consumo e o comércio em mercados locais. Este autor explica a existência, em Minas Gerais, de um forte sistema escravista em função de seus vínculos com as atividades mercantis de exportação (vale aqui reafirmar a noção adotada de exportação como atividade mercantil que ultrapassa os limites provinciais).

Para além da existência de setores mercantilizados voltados para a produção de alimentos Slenes também reforça a

importância de setores exportadores vinculados à mineração e, posteriormente, ao café. Até meados do século XIX, a atividade mineratória tinha uma significação econômica maior do que a apontada por Martins. A partir dos anos 70, a rápida expansão do café na Zona da Mata mineira, faz com que se mantenha "um ritmo de crescimento, em termos de valor per capita, igual ao das exportações do Brasil como um todo. Portanto, nas últimas décadas do Império, a Mata e o Sul tinham um setor de exportação bem mais forte em relação ao das áreas de mineração, do que em meados do século. Duvido que seja uma coincidência o fato de que entre 1873 e 1880 a Mata e o Sul tenham importado o maior número de escravos dentre todas as regiões da província ao mesmo tempo em que a Metalúrgico-Mantiqueira, o centro da mineração do ouro tenha sido a que mais perdeu (14) (grifo nosso).

A produção alimentar do Sul de Minas, destacada como importante setor mercantil por Slenes, cresce em importância a partir de 1808 com o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, que se transforma na sede da corte portuguesa.

Como mostra Lenharo ao estudar a questão do abastecimento na cidade do Rio, a região do Sul de Minas tinha uma produção alimentar que de forma alguma implicava em regressão econômica senão que em produção de caráter mercantil(15). Esta característica da produção alimentar foi "o que permitiu à economia do Sul de Minas assimilar o fluxo mi-

(14) Robert Slenes op. cit. p. 49

(15) Saint-Hilaire. 2a viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo. Belo Horizonte, 1974 e Caio Prado Jr. op. cit. apresentam referências a particularidade desta região.

gratório das áreas mineradoras em crise" (16).

A integração entre as diversas atividades econômicas desenvolvidas na província mineira, sejam elas diretamente voltadas para a exportação ou não, pode ser avaliada na complementariedade das atividades desenvolvidas nas fazendas, vendas, ranchos, pastagens e postos de serviços: "um conjunto de ofertas que permitiam a seus proprietários converter o comércio à beira das estradas numa prática lucrativa" (17). A importância das cidades como centros comerciais e das relações familiares como elemento que permitia a integração de todas as atividades vinculadas à atividade mercantil de abastecimento do Rio de Janeiro são também destacadas no estudo de Lenharo.

A questão dos níveis de mercantilização da economia mineira tem particular relevância ao se discutir a questão da obtenção do dinheiro necessário para a aquisição de escravos. Martins demonstra que a receita oriunda das exportações mineiras era suficiente para cobrir os gastos com a importação dos escravos e nada mais. Para Slenes, o valor das exportações é mais do que suficiente para cobrir estes gastos e vai mais longe, afirmando a integração de uma série de atividades produtoras realizadas ou não no interior da mesma unidade e voltadas para o comércio de exportação. Ou seja, "teria havido ligações importantes dentro de Minas entre o setor exportador da província e o setor interno, ou mais precisamente um efeito multiplicador do primeiro sobre o segundo, sentido especialmente pelo setor escravista

(16) Alcir Lenharo. op. cit. p. 74

(17) idem p. 77.

da província, não pelo setor que usava trabalho livre" (18). (grifo nosso).

A importância da mão de obra escrava para o setor mercantil de Minas e, mais ainda, a sujeição deste setor ao capital comercial sediado na corte, é destacado por Lenharo quando analisa a dependência dos proprietários para com os intermediários já que "a aquisição de escravos e seu pagamento com altos juros e a inexistência de poupança impedia os proprietários de se manterem independentes mesmo porque permaneciam a mercê do comprador, seu intermediário" (19). Todo este quadro delineia o sistema escravista em Minas como intimamente associado às relações mercantis e exportadoras.

Ao tentarmos contrapor os autores acima estudados, parece-nos fundamental a cisão entre economia do excedente e economia mercantil. Quisemos aqui destacar que o "fator Wakefield", fundamental na argumentação desenvolvida por Martins, é um elemento a ser considerado na dificuldade em controlar a mão de obra livre. Parece-nos fundamental entretanto constatar, a partir dos estudos de Lenharo e Slenes, que Minas Gerais oitocentista se inscrevia, ainda que de maneira peculiar, no sistema econômico escravista brasileiro. O escravo é riqueza para uma produção de caráter mercantil, que se insere nos moldes da dominação do capital comercial presentes na economia brasileira do período.

(18) Robert Slenes op.cit. pp. 52 e 61

(19) Alcir Lenharo op. cit. p. 102

A atividade mercantil desenvolvida em Minas Gerais insere-se nos marcos das transformações estruturais por que passa o Brasil neste momento: falência do Antigo Sistema Colonial, Independência política e desenvolvimento de uma forte atividade comercial a partir de 1808. A importância do capital comercial como elemento determinante da estrutura da produção e o incremento da vida urbana são fatores decisivos para a economia mineira do início do século XIX. "A abertura dos portos (1808) e a independência política (1822) são as datas magnas da burguesia comercial brasileira" (20).

Como bem destaca Iglésias, este é um momento de integração de Minas à vida nacional. O predomínio do capital comercial é crescente. As atividades econômicas se expandem e diversificam. Nessas condições e tendo em vista sua história recente, Minas dificilmente poderia permanecer à margem deste processo, voltada para uma economia de auto consumo. A diversidade das atividades produtivas, a tradição urbana, a antiga colonização e o incremento do sistema escravista fazem com que a província mineira se inscreva nas transformações nacionais. Até que o café, na década de 70, assuma o papel de grande cultura de exportação, a produção alimentar e, secundariamente, a mineração, o tabaco e o algodão serão atividades mercantis fundamentais no desenvolvivimento e integração nacional. O chamado "fator Wakefield" conta como elemento limitador mas é a empresa mercantil que organiza a produção escravista mineira. Neste sentido, o

(20) Sérgio Silva. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. 5a. ed. São Paulo, 1981, p. 40.

que se reivindica em Minas não permanece no plano do estritamente político.

O café na Mata Mineira

A partir dos anos de 1850 se inicia, na Zona da Mata, o plantio do café em larga escala para a exportação. Esta região - assim conhecida por oposição ao cerrado, ou campo, onde teve lugar a exploração de ouro e diamantes - funcionava como barreira natural aos desvios e contrabandos dos metais preciosos. O desbravamento desta região, durante parte do século XVIII, enquadra-se na febre do ouro. Segundo Sinval Santiago (21) poucas entradas e bandeiras percorreram a zonas das matas neste período e isto não resultou na formação de núcleos populacionais estáveis, já que o ouro era de aluvião e escasso. A coroa portuguesa, visando dificultar o contrabando do precioso metal, impede a livre construção de vias de comunicação pela província e cria barreiras alfandegárias internas. Esta região permanece habitada por índios não catequizados até que em meados do século XVIII, com a decadência da mineração, colocou-se pela primeira vez a possibilidade concreta de seu povoamento. Na segunda metade do século XIX, esta será a região mais rica de toda a província.

A partir de 1708 foram concedidas numerosas sesmarias em Minas Gerais e em particular na região da Mata. De acordo com Luís Maria da Silva Pinto, "em Minas, de 1710 a 1832,

(21) Sinval Santiago. "Bicentenário de Rio Pomba". in: Re-
vista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de
Fora. Juiz de Fora, 1968.

foram concedidas 6642 sesmarias, compreendendo 4257 léguas, com o tamanho variável de 50 braças a 48 léguas quadradas" (22). Esta política de distribuição de terras, que na prática veio a inviabilizar a exploração de gêneros alimentares pelos pequenos posseiros e sitiantes no século XIX, garantiu a propriedade da terra para as tradicionais famílias imperiais. Foi considerada, por muitos, uma escandalosa política de concessão de privilégios devido às enormes vantagens concedidas a uns poucos. Mas é a partir do início do século XIX que se tem as primeiras notícias de exploração econômica da região da Zona da Mata (23).

Tendo em vista esta política de distribuição de terras ocorrida na Zona da Mata o povoamento que aí se processou não se deu através de uma ocupação indiscriminada via transferência maciça de população da mineração em decadência para a cafeicultura em ascensão após um período de letargia, como fazem supor Celso Furtado e Eulália Lobo (24).

Os pioneiros da Zona da Mata eram famílias de prestígio, vinculadas à decadente atividade mineratória e relacionados com as atividades mercantis na Corte, no Sul de Minas e no Vale do Paraíba. Quando pensamos aqui em pioneiros não nos referimos aos eventuais primeiros habitantes isolados desta região. Estamos enquadrando estes homens no processo de

(22) Francisco Iglésias op. cit. p. 392

(23) J. Procópio F. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1973.

(24) Celso Furtado op. cit. cap. XV; Eulália Lobo "Economia do Rio de Janeiro nos séc. XVIII e XIX" in: Economia brasileira: uma visão histórica. RJ, 1980 pp.123a160.

expansão da frente pioneira definida historicamente em função dos apelos e possibilidades que valorizem as qualidades intrínsecas (topografia, fertilidade do solo e clima) de uma região (25).

O acompanhamento da trajetória de várias destas famílias possibilita a compreensão da expansão das atividades cafeeiras na Zona da Mata. Por exemplo, a família Teixeira Leite proveniente de Paraibuna e São João Del Rey, abandonou a mineração "se fixando na região de Vassouras, fornecendo crédito aos primeiros fazendeiros para a aquisição de escravos" e mantendo "relações solidárias com parentes que ficaram em Minas" (26), o que permitiu a ampliação de sua atividade comercial. Um membro desta família, o futuro Barão de Aiuruoca, Custódio Ferreira Leite, aventura-se em Vassouras, converte-se num dos primeiros cafeicultores de Mar de Hespanha (Zona da Mata) e dedica-se, por longo tempo, à construção de obras públicas, notadamente estradas (27).

Blasenheim (28), ao estudar detidamente o povoamento da Zona da Mata, demonstra que a elite de plantadores desta região emigrou do Centro ou Sul da província diretamente para a Mata, ou via província do Rio de Janeiro.

"Os irmãos Francisco Leite Ribeiro e Custódio Ferreira Leite de Aiuruoca no Sul fundaram as plantações em Valença,

(25) Pierre Monbeig. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. trad. São Paulo, 1984, p. 93.

(26) Alcir Lenharo op.cit. p. 70

(27) idem p. 78.

(28) Peter L. Blasenheim. A regional history of the Zona da Mata in M.Gerais, Brazil 1870-1906 Stanford, 1982.

na província do Rio e mais tarde estabeleceram-se em plantações de Além Paraíba e Mar de Hespanha. Manoel José Monteiro de Barros, de Congonhas no Centro, fundou Leopoldina; Joaquim Vieira da Silva Pinto, de Queluz, também no Centro, foi o primeiro plantador e principal organizador de Cataguas; Joaquim Dutra Nicácio, sobrinho de Silva Pinto, tornou-se o maior plantador de Ubã e criou a mais poderosa dinastia política da região. Finalmente os fundadores de Juiz de Fora, incluindo a família Tostes, Vidal Leite, Barbosa e Cerqueira Leite, todos ligados por casamento entre si e aos colonizadores originais de outros municípios da Mata" (29).

As primeiras notícias sobre atividades econômicas aí desenvolvidas datam do início do século XIX, "das salutar concessões a denodados desbravadores foi surgindo a incipiente agricultura e já em 1818" exportava-se queijos, galinhas, toucinho, etc. (30) e pela primeira vez o café aparece com volume apreciável na pauta de exportações de Minas Gerais. Entre 1818 e 1830, a exportação deste produto cresce 839%.

(29) idem. p. 42. Ver também Marinho de Araújo. Rio Preto: resumo histórico. Rio Preto, 1937; Lindolfo Gomes. A tradicional fazenda de São Matheus em Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1933; Alzir Nascimento Aruda. Princesa da Mata: história de uma cidade.

(30) J. Procópio F. op. cit. p. 12.

Minas Gerais - Exportação de café (em Kg) 1818-1871

1818	146.085	1860/1	8.631.310
1930	1.221.000	1865/6	19.556.220
1850/1	13.508.960	1870/1	45.515.760

(31)

Até aproximadamente os anos 70, a Zona da Mata era uma região de fronteira do dinâmico Vale do Paraíba. Blasenheim demonstra que o café "recriou na Mata as estruturas econômicas e os padrões sociais da província do Rio". "Os plantadores da Mata seguiam o estilo de vida dos cafeicultores fluminenses e utilizavam técnicas agrícolas similares. O status e função dos grupos intermediários e escravos era o mesmo de ambos os lados do Paraíba" (32).

Apesar desta proximidade com os padrões econômicos, sociais e culturais dos cafeicultores do Vale do Paraíba fluminense, a Zona da Mata era parte integrante da Província de Minas. Mesmo se esta dupla ligação causava tensões a nível das reivindicações políticas dos matenses e das concepções que eles tinham de si próprios (33) ela não invalidava as fortes relações com o restante da província. A análise de Paulo Emílio Sales Gomes sobre esta dupla relação é bastante elucidativa ao afirmar que "uma das formas de nutrir conscienciosamente a ilusão que os problemas de Cata-

(31) Rodolfo Jacob Minas Gerais no XXº século R.Janeiro, 1911

(32) P. Blasenheim op. cit. p. 33.

(33) para estudos sobre as características da elite mineira ver P. Blasenheim op. cit. John Wirth O fiel da balança: Minas Gerais na Federação brasileira 1889-1937 Rio de Janeiro, 1982 e Amílcar Martins Filho. A economia do café com leite (1900-1930) Belo Horizonte, 1981

guas e da Mata eram os mesmos de outros pontos do Rio de Janeiro e São Paulo era transcrever artigos publicados na imprensa paulista e carioca" e logo que possuidores de alguma fortuna transformar seus varões em bacharéis (34).

A presença de bacharéis nos quadros políticos de Minas Gerais e suas ligações com os cafeicultores, os casamentos interfamiliares, os relatos de viajantes que dão conta da hospitalidade e reserva com que são recebidos nas fazendas, tudo isso mostra a permanência dos valores constitutivos da elite mineira nos cafeicultores da Zona da Mata (35).

O café na Mata mineira inicia seu desenvolvimento concomitantemente com o Vale do Paraíba e reproduz as condições técnicas de sua produção - formas de plantio, tempo e produtividade dos cafezais, uso quase exclusivo da mão de obra escrava. "O crescente ritmo da demanda internacional, acompanhada pela expansão do plantio, requeria a contínua abertura de novas terras. O reflexo imediato desta expansão se traduziria num agravamento dos custos do transporte, exigindo uma brusca solução para o problema". O caminho foi, como nas demais regiões cafeeiras, o desenvolvimento das ferrovias (36), que começam a ser construídas a partir de fins dos anos 1860, com capitais particulares, geralmente de plantadores de café, garantidos pelo governo provincial com juros de 7%.

(34) Paulo Emílio Sales Gomes. Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte São Paulo, 1974 p. 22.

(35) J. Wirth op. cit. pp. 204, 205, 209.

(36) João Heraldo Lima. Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920), Petrópolis, 1981 p. 15.

As cidades desenvolvem-se à margem das ferrovias e respondem à demanda por serviços profissionais, atividades sociais e culturais ligadas à elite cafeeira. O incremento da vida urbana é marcante nos anos 80 (37).

Com o desenvolvimento do café na Zona da Mata a dependência em relação ao Rio de Janeiro acentua-se dado que a comercialização do produto era integralmente realizada no porto carioca, onde também se concentravam as casas bancárias e comissárias que forneciam o capital necessário para a reprodução da atividade cafeeira. Destaque-se ainda que a elite matense era tributária dos padrões sociais e culturais da Corte.

É neste quadro que a reivindicação por uma nova capital se configura. Belo Horizonte é concebida como novo lugar de poder capaz de unificar as diferentes regiões mineiras conferindo a este estado uma unidade política que se apresenta como essencial nas novas regras do jogo político que se vão delineando no cenário nacional. Mais ainda, seria capaz de minimizar a transferência de lucros para o capital comercial sediado no Rio de Janeiro.

As fronteiras geo-políticas não são impeditivas para as aplicações de capital que se orientam pelas expectativas de lucro, mas a existência de uma capital regional que unifique as diversas regiões estaduais, a criação de instituições bancárias e estru

(37) P. Blasenheim, op. cit. pp. 38-39.

turas de comercialização do produto próprias a este espaço político constituem uma possibilidade de retenção dos lucros no espaço político estadual.

Como podemos perceber, os anos 70 marcam mudanças qualitativas fundamentais na atividade cafeeira. Incrementa-se a construção de ferrovias já que os altos custos dos transportes eram dos maiores pontos de estrangulamento desta economia; as cidades desenvolvem-se; configura-se a constituição de uma consciência regional forte que, se não separa a Mata do restante da província, origina sérios atritos com os poderes provinciais e com as demais regiões da província (38).

A cafeeicultura na Mata de 1870 a 1920

O boom cafeeiro na Zona da Mata começa em 1870. "A produção mineira de café cresce até aproximadamente 1880-81, cessa sua expansão nesta década para retomá-la finalmente entre 1890-1905" (39). A região cafeeicultora mineira não ocupa mais do que 4% do território provincial e tem sua expansão inicial nas fronteiras com o Rio Paraíba. Os padrões de expansão e produção são os mesmos do Vale. A mão

(38) Jonh Wirth op. cit. e Paul Singer Desenvolvimento econômico e evolução urbana São Paulo, 1977 tratam desta questão.

(39) João H. Lima op. cit. p. 19.

de obra fundamental é o escravo; a cultura é extensiva e predatória.

No início do período em questão, os valores exportados são praticamente os mesmos do Oeste Paulista. A partir de meados dos anos 80 a hegemonia paulista na produção cafeeira é incontestável (40). Um fator decisivo na expansão cafeeira paulista é a possibilidade de incorporação de terras de excelente qualidade, ou seja, a existência de fronteira em expansão ou de frente pioneira.

O boom do café na Zona da Mata coincide com os limites geográficos de expansão da fronteira. Temos aqui configuração de um dos obstáculos à obtenção de lucros crescentes nesta região.

O fechamento da fronteira ainda no início dos anos 90, será, a nosso ver, um dos fatores determinantes nas possibilidades de organização do mercado de trabalho livre. A demanda por trabalhadores era conhecida pois a expansão da cultura estava necessariamente restrita a limites geográficos já definidos e nenhuma técnica poupadora de trabalho ou intensificadora da produção foi introduzida na cultura cafeeira.

Apesar do tardio povoamento da Zona da Mata, sua população escrava é numericamente significativa mesmo se comparada aos tradicionais municípios cafeicultores paulistas e

(40) Exportação Tabela V de João Heraldo Lima op. cit. p.49.

fluminenses (41). Estudos sobre a composição desta mão de obra provavelmente indicarão diferenças em relação ao Vale do Paraíba, tais como uma menor presença de africanos. O volume da população em geral e escrava em particular, indica que a Zona da Mata, nos finais da escravidão, era região realmente ocupada, onde a concessão de sesmarias não tinha sido mero artifício de prestígio, mas de fato divisão territorial que possibilitou o desenvolvimento da cultura do café em detrimento das atividades econômicas, em geral desenvolvidas pelos pequenos posseiros que aí se instalaram no início dos 800.

A forma como se processou a expansão do café em Minas Gerais, assim como nas demais regiões cafeeiras brasileiras, foi extensiva e predatória. A produtividade dos cafezais (arrobas por mil pés) estava em relação direta com

(41) População Escrava por Municípios Cafeicultores

Ano	Minas Gerais		Rio de Janeiro		São Paulo	
1874	Leopoldina	15.253	Valença	27.099	Campinas	13.685
	Juiz de Fora	14.368	Vassouras	21.093	Bananal	8.281
	Mar de Espanha	12.658	Par.do Sul	18.801	Mogimirim	5.006
	Ubã	7.149	Cantagalo	17.562	Guaratininguetã	4.352
	Pomba	7.028	S.Fidélis	15.693		
1882*	Juiz de Fora	21.808	Valença	29.387	Campinas	15.665
	Leopoldina	16.001	Cantagalo	21.621	Bananal	7.168
	Mar de Espanha	15.183	S.Fidélis	18.994	Guaratininguetã	5.312
	S. Paulo Mouraê	7.775	Vassouras	18.630	Taubaté	5.155
	Rio Novo	7.336	Par.do Sul	15.369		

* Os dados para Minas Gerais são do ano de 1883. Dados extraídos das tabelas 12 a 14 de Robert Conrad. op.cit. pp.354-356
Os Relatórios de Presidente de Província de 1883 e 1884 apresentam listas de população escrava por município realiza

a sua idade. Já em 1888, Francisco P.L. Gonçalves (42) destacava como um dos problemas para a implantação do colono na Zona da Mata a existência de grandes quantidades de cafeeiros com mais de 18 anos. No início do século XX, apenas 10% dos cafezais, em média, tinham menos de três anos (43).

Os limites à expansão das plantações são definidos pelo fechamento da fronteira nos anos 90, e também pelos altos custos envolvidos na formação de novos cafezais. Diferentemente da região do Oeste Paulista, a formação de cafezais se faz através de pagamento de salários. Isto implica em elevados gastos monetários em investimentos de longo prazo, que não possuem nenhuma garantia de lucratividade. Dada a carência de capitais, as frágeis bases de acumulação desta economia e as nebulosas perspectivas de ganhos futuros, di

(41) das no cumprimento da matrícula estabelecida com a Lei de 1871. Os dados não diferem substancialmente dos apresentados por Conrad. O município de Cataguases, importante produtor de café na Zona da Mata, não está incluído nas tabelas de Conrad. Na matrícula do Relatório de 1883 aparece com uma população de 7.124 escravos.

Segundo Wirth a Zona da Mata concentra 17% da população mineira nos anos de 1872 e 1890 sendo a região de maior crescimento demográfico neste mesmo período. Sua população cresce de 348.000, em 1872, para 548.000, em 1890. Neste ano a Zona da Mata possui a maior proporção de negros na população (24.18) conforme John Wirth op. cit. pp. 52, 59 e 61.

(42) Francisco de Paula Lázaro Gonçalves Relatório apresentado à Associação Promotora da Imigração em Minas Juiz de Fora, 1888.

(43) Carlos Prates A lavoura e a indústria da Zona da Mata Belo Horizonte, 1906 p. 131.

facilmente esses investimentos eram realizados.

Desta forma, para a maior parte do período aqui analisado, a atividade cafeeira na Zona da Mata desenvolve-se prolongando a vida útil dos cafezais e, em segundo plano, reaproveitando as terras já exploradas e aproveitando as reservas florestais internas às fazendas. Assim, por exemplo, em 1906, Carlos Prates destaca a quase total ausência de mata virgem no município de Leopoldina, um dos mais antigos produtores de café da Zona da Mata.

Estas limitações às possibilidades de expansão do volume da produção cafeeira fazem com que sejam recorrentes às referências à necessidade de desenvolvimento do ensino agrícola, de técnicas aratórias e de introdução de mão de obra qualificada patrocinados pelo Estado.

Outra consequência, apontada por Blasenheim, é o desaparecimento gradual da policultura, com a consequente carestia de gêneros alimentares que passam a ser importados, a preços elevados, de outras regiões. Isto constitui-se em mais um elemento cerceador dos lucros dos fazendeiros. A atividade pecuária e a indústria de laticínios serão retorradas por volta de 1907, com a crise definitiva da cafeicultura na região.

Do ponto de vista econômico, os cafeicultores formulam como sendo, basicamente, três as limitações às suas possibilidades de lucro: (i) altos custos dos transportes; (ii) elevadas taxações sobre a produção e comercialização do café e (iii) numerosas etapas de comercialização da produção realizadas no Rio de Janeiro que implicavam a transferência de vultuosos recursos para o capital comercial ali sediado. Estas questões aparecem com freqüência na documenta

ção pesquisada, pois era reivindicada uma ação efetiva do Estado nas suas soluções. Como veremos no capítulo III para os mineiros a questão da mão de obra foi equacionada sem a intervenção direta do Estado. Esta é mesmo rejeitada no que diz respeito à introdução de estrangeiros e solicitada basicamente para a formulação de leis repressoras do "ôcio e vagabundagem".

Fundamental é reter que um dos grandes problemas vivido pelos cafeicultores era a dificuldade de comercializar seu produto, os dias perdidos em viagens de mula e os custos adicionais daí advindos. A ferrovia permitiu a expansão da fronteira, a interiorização crescente das fazendas de café. Em Minas, além disto, o desenvolvimento do sistema de transporte foi condição para a rentabilidade da produção cafeeira na Zona da Mata e expectativa de enriquecimento para toda a província.

A partir de 1868 inicia-se a construção de ferrovias, quase sempre garantidas a juros de 7% pelo Estado. A rede ferroviária construída na Zona da Mata cobre todos os seus municípios, mas de forma caótica e, em muitos casos, deficitariamente. Blasenheim no seu capítulo III trata detalhadamente da construção desta rede ferroviária. Diversos pequenos trechos ferroviários foram construídos até o fim do boom ferroviário da Zona da Mata em 1889. A Leopoldina e a União e Indústria eram as duas grandes redes ferroviárias desta região.

A Leopoldina é parcialmente subvencionada por capitais cariocas, enquanto a União Mineira se vangloria de ser constituída apenas por capitais oriundos dos plantadores de café da Zona da Mata. Toda a rede ferroviária da Mata foi

construída tendo como objetivo a comercialização do café. A crença no progresso e na solução da "diversidade econômica via integração das várias regiões e no estímulo às exportações" (44) fez com que fossem aprovados pelo Governo todos os pedidos de concessões. As regiões da província não beneficiadas com o surto ferroviário votavam favoravelmente a concessão de empréstimos e garantias de juros na crença de que os lucros oriundos do café "enriqueceriam a província rapidamente, e possibilitariam um investimento futuro para a construção de suas próprias ferrovias" (45).

O desenvolvimento da rede ferroviária e o boom cafeeiro em Minas trazem novos problemas para os cafeicultores: fretes e impostos. Em alguns momentos os custos representados pelos fretes ferroviários atingiam 15 a 25% do total do produto. Os fretes pagos às redes ferroviárias eram elevados e díspares. Os representantes da agricultura, comércio e indústria, reunidos em um congresso em Belo Horizonte no ano de 1903, reivindicaram a unificação das tarifas, a maior eficiência dos serviços, e, é claro, a redução dos fretes. Solidários com os cafeicultores paulistas, protestam contra as "tarifas exaustivas a ponto de cobrar-se por um saco de café em percurso de 300Km ou menos, quatro a cinco mil réis ou quinze a vinte e cinco por cento sobre o valor atual, isto é, o dobro ou triplo do preço de transporte de um saco de café para a Europa ou América" (46). Outra questão levan

(44) P. Blasenheim op. cit. p. 108

(45) idem p. 120

(46) Conclusões apresentadas ao Governo do Estado pelo Congresso Industrial, Agrícola e Comercial B.H., 1903, p.27

tada é o privilégio da redução de fretes oferecidos ao café proveniente de São Paulo, com o objetivo de estimular a sua comercialização no Rio de Janeiro.

Pelos dados disponíveis o valor de fretes e impostos significam algo em torno de 30% do custo total do produto, seja em Minas, Rio de Janeiro ou São Paulo (47).

A redução de impostos e taxas sobre o café era outra reivindicação dos produtores. O imposto de exportação, a dupla taxação sofrida pelo café mineiro (uma pelo governo da província e outra no porto do Rio de Janeiro) originou conflitos entre estas duas províncias.

Em 1874, o Relatório do Presidente da Província apresenta uma longa exposição sobre a Conferência das Guias de Café, resultado de discussões acirradas entre mineiros e cariocas. Está em jogo o modo de arrecadação "da taxa de café exportado de Minas, de sorte a evitar que, sob pretexto de falta de fiscalização, seja este gênero segunda vez tributado". Os agentes fiscais "da província do Rio de Janeiro recusam as guias de café passadas pelas recebedorias desta província, sob o fundamento de serem falsas, obrigando assim os portadores a pagar o imposto integral na mesa provincial de exportação, como se o café fosse de produção fluminense" (48).

Esta polêmica tem por base a forma como era calculado o valor do imposto de exportação. No Rio de Janeiro as cotações eram alteradas quase semanalmente, enquanto em Minas Gerais as alterações ocorriam em períodos mais longos, em

(47) Centro Industrial do Brasil. O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. Rio de Janeiro, 1908 Vol. II pp.91-92

(48) Relatório de Presidente de Província de 1874 pp.83:84
nota: a referência completa dos Relatório de Presidente de Província encontra-se na bibliografia.

geral mais de ano. Com isto os cafeicultores fluminenses, próximos à fronteira mineira, preferiam fazer passar seu produto pelas recebedorias mineiras. Os cariocas alegando este fato estabelecem a dupla taxação, recusando a validade das guias mineiras.

A transformação do imposto de exportação inter provincial em imposto territorial e sucessivas alterações nas tarifas impostas aos cafeicultores são constantemente discutidas na Assembléia Legislativa Provincial. Em 1876, discute-se o aumento das tarifas de exportação do produto. Os deputados representantes dos interesses dos cafeicultores são contrários a qualquer aumento ou alteração na sistemática de cálculo dos impostos, já que para eles a lavoura de café está em liquidação, apesar de parecer próspera, pois é tamanha a sobrecarga imposta a esta lavoura "que os juros que obtem o agricultor dos capitais que emprega, senhores, são insignificantes" (49).

A partir de 1899 discute-se a substituição do imposto de exportação pelo territorial. Em 1903, a proposta encaminhada pelo Congresso Industrial, Agrícola e Comercial, diz estar "convencida de que o imposto territorial é a verdadeira base da estabilidade orçamentária, assim como do engrandecimento e progresso das diversas indústrias do Estado, propõe, como uma das necessidades de maior relevância para levantar e amparar a produção do Estado em geral e particularmente a do café, que o imposto de exportação seja subs-

(49) Anais da Assembléia Legislativa de 22 de junho de 1876 p.80 nota: a referência completa dos Anais da Assembléia Legislativa encontra-se na bibliografia.

tituído pelo territorial num prazo máximo de 4 anos ou na impossibilidade disto, que sejam iguallados todos os impostos de exportação e que, seja descontado na taxaço do café em coco, a parte perdida no processo de beneficiamento (50).

A par dos problemas de fretes e taxaço, a questão da comercialização do produto é vista como outro fator de redução dos lucros. As propriedades mineiras eram de diminuto tamanho e, conseqüentemente, o seu volume de produção era pequeno quando comparado ao das fazendas de São Paulo. Os dados do Relatório Carlos Prates demonstram serem "raríssimas as vezes nas quais se mencionam fazendas com grande produção, isto é, superiores a seis, oito ou dez mil arrobas, enquanto que os relatos sobre o café em São Paulo habitualmente apontam fazendas que produzem até dez vezes esses limites" (51). O reduzido tamanho das propriedades e volume da produção em Minas resultam na pequena quantidade de fazendeiros que possuem máquinas de beneficiamento nas fazendas.

É comum que a produção realizada numa série de propriedades seja agrupada para ser beneficiada nas próprias cidades da Zona da Mata ou em algumas fazendas que possuem o equipamento necessário. Em geral, os fazendeiros não conseguem comercializar o seu café além dos limites da própria fazenda ou, no máximo, das pequenas cidades da região. Nestes centros urbanos locais o café é vendido para a praça do Rio de Janeiro, onde ele será estocado e exportado. Ten

(50) Conclusões do Congresso Industrial, Agrícola e Comercial op. cit. p. 26.

(51) João Heraldo Lima op. cit. p. 37.

tativas de criação de cooperativas agrícolas assim como a propaganda do produto mineiro diretamente nos centros consumidores europeus visavam diminuir esta extensa rede de intermediários. Toda a estrutura de comercialização localizava-se no Rio de Janeiro. Até o final dos anos 80 não existia nenhum estabelecimento bancário em Minas Gerais e pouco se sabe das vinculações existentes entre os bancos e o capital cafeeiro mineiro. O pequeno comércio urbano ligava-se às casas comissárias do Rio de Janeiro; o sistema bancário era também fluminense. Cabia ao governo provincial arcar com os ônus das construções das ferrovias, em muitos casos deficitárias.

Podemos concluir deste quadro das dificuldades nas quais expandia-se a cafeicultura mineira duas ordens de tensões.

A primeira consistia na relação da região cafeeicultora no interior do próprio Estado de Minas Gerais. Como dissemos, as demais regiões aceitavam apoiar as necessidades de desenvolvimento do café porque esperavam reverter os lucros auferidos na atividade cafeeira em seu próprio benefício. Mas esta relação é tensa, sempre cobrada pelas demais regiões da província: "A Zona da Mata é sem dúvida a que mais rendas produz, mas é também certo que é a mais feliz na repartição do erário público. O governo geral derrama à mãos cheias os seus benefícios à Zona da Mata, reduzindo as outras partes da província à miséria"(52).

A diversidade econômica mineira, a pequena extensão geográfica da região e as dificuldades de expansão desta atividade fazem com que o café não tenha em Minas Gerais o

(52) Anais da Assembléia Legislativa de 28/07/1887 p. 107.

mesmo efeito multiplicador presente em São Paulo. Mais ainda, apesar da forte representação política dos cafeicultores, eles não detêm o controle total do poder de Estado. As demais regiões, notadamente a mineradora, continuam a ter um peso político muito grande. Acreditamos que grande parte dos impostos e taxações decorram das expectativas de rápido enriquecimento da Província. Ao mesmo tempo que os auxílios para o café eram concedidos, eram estipuladas taxações variadas de modo que o orçamento provincial/estadual apoiava-se nos lucros auferidos nesta atividade.

A segunda e não menos importante fonte de expropriação dos lucros do café estava na relação com o Rio de Janeiro. Toda a comercialização e exportação do produto passava por lá. Desde os tempos da mineração, o Rio de Janeiro era de fato a capital econômica de Minas Gerais. O capital comercial, que controlava toda a estrutura de comercialização e financiamento do café, estava sediado no Rio. As questões políticas, a luta pelo poder, as fronteiras, a divisão dos lucros são questões que acontecem nos limites mineiros. Esta permanente evasão de riquezas e dependência vai ser contestada de várias formas. Uma das mais significativas é o empenho na construção de uma nova capital, que não representasse, nem mesmo se localizasse, em uma região particular deste mosaico econômico que é Minas Gerais.

Belo Horizonte foi em certa medida resultado da atividade de cafeeira, já que grande parte dos seus custos foram cobertos com os lucros do café. Era a possibilidade de unificar Minas, de minimizar a presença espoliadora do Rio de Janeiro, de transformar este mosaico de regiões numa unidade política capaz de interferir nos rumos da nascente federação.

ração brasileira.

A questão das hipotecas é mais um elemento que reforça o controle econômico exercido pelo capital comercial sobre a produção de café. Já em 1878, quando do Congresso Agrícola no Rio de Janeiro, uma das mais prementes reivindicações dos lavradores era uma reformulação da lei hipotecária. Grande parte das fazendas da Zona da Mata estavam hipotecadas. O fazendeiro passa a ser administrador dos interesses do capital comercial e não mais real proprietário de terras.

O capital comercial ocupava uma posição fundamental em todas as regiões cafeeiras. Em São Paulo as atividades de comercialização eram realizadas na própria província. Grande parte do excedente obtido a partir da produção realizada em Minas ficava no Rio de Janeiro porque aí se concentravam as atividades de distribuição e comercialização do café mineiro. Isto representava, certamente, um forte limite à capacidade de acumulação da economia mineira.

Apesar de todos estes limites à expansão e realização da atividade cafeeira mineira, as crises ocorridas vão no compasso da economia nacional. A extinção da escravidão, a exaustão das terras e o fechamento da fronteira não levaram à decadência desta região.

Em Minas a cafeicultura desenvolveu-se, inicialmente, dentro dos marcos de expansão da região do Vale do Paraíba. Continuou a crescer ao longo do século XIX e teve mesmo seus anos auréos quando já dominava no cenário nacional a marcha para o Oeste Paulista. Apesar de importante região cafeeira, a Zona da Mata nunca ocupou posição dominante no movimento de expansão desta cultura.

Apesar de não ser centro dinâmico podemos dizer que Minas Gerais conta com uma proposta própria de transição. Como veremos nos capítulos seguintes, paulistas estavam fundamentalmente preocupados com a solução da questão do trabalho. Minas Gerais enfrenta outros problemas para efetivar a sua transição: capitais e transportes. Para isto requererá a intervenção do Estado. A questão da mão de obra foi solucionada com o aproveitamento da população internamente disponível.

CAPÍTULO II - MINAS E SÃO PAULO: UMA ANÁLISE COMPARADA

A bibliografia que estuda a questão da transição para o trabalho livre analisa, em geral, as formas desta transição em São Paulo, particularmente para a região do Oeste Paulista. O estudo desta região é fundamental já que aí está o centro dinâmico das transformações que sofre o Brasil neste momento. A associação do capitalista comercial com o empresário agrícola e o desenvolvimento da industrialização são os marcos da transição capitalista em curso. Entretanto, as generalizações que advêm destes estudos, regionais na sua essência, não explicam a diversidade de caminhos que a transição percorre em todo o país e particularmente na sua região cafeeira. São Paulo não é exemplo dos processos de organização do mercado de trabalho livre que ocorrem neste momento, é antes uma exceção, fundamental pelo que apresenta de dinâmica, central e determinante neste processo.

Ao par deste primeiro limite dos estudos bibliográficos um outro também se coloca. A forma predominante desta transição em São Paulo foi a utilização do imigrante europeu, com a substituição física do negro pelo branco. Existe todo um projeto de constituição da nação que justifica

esta forma concreta de transição. O imigrante é compreendido como elemento capaz de "branquear" a nação, dar novo conteúdo ao trabalho manual, permitir o desenvolvimento com ordem e progresso (1). A possibilidade da constituição de um fluxo regular e maciço de imigrantes é dada tanto pelo momento político e econômico europeu - que desapropria milhares de camponeses, sobretudo na Itália - quanto pelas dificuldades econômicas observadas nos Estados Unidos e Argentina, países que tradicionalmente recebiam o maior fluxo de imigrantes. Ou seja, a necessidade de braços para a lavoura no Brasil, ou mais precisamente em São Paulo, coincide com a expansão do capitalismo e a expropriação de uma enorme parcela da população que encontra na imigração a possibilidade de recuperar sua condição de vida.

Mas se a imigração foi para São Paulo a forma encontrada da transição, ela não foi o único projeto existente. As discussões objetivando a utilização do trabalhador nacional e do liberto também faziam parte das propostas políticas do fim do Império. A proposta imigrantista venceu em

(1) Alencastro, ao estudar a vinda de imigrantes portugueses e as diferentes etapas da política imigrantista, sugere que nas discussões sobre a imigração, a intelligentsia tinha sempre presente a preocupação com valores sócio-culturais, que se traduziam na questão do branqueamento. Para os plantadores a questão fundamental era a existência de mão de obra para realizar a produção. E, mais, ainda, a preocupação com as características étnicas e culturais do imigrante eram reforçadas pelas políticas de colonização e povoamento. Felipe de Alencastro, "Proletâirs et esclaves: imigrés portugais et captifs africains à Rio de Janeiro, 1830 a 1872" in: Cahier du CRIAR n° 4 Publications de la Université de Rouen, 1984. pp. 119 a 153 notadamente pp. 120 a 123.

São Paulo, mas no resto do país também se realizou a transição para o trabalho livre. A bibliografia, ao estudar os caminhos percorridos para a organização do trabalho livre atém se à análise do que foi a proposta vitoriosa - a imigração - como se este fosse o único caminho possível de encaminhamento da transição.

Ao longo da segunda metade do século XIX, uma série de possibilidades de instauração do trabalho livre foram discutidas e encampadas por diversos grupos nacionais. O movimento abolicionista insere-se neste movimento de constituição do trabalho livre. A abolição lenta com a incorporação do cativo ao mercado de trabalho, a imigração chinesa, o aproveitamento do trabalhador nacional e a imigração européia indicam as diferentes formas de transição discutidas neste momento.

Em São Paulo, o processo de instauração do trabalho livre assumiu a forma de "imigração para o capital". A importância paulista nos quadros da transição capitalista, que tem como um dos seus elementos centrais a constituição do mercado de trabalho livre, fez com que nos trabalhos de reflexão sobre esta questão se sobrepusessem dois processos distintos. De um lado, o processo geral de transição ao trabalho livre a nível nacional. De outro, o processo particular das formas desta transição a nível regional; em São Paulo: a imigração européia. A importância crescente de São Paulo na economia e política nacionais e a necessidade de legitimar um processo regional com as cores da aspiração nacional ao desenvolvimento e progresso levavam outras províncias (mais tarde Estados) a insistirem na elaboração

de políticas imigrantistas (2).

Minas Gerais traça uma série de políticas públicas de imigração que têm, em geral, como objetivo maior a colonização, entendida entretanto como assentamento de população em núcleos de povoamento, e não como oferta de mão de obra para os fazendeiros.

A bibliografia, quando estuda a transição para o trabalho livre, com base na reflexão empírica sobre a realidade de São Paulo, limita-se ao exame de uma das formas desta transição: a imigração européia. A nosso ver isto resulta na sobreposição de dois processos de naturezas distintas e confunde a própria constituição do trabalho livre, comum a toda a Nação, com a forma particular articulada em São Paulo: e conforme dissemos, o imigrantismo supostamente nacional.

Parece-nos que esta superposição tem gerado dificuldades para a compreensão desta transição nas demais regiões do país na medida em que sempre se procura no imigrante o suposto elemento explicativo do sucesso ou fracasso do desenvolvimento capitalista. No extremo, tudo se passa como se a ausência do imigrante definisse a debilidade do desenvolvimento capitalista.

Por outro lado, já que esta distinção não é explicitada pela bibliografia que estuda o desenvolvimento do trabalho livre no Oeste Paulista, permanece a questão da marginalização do liberto e do nacional neste processo. Já que o

(2) Um exemplo disto é a imigração subsidiada. O Governo Central só poderia subsidiar a imigração na medida em que ela fosse vista como aspiração nacional.

processo não é visto como superposição de movimentos distintos, pouco se indaga sobre a imigração como solução em si mesma. Busca-se nas "impossibilidades" do escravo e do nacional a explicação de sua marginalidade. Ainda que em perspectiva diferente da por nós aqui adotada Florestan Fernandes ao estudar a integração do negro na sociedade de classes em São Paulo, aponta o imigrante como elemento, que enquanto força de trabalho, é mola da transição para a sociedade de classes já que incorpora nas suas relações de trabalho os valores do mundo capitalista. O liberto, elemento constitutivo da sociedade de castas, é incapaz de se adequar aos padrões exigidos pela nova ordem social. "Enquanto o estrangeiro via no trabalho assalariado um simples meio para iniciar 'vida nova na pátria nova' calculando libertar-se desta condição o mais depressa possível, o negro e o mulato convertiam-no em um fim em si e para si mesmo, como se nele e por ele provassem a dignidade e a liberdade da pessoa humana" (3).

As posições adotadas pela bibliografia podem ser reunidas em dois grandes grupos. Uma corrente tenta explicar a inadequação do ex-escravo às novas necessidades do mercado de trabalho e a outra destaca as impossibilidades de uso do trabalhador nacional livre como força de trabalho básica para

(3) Florestan Fernandes A integração do negro na sociedade de classes, São Paulo, 1978 p. 29.

a lavoura cafeeira (4).

Os textos que pretendem explicar a utilização do imigrante europeu tendo em vista a inadequação do ex-escravo às novas exigências do mercado de trabalho partem da premissa de que são as condições e características do trabalho geradas no escravismo as responsáveis por esta marginalização do liberto.

A partir de uma releitura dos argumentos de escritores e políticos daquela época sobre inabilidade, indisciplina, baixo nível e ineficiência no trabalho, a bibliografia pesquisada aponta novos elementos para a não incorporação do negro ao mercado de trabalho sempre na tentativa de justificar "objetivamente" (e não mais "ideologicamente") essa exclusão.

Estes argumentos indicam várias direções. Do ponto de vista do ex-cativo, a liberdade seria vista ou como negação ao trabalho ou como possibilidade de realização de uma atividade dignificante que lhe restituiria a condição de humanidade negada pelo trabalho escravo. Esta aspiração em relação ao trabalho inviabilizaria a absorção do liberto já que vai de encontro as determinações capitalistas das relações contratuais.

(4) A carência de mão de obra passa por estudos sistemáticos referentes ao fim do tráfico, tráfico inter-provincial, estudos quantitativos sobre esperança de vida, taxas de mortalidade/natalidade. Ver por exemplo Leslie Bethel A abolição do tráfico de escravos no Brasil. trad., São Paulo, 1976. Robert Conrad Os últimos anos da escravatura no Brasil. trad., Rio de Janeiro, 1975, dentre outras.

De acordo com uma argumentação mais técnica, o liberto seria incapaz de adequar-se ao desenvolvimento tecnológico implícito na exploração capitalista, em função das próprias características e condições do trabalho no escravismo.

Num nível mais ideológico situam-se as argumentações que destacam tanto a necessidade de reabilitação do trabalho manual quanto a questão da mentalidade senhorial. Esta última implica a impossibilidade, determinada pela tradição escravista, de que o negro fosse aceito e tratado como cidadão livre. É necessário substituir o trabalhador para alterar a mentalidade escravocrata senhorial, adequando-a aos novos tempos. A expectativa de atribuir valores positivos ao trabalho manual enquadra-se no projeto de desenvolvimento nacional que incorporaria crescentes contingentes populacionais ao mundo do trabalho, eliminando o ócio e a vadiagem característicos do escravismo. Para estes autores, a dignificação necessária do trabalho não poderia ser realizada com base naquele elemento que simbolizava justamente a sua degradação maior.

De uma certa forma, em todas estas diferentes explicações, o escravismo que gerou o negro como escravo, é também o responsável pela sua exclusão e marginalização no mundo do trabalho livre (5).

(5) Fernando H. Cardoso, Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 2a. ed., Rio de Janeiro, 1977. Emília V. Costa, Da senzala à colônia 2a. ed., São Paulo, 1982; Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo, 1977; "O es

A não utilização do trabalhador nacional livre como força de trabalho essencial para a lavoura cafeeira encontra uma série de explicações distintas (6).

As análises de cunho mais econômico apontam basicamente para duas questões. Uma considera o fato de que este trabalhador não sendo totalmente expropriado, tendo acesso à terra (ainda que precário ou instável) como forma de garantir a sobrevivência, não se sujeitaria às regras do trabalho disciplinado imposto por outros. É necessário a to-

-
- (5) cravo na grande lavoura" in: História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, vol. 3, org. Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, 1967. Peter Eisenberg. "A mentalidade dos fazendeiros no congresso agrícola de 1878" in: Modos de Produção e realidade brasileira, org. José R. do Amaral Lapa, Petrópolis, 1980. Jacob Gorender. O escravismo colonial, São Paulo, 1978. Otávio Ianni. "Progresso econômico e trabalhador livre" in: História Geral da Civilização Brasileira, op.cit.. José S. Martins. O cativo da terra, São Paulo, 1979. João M.C. Mello. O Capitalismo tardio, São Paulo, 1984. Tereza S. Petrone. "Imigração assalariada" in: História Geral da Civilização Brasileira, op.cit.. Caio Prado Jr.. Formação do Brasil contemporâneo, 15a. ed., São Paulo, 1977; História econômica do Brasil, 17a. ed., São Paulo, 1974. Sérgio Silva. Expansão Cafeeira e origens da indústria no Brasil, 5a. ed., São Paulo, 1981. Florestan Fernandes. A integração do negro na Sociedade de classes, São Paulo, 1978.
- (6) Antonio Cândido. Os parceiros do Rio Bonito, São Paulo, 1979. Emília V. da Costa, op.cit.. Maria S. Carvalho Franco. Homens livres na ordem escravocrata, São Paulo, 1974. Celso Furtado. Formação econômica do Brasil, 12a. ed., São Paulo, 1974. S. Buarque de Holanda. "As colônias de parceria" in: História Geral da Civilização Brasileira op.cit. Otávio Ianni. op.cit. J.S. Martins. op.cit. João M.C. Mello. op.cit

tal expropriação do trabalhador para que ele se sujeite a ser um vendedor de força de trabalho (o imigrante chegaria ao Brasil já expropriado, liberando o frágil capital nacional da realização desta tarefa). Outra questão aponta a dispersão geográfica desta população, onde o recrutamento só seria possível se contasse com a decidida cooperação dos proprietários de terras e, mesmo assim, implicaria o dispêndio de enormes recursos. Em todos os casos seria necessário o monopólio total e real da terra, de modo a excluir a possibilidade de sobrevivência autônoma de uma população camponesa.

Outras análises procuram seu embasamento no nível das relações culturais e ideológicas. Apontam para os laços de dependência pessoal que configuram tanto o poder dos senhores de terra sobre estes trabalhadores quanto o estabelecimento de formas de dominação interiorizadas e só rompidas individualmente. Nestes casos, a referência empírica fundamental da análise são os agregados, que funcionariam como "espoletas eleitorais" e, conseqüentemente, fonte de poder político para os latifundiários.

A comparação com o trabalho escravo e a recusa a esta igualdade tendo em vista o aviltamento do trabalho manual é aqui apresentada numa dupla relação referente à mentalidade deste homem livre, e do proprietário de terras e escravos. O homem livre não aceita sua equalização ao escravo e vê no trabalho regular da fazenda a realização desta redução ao ser escravo. O proprietário estigmatiza o homem livre, marginal às relações centrais da sociedade, como arremido ao trabalho, preguiçoso e indolente. Entretanto, como nos diz Antônio Cândido, "o desamor ao trabalho estava

ligado à desnecessidade de trabalhar condicionada pela falta de estímulos prementes à técnica sumária e em muitos casos, a espoliação eventual da terra obtida por posse ou concessão " (7). Esta pecha de ocioso e vagabundo que se estenderá ao liberto será peça fundamental na argumentação repressiva que visará disciplinar este trabalhador.

Finalmente, temos os autores que vêem este homem livre como elemento marginal gerado no mundo escravista e que desaparece, enquanto personagem específico do sistema que o gerou e marginalizou. A questão da cultura caipira desenvolvida por Maria Silvia e Antonio Cândido indica a referência sócio-cultural na qual mover-se-ia todo este segmento da população, marginalmente integrada à sociedade escravista.

Nos itens subsequentes, pretendemos demonstrar que estas explicações vinculam-se à solução "imigrantista". Minas Gerais, em particular a Zona da Mata, percorre outro caminho de organização do mercado de trabalho, utilizando fundamentalmente o liberto e o nacional. Distintas possibilidades de utilização de mão de obra livre colocam novos e diferentes problemas. Como veremos a(s) solução(ões) adotada(s) para a questão da mão de obra só pode ser entendida como parte de um todo maior que define a forma concreta de transição adotada.

(7) Antônio Cândido op. cit. p. 86.

Minas Gerais e a Abolição Gradual

A nossa análise da questão da transição para o trabalho livre diferencia-se das linhas gerais apontadas pela bibliografia basicamente por não entender a passagem do trabalho escravo para o livre como a substituição do negro pelo imigrante, tendo em vista a análise do caso concreto da Mata mineira.

No período em estudo ocorrem dois processos simultâneos e distintos: a transição do trabalho escravo para o livre a nível nacional e a substituição do negro pelo branco europeu notadamente centrada em São Paulo. Estes dois processos, tidos como um só, passam pela capacidade política paulista de impor gradativamente à Nação (fundamentalmente às regiões cafeicultoras) seu projeto regional. Emília Viotti, ao analisar as novas condições para a imigração, destaca o particular empenho e interesse dos cafeicultores do Oeste Paulista nesta questão; mostra como as resistências ao projeto imigrantista serão derrubadas através da ascensão de representantes deste projeto a cargos de administração e da concessão, por parte do Governo Central e Provincial, de vultuosas quantias para a subvenção da imigração (8).

A tese de Ademir Gebara, ao analisar o processo de organização do mercado de trabalho no Brasil do século XIX, indica novos caminhos de investigação (9). A Lei de 1871 é

(8) Emília V. da Costa Da senzala à colônia op.cit. pp. 172-180.

(9) Ademir Gebara. The transition from slavery to free labour in Brazil, 1871-1888: slaves legislation and the organization of the labour market. Tese para obtenção de Ph. D. na London School of Economics, 1984 mimeografado

apresentada como marco de um processo de desescravização que tem por objetivo a organização do mercado de trabalho, estabelecendo a hegemonia (10) das classes dominantes e iniciando o processo de instauração da ordem burguesa no Brasil. Pela primeira vez, frisa o autor, o Estado interfere de maneira decisiva e direta no universo senhor/escravo, marcando pelos caminhos estabelecidos no pacto expresso na Lei, o fim do escravismo enquanto sistema social (11). O que ele diz ser a aquiescência do escravo a esse projeto se traduz na incorporação do conflito no plano da legalidade. Por exemplo, o número de fugas diminui durante os anos 70 porque escravo fugido era excluído dos benefícios do fundo de emancipação criado com a Lei. O conjunto de medidas instituído pela Lei de 71 objetivaria disciplinar e inculcar naqueles que constituiriam a força de trabalho da transição capitalista brasileira a ideologia do trabalho necessário ao projeto capitalista de organização social. Gebara indica as dificuldades de manutenção deste projeto de organização do mercado de trabalho durante os anos 70.

O projeto de desescravização instaurado com a Lei de 71 tinha como pré-condição a existência de um período de tempo longo o suficiente para incorporar o ingênuo - escravo nascido do ventre livre - aos ditames do trabalho livre. E

(10) A. Gebara. op. cit. capítulo I pp. 59-60.

(11) Para distinção entre escravismo e escravidão ver: Fernando Novais; "Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séc. XVI-XVIII)" in: Cadernos CEBRAP nº 17, São Paulo, 1978 e anotações do curso "Antigo Sistema Colonial" ministrado no Curso da Pós-Graduação em História, USP, 1º semestre de 1981.

ra necessário educar esta força de trabalho para incorporá-la ao mercado de trabalho livre. As reivindicações apresentadas ao longo dos anos 80 para que se garantisse a escravidão nos prazos delineados por esta lei são antes necessidade imposta pelo gradualismo do projeto do que resultado de uma mentalidade arcaica e reacionária dos fazendeiros escravistas.

As crescentes dificuldades de controlar a mão de obra escrava e a situação internacional favorável à imigração fazem com que recrudesça a proposta imigrantista como uma possibilidade da transição.

Os anos 80 marcam a ascensão cada vez maior de São Paulo no cenário nacional. Nesta província, marcadamente na região Oeste, implementa-se outra solução para a transição - a vinda de imigrantes, associada pelas suas expressões, no nível ideológico, ao branqueamento da Nação e extermínio da "mancha negra de nossa história!". Os milhares de imigrantes introduzidos na província a partir dos meados dos anos 80, os crescentes conflitos e fugas de escravos fazem com que seja aos poucos abandonado o projeto gradualista de 71.

Desde meados do século XIX são introduzidos imigrantes em áreas cafeeiras paulistas. Uma série de relações de trabalho são tentadas, sempre insatisfatórias tanto para os proprietários como para os imigrantes (12). Estas tentati-

(12) Thomas Davatz. Memórias de um colono no Brasil. São Paulo, 1972 com prefácio de Sérgio Buarque de Holanda; e Verena Stolcke e Michael Hall. "A introdução do trabalho livre nas fazendas de café em São Paulo" in: Revista Brasileira de História nº 6, São Paulo, set/1983

vas de constituição do trabalho livre com o imigrante são temporariamente abandonadas e assiste-se à intensificação da escravidão, já que o tráfico inter-provincial é capaz de suprir as necessidades crescentes de mão de obra. Ao final da década de 70, o imigrantismo retorna e o tráfico inter-provincial traz a tona questões políticas, tais como um desequilíbrio demográfico e "racial" entre as diversas províncias brasileiras, visto como perigoso para o equilíbrio e unidade imperial.

Nas décadas de 70 e 80, a expansão da cafeicultura paulista, em direção à região denominada Oeste em contraposição à antiga região do Vale do Paraíba, atinge níveis elevados. A interiorização permitida pelo desenvolvimento do sistema ferroviário, a existência de "terras roxas", o caráter extensivo da cafeicultura, os lucros crescentes obtidos com o café dada a expansão do mercado consumidor e a elevação das cotações internacionais do produto fazem com que ocorra uma vertiginosa expansão desta monocultura (13).

Esta é uma situação ímpar. Nas províncias cafeeiras de Minas e Rio de Janeiro não existe a mesma possibilidade de expansão. Mais do que isto estas zonas cafeeiras estão ocupadas desde a primeira metade do século XIX e já apresentam sinais de envelhecimento e decadência dos cafezais.

Para a província de São Paulo, a expansão da fronteira coloca a necessidade cada vez maior de braços para a lavou

(13) Entre 1876 e 1880 a cafeicultura paulista cresce 58,62% e nos anos 80 (1880-1890) 152,17%. Dados extraídos da tabela II de João Heraldo Lima Café e indústria em Minas Gerais 1870-1920. Petrópolis, 1981, p.46.

ra. É necessário derrubar as matas, formar os cafezais, realizar o cultivo e a colheita em áreas cada vez maiores. O suprimento regular de trabalhadores é fundamental, pois a ausência desta força de trabalho é ponto de estrangulamento para a expansão cafeeira.

Para além da produção do café, em São Paulo, o capital envolvido na atividade produtiva tem estreitas ligações com o capital comercial. A pujança desta associação reflete-se no início do desenvolvimento fabril, no crescimento das cidades com incremento e complexificação da estrutura social, na criação de um sistema bancário com diferentes possibilidades de aplicações de capital. Esta capacidade de multiplicar seus campos de atuação gerando uma profunda alteração do social é característica marcante do capital em São Paulo. Ela está presente em escala inferior ou simplesmente ausente nas outras províncias cafeeiras. Fora de São Paulo, o café gera riqueza mas não consegue revolucionar a ordem social. Daí a importância do estudo de São Paulo e da compreensão do seu papel de centro dinâmico na transição capitalista tão bem destacado pela bibliografia (14).

A instauração do colonato como relação de trabalho dominante, capaz de fixar e regularizar a prestação de serviços (15) associada à situação internacional favorável ao

(14) Dentre os trabalhos que analisam estas transformações em São Paulo está o de Wilson Cano. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo, 1977, que desenvolve a noção de complexo cafeeiro. O trabalho já citado de João Heraldo Lima constata a ausência em Minas Gerais dos elementos constitutivos deste conceito desenvolvido por Cano.

(15) Verena Stolcke e Michael Hall op.cit. pp.99-116.

fluxo de trabalhadores em direção ao Brasil faz com que a imigração retorne aos debates e seja desta feita encampada como solução prioritária para a transição paulista.

No final dos anos 70, a política de desescravização não é mais a única possibilidade de transição encampada pelos grupos dominantes. As crescentes dificuldades surgidas na implementação do projeto de 1871 faz com que recrudesçam as discussões sobre a imigração chinesa e européia como formas alternativas de transição. Não são mais consensuais os caminhos a serem percorridos na tumultuada instauração do trabalho livre. A par disto, propõem-se novas regulamentações que tinham por objetivo a continuidade do projeto gradualista de transição com a mão de obra internamente disponível. A Lei de Locação de Serviços de 1879 e até mesmo a Lei dos Sexagenários de 1885 tinham por objetivo novas regulamentações que ajustassem a proposta de 71 aos problemas concretos enfrentados.

A partir de 1878, os paulistas, notadamente os produtores do Oeste, pendem mais e mais para o projeto imigrantista. Neste sentido ocorre um abalo na união das camadas dominantes. Caberá às demais regiões implementar o projeto de 71, mas dominadas pela influência paulista e até mesmo auxiliando a alternativa imigrantista através do subsídio nacional à imigração estrangeira dirigida, basicamente para São Paulo. Não é à toa que já em 78 se conclama à unidade de perda das regiões cafeicultoras. A abolição da escravidão não é mais temida já que encontrou-se outra alternativa para a questão de braços para a lavoura. A partir de 1887, ela passa a ser desejada já que o controle do escravo se faz impossível e a desorganização do trabalho é gri-

tante.

A distinção entre estes projetos de transição pode ser encontrada nas Atas do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro em 1878 (16). Para os lavradores do Oeste Paulista, a transição proposta centra-se na introdução de imigrantes. Eles querem medidas para a concretização desta proposta. Para os lavradores de MG, RJ, ES, a questão do trabalho - basicamente o aproveitamento dos nacionais e libertos - está submetida à maior disponibilidade de capital para a lavoura.

Precisa-se de tempo para a realização da transição, pois aposta-se na vigência do projeto de 71. Há urgência na captação de recursos, dado que a existência de capital a juros módicos e longos prazos de amortização é entendido como fator essencial para o desenvolvimento. A necessidade cada vez maior de mão de obra não é fator de estrangulamen

(16) No mesmo ano de 1878 foi realizado em Recife outro Congresso Agrícola que reuniu representantes da grande lavoura algodoeira e canavieira. Estes fazendeiros, reclamando de sua exclusão na convocatória para o Congresso realizado no Rio de Janeiro, respondem ao mesmo questionário aí discutido. As reivindicações encaminhadas ao Ministro da Agricultura apontam no mesmo sentido daquelas encampadas pelos cafeicultores de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Ou seja, mais dinheiro e crédito e menores taxações. Não se sente a falta de braços e os libertos serão mão de obra aproveitável para a grande lavoura desde que educados em instituições de ensino agrícola. Isto fará com que eles se adequem, segundo a visão dos fazendeiros nortistas, à nova realidade do trabalho livre. A necessidade de reeducação do liberto é elemento central na proposta de desescravização de 71.

to das possibilidades de expansão da produção como em São Paulo.

O Congresso Agrícola

Na discussão sobre as propostas apresentadas no Congresso Agrícola de 1878 pretendemos destacar a existência de diferentes projetos para a transição ao trabalho livre. Discutindo os problemas mais urgentes da lavoura, os cafeicultores aí reunidos apresentavam as soluções e caminhos a serem percorridos na transformação que se operava na sociedade brasileira. A questão do trabalho é fundamental já que o fim da escravidão era inevitável e medidas visando a organização do mercado de trabalho livre teriam que ser implementadas. Discute-se, a nosso ver, as diversas possibilidades de encaminhamento da transição capitalista. As propostas apresentadas possuem uma compreensão global do processo de mudanças e nesta medida todos os fatores da "crise da lavoura" são discutidos numa perspectiva de transformação da sociedade brasileira.

As propostas consubstanciavam distintos encaminhamentos para a transição. Pretendemos destacar, na análise dos discursos e pareceres do Congresso, que os lavradores de Minas, Rio de Janeiro e Espírito Santo apresentavam propostas dentro do projeto político definido em 1871, enquanto os cafeicultores do Oeste Paulista reuniam-se em torno de um novo e elaborado projeto que rompia com a concepção gradualista implementada com a Lei do Ventre Livre.

Os paulistas vão ao Congresso na qualidade de representantes do Club da Lavoura de Campinas e conseguem ampliar

sua representatividade passando a falar em nome da grande lavoura da Província de São Paulo. Querem a descentralização administrativa, garantias para o capital comercial e financeiro e ajuda eficaz ao projeto imigrantista. Esta ajuda se traduz na ampliação dos direitos civis dos colonos europeus e na implementação de uma série de medidas que, na prática, significam a secularização e modernização do Estado. Deseja-se o trabalhador fixo nas fazendas, controlado por contratos de trabalho bastante detalhados.

Os cafeicultores das demais regiões representadas no Congresso, inclusive os fazendeiros do Vale do Paraíba paulista, opõem-se à descentralização do crédito com a consequente criação de bancos territoriais provinciais patrocinados por capitais particulares. Almejam a não interferência do Governo na atividade produtiva e a garantia de dinheiro farto e barato para a lavoura endividada. Reivindicam a garantia da propriedade, a taxaço dos lucros obtidos pelos comissários e capitalistas urbanos que desviam capitais da lavoura já que oferecem, juntamente com o governo, possibilidades de aplicações financeiras vantajosas, além de cobrarem juros exorbitantes pelos empréstimos, o que implica a impossibilidade de saldarem as suas dívidas.

Na questão do trabalho, em particular, estão mais preocupados com a efetivação de medidas necessárias o aproveitamento do trabalhador nacional e ao desenvolvimento de instituições de ensino que permitissem tanto a melhoria da qualidade da mão de obra quanto a incorporação de novas técnicas que propiciassem maior rendimento das culturas minimizando a dependência dos fazendeiros em relação a mão de obra. Acreditam e apostam no processo gradual de extin-

ção da escravidão sob esta premissa, apresentam propostas de fortalecimento da lavoura preparando-a para a lenta transição para o trabalho livre.

Em Minas Gerais, a inexistência de uma fronteira agrícola em expansão, a diversidade econômica, a presença de uma colonização antiga e de um grande contingente populacional marcaram as propostas de reorganização do trabalho.

A partir do final da década de 70, notadamente nos anos 78 e 79, São Paulo assume cada vez mais uma posição marcante nas definições do processo da transição. É também neste momento que as propostas estabelecidas em 71 começam a ser questionadas. A emergência do abolicionismo, mobilizando os setores urbanos e a crescente influência do projeto imigrantista marcam a constituição de um novo caminho para a eliminação do trabalho escravo, para a organização do mercado de trabalho. O congresso agrícola de 78 é importante documento para a análise destes projetos distintos de transição no momento de sua emergência. Os cafeicultores não paulistas percebem esta mudança e insistem na unidade necessária e desejável das províncias cafeeiras em torno de um projeto comum de reordenação social (17).

Em meados da década de 80, tem-se assegurado o suprimento de trabalhadores europeus e encontrava-se uma relação de trabalho, o colonato, capaz de fixar este imigrante às terras produtivas. Se os fazendeiros do Oeste não assumem uma postura abolicionista também não mais se oporão às medidas que acelerem o fim do escravismo. O crescente movimen-

(17) Emília V. Costa, *op. cit.* especialmente parte III pp. 323 a 448.

to de fugas de escravos, com a desorganização da atividade produtiva e a impossibilidade de controle desta parcela da mão de obra, o medo de revoltas e assassinatos e a presença marcante e definitiva do homem livre fazem com que a abolição seja questão de dias. As restrições colocadas pelo Governo no sentido de encaminhamento de novas reformas da escravidão acelerando o processo estabelecido com a Lei de 71 não estavam mais presentes.

Segundo Emília Viotti o momento de discussão e implementação de novas reformas "seria aquele em que o Governo se convencesse de que não haveria desorganização do trabalho, empobrecimento do tesouro e riscos de que o crédito do Brasil, no estrangeiro, fosse afetado. Principalmente porque as dívidas da Nação eram cobertas com as rendas tiradas da lavoura exercida por braços escravos e impossibilitada de recorrer ao trabalho livre"(18). Mas se este era o quadro até 79 não o era mais em meados da década de 80.

Rompe-se o consenso em torno do projeto gradualista de 71 e caberá às demais regiões serem capazes de enfrentar a nova realidade sem se desestruturarem. Minas consegue fazer esta passagem mas será cada vez mais dependente de uma forte coesão política interna e cada vez mais terá que apoiar-se na sua população como fonte de poder e barganha política, como bem demonstra Wirth (19).

Tendo este quadro em mente discordamos da proposição de

(18) idem p. 402.

(19) Jonh Wirth O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937. trad. Rio de Janeiro, 1982 especialmente capítulo 6.

Eisenberg que, em análise feita sobre a questão da mão de obra afirma que "a opinião geral era de que a mão de obra que faltava à grande lavoura não podia ser recrutada dentro do país, a alternativa lógica era trazê-la de fora" (20). Não estamos aqui afirmando que existia uma diferença de mentalidade entre as diversas regiões cafeicultoras, tema central do artigo citado. Pretendemos enfatizar que existem soluções diferentes para a transição que correspondem às aspirações, necessidades e diferenças regionais. É isto que pretendemos demonstrar a partir da análise das falas realizadas no congresso em torno dos diversos temas debatidos.

As Propostas do Congresso Agrícola

Lavradores de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo reuniram-se no Rio de Janeiro, em 1878, para discutir os problemas que afligiam a grande lavoura. O congresso foi convocado pelo Ministro da Agricultura do Império, sendo previamente distribuído um questionário que tinha por objetivo caracterizar os problemas da grande lavoura.

Todos os cafeicultores presentes concordavam que os maiores problemas da lavoura eram crédito, braços, instrução e meios de transporte. Entretanto, através da análise dos diferentes pronunciamentos realizados, são nítidas as diferenças estabelecidas entre os produtores do Oeste Paulista

(20) Peter Eisenberg op. cit. p. 186.

e os das demais regiões. Uma primeira e importante diferença se apresenta na preparação dos lavradores para irem ao Congresso. Os cafeicultores do Oeste levam para o debate um parecer com propostas bastante detalhadas, elaborado no Club da Lavoura de Campinas. Os lavradores das demais regiões, reúnem-se durante o próprio Congresso e elaboram um documento que apenas aponta os problemas e conclama à união das diversas regiões. O parecer paulista será discutido em três das cinco sessões do Congresso. Os paulistas se manifestam no sentido de explicitar e reforçar as teses apresentadas no referido parecer. Os cafeicultores das demais regiões pronunciam-se de maneira mais individual ou, quando muito, como delegados de municípios. Outro elemento importante para as distinções que vamos aqui apontar refere-se à união de mineiros e cariocas num mesmo conjunto. Ou seja, é comum a presença de delegados que representam, ao mesmo tempo, municípios de Minas e Rio de Janeiro. Os paulistas representantes do Vale do Paraíba pronunciam-se contrariamente a várias proposições apresentadas e defendidas pelo parecer do Club de Lavoura de Campinas, notadamente nas questões de meios de obtenção de crédito para a lavoura e utilização do braço nacional.

Centraremos nossa análise na questão da mão de obra. Tendo em vista o caráter das propostas apresentadas - qual seja, uma reordenação do social - é imprescindível apontar as diferenças em relação aos outros temas debatidos, notadamente a questão de capitais. Mais explicitamente o que está em discussão são propostas de encaminhamento para a transição para o trabalho livre que implicam a construção de um novo país. Interessa-nos mais de perto o encaminha-

mento diverso dado à constituição de um mercado de trabalho. Mas para isto é importante compreender as distinções entre os projetos globais apresentados.

I - Capitais para a Lavoura

Para a obtenção de capitais para a lavoura a juros módicos o parecer de São Paulo propõe a constituição de bancos provinciais organizados com capitais particulares. A centralização do crédito é vista como impecilho à maior rapidez no fluxo do dinheiro. Propõe-se a reformulação da lei de hipotecas oferecendo maiores garantias aos credores que desta forma teriam menores receios em emprestar dinheiro para as lavouras necessitadas. O crédito deve ser territorial ou agrícola tendo por base a terra e a produção, e não mais o escravo. O Governo não deve interferir diretamente. O princípio federalista é defendido como sendo base para um maior desenvolvimento agrícola.

O Dr. Américo Brasiliense, delegado não cafeicultor da região do Oeste Paulista, elogiando o parecer apresentado pelos paulistas diz na terceira sessão do Congresso: "Se, pois, a lavoura tem recursos diferentes em cada Província é evidente que o princípio descentralizador é o que satisfaz melhor as necessidades da indústria agrícola no Brasil(...)

Há capitais no país, mas não os há para a lavoura. Por que? Faltam capitais à agricultura, porque desgraçadamente aquela indústria que oferece mais condições de garantia, é justamente a que merece menor confiança. Acontece que entre nós se tem mais segurança no nome do que na proprieda-

de rural... Isto é depressão do crédito agrícola, do crédito territorial(...)

Facilite-se a execução de hipotecas, tornando-a independente de prolongado processo, sujeitando-a mesmo ao martelo do leiloeiro. Desde que o fato se der, não mais faltará o crédito hipotecário" (21).

Por fim, dizendo que em São Paulo existem capitais suficientes para a constituição de um banco provincial de crédito real, aponta o exemplo dos capitais particulares empregados nas ferrovias e acrescenta "que na sua opinião um estabelecimento de crédito real fundado no Rio de Janeiro para todas as províncias não satisfaz as aspirações da lavoura. Pensa que não há meio mais apropriado para satisfazer os interesses da lavoura do que fundar em todas as províncias bancos ou associações de crédito real" (22). As demais regiões cafeeicultoras, inclusive a região paulista do Vale do Paraíba, discordam das propostas apresentadas por São Paulo.

As propostas encaminhadas no Congresso pelas representantes de MG, RJ e ES, objetivando a atração de mais capitais para a lavoura, centram-se na redução da taxa de juros, na emissão de papel moeda, na retirada das apólices do governo do mercado e redução de sua remuneração, na diminuição de impostos, na agilização da concessão do crédito, seja pela criação de um banco de crédito centralizado, seja pela garantia da propriedade escrava, base do crédito,

(21) Atas do Congresso Agrícola. Coleção de Documentos, Rio de Janeiro, 1878, pp. 174-176.

(22) idem p. 178.

seja ainda pela diminuição dos lucros dos capitalistas e particularmente dos comissários de café sediados no Rio de Janeiro. Para a concessão de crédito pelo Banco do Brasil deve valer o nome do proprietário sem a necessidade de intermediários que avalizem os empréstimos. A agilização da lei hipotecária deve ocorrer mas garantindo os direitos dos devedores e não dos credores.

O Sr. Francisco A. P. de Andrade de Ouro Fino, RJ, ao debater o parecer paulista diz que a única proposta aceitável é a de crédito real porque garantiria capitais a juros baixos e longo prazo e passa a expor as causas que conduziram a lavoura a este estado crítico e decadente em que se encontra.

"Não foi só o encarecimento do elemento do trabalho, o escravo, que contribuiu para os embaraços em que se acha a lavoura; ela tem sido nimiamente oberada de impostos; quase que a terça parte do que os agricultores produzem é entregue ao Estado.

As estradas de ferro que vieram ampliar a área cultivável e encarecer a propriedade, longe de prestar os serviços que todos esperavam, não têm realizado esse desideratum, porque as suas tarifas, seus fretes são elevadíssimos (...)

O Governo talvez sem refletir muito no alcance do que fazia foi autorizando a incorporação de companhias de seguros de vida que fizeram seus agentes cruzarem pelas fazendas e arrancarem capitais ao lavrador (...)

Ninguém ignora que, quando o lavrador tem necessidade de bater à porta do comissário de café, é uma praça rendida à discricão do vencedor... Quando um agricultor vai tomar a um comissário dinheiro de que precisa, é um homem

arruinado, nunca mais poderá pagar a sua dívida" (23).

O Dr. Júlio C. M. Carneiro de Mar de Hespanha (MG), defende o direito de todo proprietário agrícola "conseguir diretamente do banco os capitais necessários aos melhoramentos de seu estabelecimento rural; é preciso acabar com o sistema seguido, por via de regra até o presente de só conseguirem-se esses capitais por segundas e terceiras pessoas, por meio da influência e do empenho" (24).

O Sr. Joaquim J. A. S. Silva, de Leopoldina (MG), afirma que existem dois tipos de grande lavoura, a endividada e a desembaraçada de dívidas. É sobre a primeira que devem voltar-se as preocupações do Congresso.

"A necessidade mais palpitante que sente a grande lavoura é de dinheiro a juro barato.

Desde que o governo por si ou por intermédio de bancos, não proporcionar capital barato à lavoura, ela há de ficar arruinada, arrastando em sua ruína os seus credores (...)

Não desconhece que tenha muito concorrido para o desprestígio da lavoura a falta de segurança da propriedade. Se o lavrador tem escravos, como dá-los em garantia ao credor que está cismando com a emancipação?" (25).

O que percebemos a partir dos depoimentos dos cafeicultores sobre a questão da obtenção de capitais é que este é um grande problema para a lavoura. Entretanto, as soluções propostas, objetivando a atração da capitais a juros módicos e longos prazos de pagamento são diferenciadas, tendo como pano de fundo a diversidade das economias e o grau

(23) idem p.149

(24) idem p. 148

(25) idem pp. 155-156.

de dependência com o poder central.

Outro elemento importante para a compreensão das propostas encaminhadas no que se refere à obtenção de capitais é o fato dos cafeicultores paulistas apresentarem uma proposta comum e elaborada; enquanto que os mineiros e fluminenses, apesar de possuírem idéias e propostas bastante complexas, não apresentam a mesma unidade paulista e falam como representantes locais, em nome de interesses e problemas particulares, e não como representantes de uma classe que possui um projeto coletivo. É portanto compreensível a diversidade de encaminhamentos propostos por estas regiões diferentemente de São Paulo que apresenta um projeto que é defendido nas sessões plenárias. Entretanto se não existe um consenso entre os mineiros fluminenses e capixabas a respeito das melhores políticas a serem adotadas é sensível a resistência ao projeto paulista que implica uma alteração das regras vigentes e demanda a existência de um capital forte e disponível para bancar o progresso desejado, sem as benesses do poder central.

II - Instrução Agrícola

No que diz respeito à instrução agrícola poucas são as discussões e divergências apresentadas nas cinco sessões do Congresso. Apenas dez congressistas fazem referências à questão da instrução. Quatro do Rio de Janeiro, três de Minas Gerais e três de São Paulo. A educação agrícola é vista como a "necessidade mais urgente da lavoura", pois que "educados os lavradores, haverá de sobra terras e bra-

ços" (26) dado o decorrente aumento da produtividade e melhor aproveitamento das terras e das máquinas. Mesmo aqueles que não vêm na educação agrícola a mais urgente necesidade da lavoura concordam com este raciocínio. Outro argumento levantado é a possibilidade de aproveitamento do liberto, desde que ele seja convenientemente educado. Este é para o Comendador Luiz Ribeiro de Souza , de Rezende (RJ), o mais importante de todos os quesitos. "Estabelecimentos agrícolas e industriais, onde se comece a tratar desses ingênuos, onde se lhes dê a verdadeira educação agrícola, onde possam aprender a ler, escrever e contar; onde, além desses princípios de educação, ainda tenham alguns estudos teóricos e práticos da agricultura do país.

Para isso é necessário que o Governo Imperial, quanto antes, trate de montar esses estabelecimentos, porque os ingênuos em nossas fazendas, jamais poderão ser úteis aos fazendeiros, serão sempre o pomo da discórdia" (27).

Ainda existem aqueles que se manifestam desfavoravelmente à instrução agrícola seja porque a melhor escola é a prática (28), seja porque não é uma solução imediata (29) ou ainda por ser um sorvedouro do dinheiro público (30).

(26) idem. p. 133. Discurso de João Caetano M. e Castro. S. José do Rio Preto, MG.

(27) idem. p. 201.

(28) idem. p. 219. Discurso Comendador Angelo T. Amaral. Itaboraí, RJ.

(29) idem. p. 146. Discurso de Julio C. M. Carneiro, Mar de Hespanha, MG.

(30) idem p. 149. Discurso Francisco A. P. de Andrade, Ouro Fino, RJ.

Apesar do pouco destaque recebido por este tema nos debates é necessário ressaltar sua vinculação à questão de braços para a lavoura e a necessidade de melhorar e implementar o desenvolvimento da agricultura através do uso de máquinas, técnicas e menor dependência da mão de obra.

III - A Questão do Trabalho

Conforme destacamos, no que se refere à obtenção de capitais para a lavoura existiam propostas bastante diferentes de encaminhamento de uma "política econômica". Nas discussões sobre braços para a lavoura o que ocorre é bastante distinto. A polêmica em torno da utilização de tal ou qual trabalhador, não está centrada em argumentações distintas sobre as "qualidades" da mão de obra. De uma maneira mais clara, as mesmas características eram atribuídas aos trabalhadores tanto por aqueles que defendiam sua utilização quanto por quem a negava. O trabalhador nacional é sempre ocioso, vagabundo, instável. Os chineses pertencem a uma raça inferior, degenerada, são devassos e não se prestam à missão civilizadora. O europeu é capaz de realizar esta missão civilizadora que compreende a dignificação do trabalho manual e o povoamento e colonização do Brasil. Os ingênuos e libertos não servem para o trabalho baseado em relações livres e contratuais, a não ser que previamente preparados para estas novas relações através de treinamento e aprendizagem realizada em instituições de ensino agrícola.

Portanto, se as "qualidades intrínsecas" a cada tipo de trabalhador são consensuais, a polêmica gira em torno de

qual dos problemas colocados por estes distintos trabalhadores vale a pena ser enfrentado no sentido de constituir um mercado de trabalho livre. Ou seja, as discussões revelam as necessidades de adaptação e mudanças na sociedade brasileira que caminha, inevitavelmente, para o mundo do trabalho livre. O que se discute é qual a forma da transição, qual o caminho a ser trilhado.

Dentro dos objetivos deste trabalho, é secundário analisar os possíveis fundamentos da opinião dos cafeicultores a respeito das "qualidades" das diversas categorias de trabalhadores. Embora claramente ideológica e preconceituosa, essa opinião é a base sobre o qual se formulam as propostas de solução para o problema de mão de obra, em particular aquela relativa a medidas repressivas com vistas ao controle e disciplina do trabalho. Em consequência, as referências apresentadas constantemente neste trabalho sobre as "qualidades" da mão de obra, não devem jamais serem confundidas com a nossa opinião pessoal.

Através das diferentes propostas de organização do trabalho e da utilização de tal ou qual trabalhador, percebe-se a existência de projetos conflitantes que estão diretamente associados às características regionais à sua capacidade de transição ao mundo do trabalho livre e à dinâmica da transição capitalista em curso. Mais, ainda, percebe-se o conflito entre uma proposta gradualista, que não questiona de momento a existência de escravos como elemento central do mundo da produção, e outra que pretende "acelerar" esta transformação exigindo para isto a constituição de novas regras sociais e de uma redefinição do papel do Estado com a sua separação da Igreja.

Antes de entrarmos nas discussões realizadas no Congresso Agrícola é necessário uma explicação. As diferentes categorias de trabalhadores nas quais dividimos o debate são aquelas adotadas na época. Entendia-se por trabalhador nacional o homem brasileiro, livre e pobre; por ingênuo, o escravo nascido do ventre livre; por liberto, o escravo alforriado. O imigrante europeu é basicamente o italiano, incluindo-se também o português e o alemão.

A questão do trabalho, em suas diversas vertentes - imigração, colonização, uso do nacional, liberto e ingênuo, chineses - é amplamente discutida no congresso.

A vinculação da questão de braços para a lavoura e capitais é insistentemente formulada. Notadamente para os cafeicultores mineiros a questão central é a obtenção de capitais a juros baixos e com longos prazos de amortização, pois que só assim será possível atingir o desenvolvimento e o progresso. A questão de braços resolve-se a partir daí. A escravidão, ainda que fadada ao desaparecimento, era uma instituição que nos projetos destes produtores estava garantida por muitos anos. Este elemento é explicativo da pequena incidência de experiências realizadas com o trabalho livre em toda a Província de Minas Gerais e até mesmo da concepção central de imigração como colonização e povoamento do território.

IIIa - O Trabalhador Nacional

O principal obstáculo levantado à utilização do trabalhador nacional é a sua indolência, vadiagem, dificuldade de coerção ao trabalho e irregularidade dos serviços pres

tados. As propostas apresentadas indicam a necessidade de elaboração de eficazes leis de locação de serviços para obrigar esta mão de obra ao trabalho regular nos estabelecimentos agrícolas.

Esta argumentação é comum a todos os agricultores que se manifestaram no Congresso Agrícola. Para alguns, notadamente os do Oeste Paulista, estas dificuldades significam o abandono do trabalhador nacional como opção prioritária. Para outros, mineiros e cafeicultores do Vale do Paraíba, as dificuldades indicam apenas a necessidade de medidas repressoras visando adequar esta mão de obra disponível à disciplina do trabalho "livre". Está em jogo a utilização prioritária do nacional ou do estrangeiro como mão de obra fundamental para a organização do mercado de trabalho livre.

As discussões sobre "qualidades e defeitos" da mão de obra, aparentemente ideológicas e subjetivas, revelam a existência de projetos conflitantes no encaminhamento da transição. Ao marcarmos as diferenças entre as regiões cafeicultoras, apontamos a existência de projetos distintos. Minas Gerais e Rio de Janeiro apostam na viabilidade do projeto gradualista de 71. São Paulo, assumindo cada vez mais papel proeminente na economia e política nacionais, apresenta um outro projeto, que visa acelerar, nos seus moldes, a transição capitalista e a constituição de um Estado Nacional moderno.

Nos discursos feitos durante as cinco sessões do Congresso, podemos acompanhar o apoio à utilização do nacional. Apenas dois cafeicultores do Oeste Paulista referem-se à colonização do nacional, justificando a existência de

colônias com estes trabalhadores em suas fazendas. Paradoxalmente os maiores defensores da utilização destes trabalhadores, mineiros e fluminenses, não fazem nenhuma referência à existência de experiências com esta mão de obra.

Os cafeicultores de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Vale do Paraíba paulista indicam que para a colonização do nacional é necessário o estabelecimento de melhores salários ou prêmios e de uma lei de locação de serviços que os obrigue ao trabalho. "Dê-se o dinheiro que se gasta com a colonização estrangeira aos nossos compatriotas; faça-me a colonização nacional(...)Ao redor de si encontra muitos homens que precisam ganhar dinheiro para viver e comprometem-se a trabalhar mediante contrato, a cujo cumprimento negam-se mais tarde. É necessário obrigá-los a trabalhar, não empregando a violência, mas garantindo-lhes a lei certas isenções e vantagens, tratando-os o Governo com carinho, animando-os" (31).

Ou ainda: "se a colonização estrangeira tem sido burlada; se o governo nada tem conseguido por este lado; se como ele mesmo reconheceu ultimamente, o sistema de engajamento tem provado pessimamente, só resta um recurso a seguir - o da colonização nacional(...) o orador julga necessário que o governo organize boas leis de locação de serviços, que chamem esses braços ociosos ao trabalho e os compilam a viverem do mesmo trabalho" (32).

(31) idem p. 132. Discurso de Cesario Alvim. Ubá, MG.

(32) idem pp. 147-148 . Discurso J.C.M.Carneiro. Mar de Hespanha, MG. Dos discursos proferidos no congresso 16 tratam diretamente da questão do aproveitamento do nacional. Três referem-se a colônias de nacionais em

IIIb - O Imigrante

Os chineses

A introdução de trabalhadores imigrantes chineses era sem dúvida uma das mais polêmicas questões do Congresso Agrícola.

Todos aqueles que se pronunciaram pela introdução ou não dos chineses argumentavam com os mesmos elementos. Existia um consenso de que eles pertenciam a uma raça inferior, devassa, incapaz de empreender a missão civilizadora esperada do imigrante europeu. Exemplos internacionais e uma variada bibliografia são citados nas discussões. Os lavradores contrários a introdução desses trabalhadores como jornaleiros alegam que " o salário dos chins é pequeno, mas em compensação, esse povo é o mais vicioso possível, e leva para toda a parte os vícios de que seu país está cheio(..) Atendendo, pois, à natureza do chin(...) entende que não convém de modo algum escolhê-lo para o trabalho agrícola no Brasil. Os fatos do país onde existem em maior nú-

(32) suas fazendas, 8 da necessidade de elaboração de leis ou prêmios como forma de coersão ao trabalho e quatro afirmando que a melhor colonização é a do nacional e um único que diz não haver falta de trabalhadores porque se tem os nacionais dispersos pelas matas. Das 23 respostas por escrito apresentadas fora das sessões do congresso, quatro afirmam que a melhor colonização é a do nacional e outras quatro dizem da necessidade de compeli-los ao trabalho pelo estabelecimento de leis de locação de serviço e medidas repressoras.

mero esses homens provam esta proposição" (33).

Os cafeicultores favoráveis à introdução destes trabalhadores concordam com a inferioridade da raça e com suas características degeneradas. Entretanto, argumentam, seriam estes trabalhadores solução transitória para a lavoura nacional. Não existe um projeto civilizador e nacional que inclua os coolies. Eles viriam ao Brasil praticamente na condição de trabalhadores temporários que finda suas atividades no café ou retornariam ao seu país ou seriam confinados em locais previamente delimitados para não degenerarem ainda mais nação brasileira já tão marcada pelo ócio e preguiça herdada dos africanos. "Se é uma raça degradada, o africano pertence também a raça degradada; e o trabalho dos africanos, aplicado em nossas matas, não tem feito o que somos hoje? Porque razão o trabalho que eles fazem na nossa lavoura, em que nunca nos prejudicaram ou desmoralizaram, não podem fazer os chins(...) Acresce que eles não vêm sequer constituir a nação brasileira, quer-se apenas o seu trabalho, tanto mais como é sabido que os chins de par com muitos defeitos, têm a grande virtude de amor à pátria, a que sã deixam de voltar quando absolutamente não podem (34).

(33) Atas Congresso Agrícola op.cit. pp. 202-203. Discurso A.S. Antunes de Abreu, Serraria, RJ. Constumava-se nomear os trabalhadores chineses por "chim" ou "coolie", que em outros países, designava também os trabalhadores indianos. O racismo da época manifesta-se com clareza nas citações apresentadas no texto.

(34) idem p. 193. Discurso de José Fernandes Moreira, RJ, funcionário Banco do Brasil.

Dada a aparente inevitabilidade de se importar os chineses para a realização de transição para o trabalho livre bem diz um congressista mineiro, "se é certo que os trabalhadores da raça mongólica vêm só como jornaleiros, vencendo salário em certo número de anos e retirando-se depois para seu país sem fundir-se na população, por este fato entende o orador que se deve dar graças a Deus; porque, refletindo sobre o futuro de nossa sociedade, entende que o cruzamento de tal raça contribuiria para abastardar-nos. Se, pois, temos de importar semelhante colonização, seja ao menos como mero jornaleiros, que não se fixem no país, não se fundam na população, voltem com Deus para o seu Oriente" (35).

O Europeu

Parece-nos que, apesar de todas as regiões terem discutido a questão da colonização européia, a ênfase dada a este tema e a concepção de sua viabilidade como solução para a questão de braços para a lavoura é bastante diversa.

O parecer dos cafeicultores de São Paulo, que será amplamente discutido nas terceira, quarta e quinta sessões do Congresso, tem uma proposta bastante elaborada de como solucionar a crise da lavoura. Após uma exposição sobre as possibilidades de promover um maior afluxo de capitais para a lavoura, o parecer inicia a discussão sobre a questão da mão de obra com a seguinte afirmação: "se a falta de ca

(35) idem p. 211. Discurso de Cristiano B. Otoni, representante das províncias RJ e MG.

pital é objeto de fundas cogitações a falta de braços sente-se à menor reflexão e está a pedir sérias e urgentes providências em bem da agricultura do país" (36). O braço nacional, "refratário ao trabalho sistematizado", é descartado como fonte capaz de suprir os serviços prestados pelo escravo, ainda predominante nas lides agrícolas, mas fadado ao desaparecimento em virtude da Lei de 71. O estrangeiro auxilia bem pouco a lavoura, tendo em vista sua limitada utilização e os vãos e dispendiosos esforços envidados pelo Governo para o estabelecimento de um fluxo imigrantis ta espontâneo. Cabe portanto criar as condições necessárias para a atração deste imigrante ao Brasil. Não se deseja um trabalhador qualquer, mas aquele capaz de colaborar na tarefa de "retemperar nossa energia e estimular o trabalho pela moral e pela liberdade" (37).

O trabalhador europeu era visto como aquele que poderia colonizar o país, dignificar o trabalho.

"Cumprir, pois, antes de tudo alargar a esfera social do estrangeiro substituindo as leis atuais, restritivas de seus direitos, por outras mais acordes com os princípios de igualdade, tolerância e liberdade" (38). Tendo sido a legislação alterada de forma a possibilitar o afluxo de estrangeiros tão necessários, "parece indubitável que a colonização promovida por iniciativa dos fazendeiros é sempre mais eficaz, desde que o Estado coadjuve, de modo que o auxílio não seja ilusório pelo entorpecimento de multiplica-

(36) idem p. 75 Parecer Lavradores de São Paulo

(37) idem p. 76 Parecer Lavradores de São Paulo

(38) idem p. 75 Parecer Lavradores de São Paulo

das fórmulas, com que as repartições fiscais até aqui têm entibiado os poucos colonizadores das províncias (39) (grifo nosso).

São apresentadas medidas que objetivam criar as condições para o estabelecimento de um fluxo regular e qualificado de trabalhadores europeus enquadrando-os em novas relações sociais e de trabalho (40).

Entretanto, se comparamos o texto do parecer paulista com aquele elaborado pelos cafeicultores de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, notaremos diferenças sensíveis. A primeira delas refere-se à elaboração mesma dos documentos. Enquanto o grupo paulista apresenta uma proposta elaborada e minuciosa sobre os problemas da lavoura e as soluções necessárias para resolvê-los, a comissão das três outras Províncias cafeeiras apresenta um texto discutido e redigido durante o Congresso, onde as principais questões estão alinhavadas mas não se percebem formulações tão elaboradas e coesas como as de São Paulo.

(39) idem p. 76

(40)"1a.

Liberdade de cultos e igualdade destes ante a sociedade temporal e política

2a.

Casamento civil sem prejuízo das cerimônias religiosas para os conjugues que quiserem observá-las

3a.

Execução definitiva da lei e respectivo regulamento referentes ao registro civil de nascimentos e óbitos

4a.

Efetiva secularização dos cemitérios sob administração das municipalidades

Os quatro grandes problemas da lavoura, apontados pela comissão das três províncias, são braços, crédito, viação e instrução. Os libertos não serão suficientes para suprir a lavoura com os braços necessários; tendo em vista a Lei de 71, novas medidas devem ser tomadas; como forma de transição o jornaleiro chinês é conveniente. Desculpando-se pelo caráter sumário das respostas apresentadas, tendo em vista o pouco tempo disponível para a elaboração do parecer, a referida comissão compromete-se a ampliar suas teses no curso dos debates, mas pede que lhe seja permitido acrescentar, preliminarmente, "que urge promulgar uma boa Lei de locação de serviços e adotar medidas tendentes a chamar para a lavoura os braços nacionais que não deixarão

(40) 5a.

Naturalização fácil, devolvendo-se a respectiva competência aos poderes locais e outorgando-se ao estrangeiro naturalizado o gozo de todos os direitos políticos"

6a.

Isenção serviço militar para brasileiro que comprove ter contrato locação serviço

7a.

Estabelecimento crédito real para facilitar construção de casas de colonos com obrigação restituição de pois de um ano caso não sejam edificadas

8a.

Reforma da Lei de Locação Serviços especificando penas para rompimentos contratuais e negociações coletivas
idem p. 76-77

Das 8 medidas propostas para resolver o problema da mão de obra 5 são claramente voltadas para a atração da imigração. A alteração Lei Locação de Serviços se presta a exercer um maior controle sobre o locador, seja ele nacional ou estrangeiro.

de procurar esse emprego, desde que lhes forem oferecidos incentivos, como a dispensa do imposto de sangue e outros favores ambicionados pela nossa população (...). Felizes serão os lavradores das três províncias se suas idéias puderem harmonizar-se com as de seus colegas de São Paulo" (41).

As propostas da naturalização e casamento civil são encampadas por praticamente todos os cafeicultores do Oeste Paulista, que concordam da necessidade indeclinável da introdução do imigrante estrangeiro e discutem apenas a validade ou não dos chineses como opção transitória.

Nos discursos mineiros e fluminenses encontram-se as maiores restrições à introdução de colonos europeus. Os argumentos concentram-se na crítica às medidas até então adotadas. Segundo esses cafeicultores, o financiamento não seletivo da imigração de trabalhadores, além de permitir negócios fraudulentos (42) examinaria os cofres públicos e

(41) idem p. 78 Parecer Lavradores MG, RJ e ES.

(42) Discussões a respeito das políticas de imigração e colonização mostram a corrupção existente na elaboração e efetivação dos contratos. Seja na introdução de trabalhadores que não respeitavam as características estabelecidas nos contratos seja no não cumprimento dos prazos estipulados ou ainda na não introdução da mão de obra determinada. As firmas responsáveis pela introdução de imigrantes recebiam do governo provincial, quantias estipuladas nos contratos mesmo que suas exigências não fossem cumpridas. Ver por exemplo A Província de Minas. Ouro Preto, 11/12/1880, sobre este problema em geral, Anais Assembléia Legislativa Provincial de 21/6/1888 p.1008 e de 21/6/1889 pp.41-45 Associação Promotora da Imigração de Juiz de Fora e sobre o Centro Municipal de Imigração de S.J.Nepomuceno.

desviavam vultosas quantias de dinheiro. "A colonização estrangeira, feita como até aqui, é um sorvedouro de dinheiro sem resultados práticos" (43). Em consequência propõem o fim da colonização com intervenção do governo e reclamam medidas indiretas, tais como construção de estradas e desenvolvimento do ensino como condição primeira para garantir um fluxo de imigração espontânea, a única realmente desejável. Os colonos só devem ser introduzidos quando requisitados pelos produtores.

Os cafeicultores do Oeste Paulista são contrários ao desenvolvimento dos núcleos de colonização oficial que não respondem às necessidades da grande lavoura (44). Os fluminenses propõem o desenvolvimento destes núcleos em terrenos abandonados pelo café, mas em regiões ainda produtivas, como forma de associar pequena e grande lavoura, diminuir o custo de vida e possibilitar um maior desenvolvimento da indústria agrícola nacional (45). A partir de 1907 os núcleos coloniais da Zona da Mata serão criados a partir destes preceitos.

Os cafeicultores do Vale do Paraíba e Minas Gerais reconhecem no europeu um caminho de colonização desejável, mas são céticos no que diz respeito ao êxito de uma imigração em massa. Desta forma, divergem no percurso apresentado pelo parecer paulista. Estes últimos consideram que o trabalhador nacional e os libertos não podem ser a fonte

(43) idem p. 152 Francisco P. Tavares Mar de Hespanha MG

(44) idem p. Campos Sales Campinas SP

(45) idem p. 161-162 Discurso de Manoel Ribeiro do Val. Paraíba do Sul, RS e p. 194 Discurso de José F. Moreira, RJ.

da mão de obra indispensável à lavoura e apresentam propostas concretas para uma política imigrantista. Os primeiros propõem medidas de aliciamento, compulsão ao trabalho e controle desta mão de obra internamente disponível. Destacam que dificuldades em pagar altos salários e oferecer atrativos capazes de fixar o homem livre europeu são os maiores impecilhos à imigração. Concluem que a colonização oficial, garantindo a realização do desejo de propriedade para estes imigrantes é a única política capaz de fixar o importante europeu e fazer com que ele adote o Brasil como sua segunda pátria.

IIIc - Os Libertos, Ingênuos e Agregados

Existe por parte dos congressistas a crença de que os ex-cativos dificilmente serão elementos úteis e definitivos para a lavoura. É neste sentido que se propõe o desenvolvimento de escolas agrícolas, estabelecimentos centrais ou grupos de trabalho. Seriam diferentes maneiras de "educar" este trabalhador para que então pudesse ser definitivamente incorporado à produção agrícola (46).

Os discursos que referem-se aos agregados são em sua maioria críticos do uso que se faz desta mão de obra. Colocados nas fazendas, sem terem nenhuma atividade produtiva

(46) Conforme destaca Gebara em sua análise sobre a Lei de 71, o tempo e a escola são elementos essenciais na transformação do liberto em trabalhador livre. Daí ser possível compreender no discurso dos congressistas a vinculação entre emancipação e educação.

definida, tem como função primária garantir os votos necessários para os proprietários nas eleições. São denominados de "espoletas eleitorais". Em apertes, vários fazendeiros protestam, afirmando que estes homens são na verdade colonos laboriosos que desempenham importantes tarefas na vida das fazendas.

Em meio a esta discussão é levantada a questão do direito de voto. Alguns vêm na cassação do direito de voto desta parcela da população uma maneira de controlar os abusos dos proprietários, outros dizem que esta medida dificultará ainda mais o desenvolvimento da imigração e do trabalho livre. Entretanto, esta questão é considerada de "caráter social" e excluída da pauta de discussões do Congresso (47).

Questões referentes aos escravos aparecem em alguns poucos discursos. Entretanto é importante ressaltar, dentro da linha de argumentação aqui adotada, que são cafeicultores não pertencentes ao Oeste Paulista que se preocupam com esta questão, embora todos considerem que o escravo, como mão de obra fundamental da lavoura, esteja inevitavelmente fadado ao desaparecimento, tendo em vista a cessação do tráfico e a Lei de 71.

São três os tipos de referência aos escravos. A primeira propõe como solução para a carência de braços o estabe-

(47) A questão do direito de voto mencionada em várias das discussões do Congresso indicam uma das dificuldades do processo de constituição do trabalho livre. Ou seja, aquele que dá ao trabalhador o atributo de cidadão e não de coisa. Negar ao trabalhador o direito de voto demonstra a dificuldade de se romper com formas de dominação e exploração do trabalho associadas ao escravismo.

lecimento de impostos sobre os escravos urbanos, de modo a dirigi-los para as atividades agrícolas. Tal medida teria dois efeitos altamente desejáveis: suprir as necessidades da grande lavoura e eliminar a escravidão dos centros urbanos que se transformariam em viveiros de trabalhadores livres a serem posteriormente aproveitados na agricultura."Com um imposto progressivo sobre os escravos das cidades, vilas e arraiais, e em quatro anos, teremos dois grandes resultados: 1º irão para a lavoura mais de quatrocentos mil escravos; 2º nas povoações teremos o trabalho livre, que será depois, no futuro, o viveiro de trabalhadores livres para a agricultura" (48).

A segunda pede medidas repressivas contra os escravos que, sentindo-se garantidos pela Lei e pelo fim inevitável da escravidão, fazem cada vez mais balbúrdias nas vendas e bares, em geral associados a homens livres ou colonos estrangeiros, e ameaçam a vida de seus senhores (49). "Convém também tornar mais eficaz a repressão dos crimes contra a vida e contra a propriedade, para que os agricultores, que vivem em lugares afastados dos centros populosos, tenham mais garantias" (50).

A terceira trata de garantir a permanência da escravidão. Se a Lei de 71 torna o fim do escravismo inevitável o que estes lavradores solicitam é a garantia de que nenhuma outra medida será tomada visando acelerar o fim do tra

(48) Atas do Congresso Agrícola op. cit. p. 152 Francisco de Paula Tavares Mar de Espanha, MG.

(49) idem p. 32 A.B.Rodrigues e A.Torres, Barra Mansa, RJ

(50) idem p. 67 Cia. União dos Lavradores MG e RJ.

balho escravo. Desejam que a escravidão se prolongue por mais uns vinte anos (51).

Assim, nas discussões sobre o encaminhamento da questão da força do trabalho, ênfase atribuída a esta ou aquela "qualidade" do trabalhador nacional ou do imigrante, nas distintas propostas sobre a direção da intervenção do Estado e na defesa de medidas diversas de controle da mão de obra refletem-se as diferenças entre o capital cafeeiro de Minas e Rio, de um lado, e do Oeste Paulista, de outro. Dentro de uma perspectiva própria, os cafeicultores mineiros, encaminharam a solução para a transformação do trabalho.

(51) idem p. 133 . C. Moraes e Castro. São José do Rio Preto, MG.

CAPÍTULO III - A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Nos capítulos anteriores traçamos um perfil da economia mineira e destacamos as suas diferenças em relação ao Oeste Paulista. Procuramos com isto indicar os componentes da transição para o trabalho livre, os limites e as dificuldades deste processo. Sobre esta base, passamos a analisar, neste capítulo, as formas concretas de organização do mercado de trabalho livre na região cafeeira da Zona da Mata.

Na formação do mercado de trabalho na Zona da Mata destacamos três tipos de relações de trabalho: a meação, que encontra no parceiro, enquanto trabalhador fixo das fazendas, a sua expressão mais marcante; o trabalho assalariado temporário, que tem nas migrações sazonais internas o seu canal de suprimento de mão de obra; e, por fim, os colonos, proprietários de pequenos lotes reunidos em núcleos de colonização, na sua maioria oficiais.

Como veremos, as relações de trabalho assim estruturadas, organizando a população existente como mão de obra disponível para a cultura cafeeira, contribuíram para que a região da Mata mineira fizesse, sem grandes choques, a transição para o trabalho livre em condições bastante distintas daquelas encontradas, e analisadas pela bibliografia, em

São Paulo.

Antes de nos determos na análise das formas que, integradas, constituíram o mercado de trabalho livre na Zona da Mata, vale ressaltar a questão dos limites impostos pela documentação à percepção do negro, ex-escravo, como elemento deste processo de transição.

A documentação pesquisada, em sua maioria oficial ou oficiosa, possibilitou-nos mapear a forma pela qual se deu a transição para a região cafeeicultora da Mata mineira, objetivo desta dissertação.

Entretanto, as referências ao escravo, como mão de obra, após a abolição são esparsas e apenas fornecem indícios de seu aproveitamento na produção cafeeira. De certa forma, para as autoridades apagar a "mancha negra da nossa história" significa simplesmente esquecer o problema social representado pelo ex-escravo.

A partir de 1888 os trabalhadores são nacionais ou estrangeiros. Isto reflete tanto a preocupação com o branqueamento da Nação como a própria forma como foi feita a abolição. Michael Hall, ao analisar a relação dos cafeeicultores do Oeste Paulista com o governo central, sugere que a forma como se deu a abolição atendia aos interesses deste grupo. A imigração já supria as necessidades da lavoura paulista e as fugas e crimes de escravos agitavam e perturbavam a ordem produtiva e social. Abandona-se tanto a idéia de um trabalho compulsório por tempo determinado como pagamento pela liberdade, quanto a indenização para os proprietários. Isto porque, "em grande parte quase todos em São Paulo já tinham libertado seus escravos ao tempo da Lei Áurea e conseqüentemente não era provável que recebessem in-

denização se alguma fosse votada"(1).

O Estado brasileiro não revela nenhuma preocupação social já que estas questões resumem-se a "casos de polícia". Explica-se portanto a quase total ausência de informações específicas sobre esta parcela da população que, durante séculos, foi a maior fonte de riqueza neste país.

A realização de pesquisas utilizando documentação cartorial, policial em particular, certamente possibilitará a ampliação do conhecimento dos caminhos percorridos por estes homens.

Anteriormente a maio de 1888 o maior volume de informações sobre escravos advém das listagens de matrículas, manumissões e população por município, elaboradas no cumprimento da Lei de 1871. Não localizamos nas fontes referências a fugas, crimes e rebeliões. Mas o temor a estes eventos está presente seja pela necessidade explícita de controle dos escravos, seja pelas referências às revoltas paulistas ou ainda pelas discussões sobre o uso do liberto nas atividades produtivas. A não submissão do liberto e sua resistência a permanecer nas fazendas, onde ainda ontem era escravo, aparece nos documentos como recusa ao trabalho em nome da liberdade - como dizia um jornal da época: "Compreendemos que o liberto do Brasil mostre tendência natural para os povoados, e procure carregar móveis na cabeça a empunhar a enxada que a escravidão entorpeceu tanto"(2).

(1) Michael Hall. The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914, tese de Phd na Universidade de Columbia, 1969 pp.114-115 mimeografado.

(2) A Actualidade, Ouro Preto 20 de julho de 1878 nº 49 ano I

Entretanto, esta resistência do liberto a permanecer trabalhador agrícola parece possível apenas até 88. As cidadãs mineiras não comportariam 300.000 "carregadores de móveis na cabeça". A agricultura é a maior indústria nacional. A par disto a abolição, "lei redentora", não trouxe consigo nenhum esquema alternativo para a sobrevivência dos ex-escravos e aparentemente não estava preocupada com isto.

Se nos jornais e livros de memórias existem referências ao abandono das plantações pelos libertos(3), tais ocorrências não foram suficientemente marcantes para promover a desestruturação da atividade produtiva mineira. A abolição acontece em maio e a colheita do café inicia-se e realiza-se logo depois. Como afirma o então Presidente da Província: "a solução radical de um problema tão urgente não trouxe alteração alguma à ordem pública; e se durante os primeiros tempos o trabalho recebe alguma perturbação, não é esta tão grave que deva interferir no geral contentamento e inspirar-vos excessivo receio de temerosa crise(...)O serviço de vossos estabelecimentos agrícolas se vai resta-

(3) A principal causa do atraso da lavoura é a falta de braços ocorrida depois da lei de 88 que simplesmente converteu o escravo em cidadão livre "antes acostumado ao trabalho debaixo do mando e severa disciplina do señhor, destituído completamente de educação, tendo nutrido como única aspiração, no duro decorrer de toda a sua existência, a liberdade, hoje abusa naturalmente desta e limita-se a produzir apenas tanto quanto seja estritamente suficiente para sua subsistência" Jornal O Serro de 13 de novembro de 1892.

A Câmara Municipal de Cataguases menciona badernas promovidas na praça da cidade pelos libertos em 88.

belecendo sobre bases mais largas, sólidas e não há de faltar o útil contingente que podem e hão de fornecer aqueles mesmos, escravos ontem, sentem-se de hoje para todo o tempo - homens livres na pátria livre" (4).

Da parte dos escravos houve sem dúvida uma euforia com a liberdade conseguida; mas rapidamente se revelaram as duras condições de sobrevivência a que estavam submetidos.

No que se refere às migrações sazonais dos trabalhadores do Norte do estado para a região do café, fato destacado pelas fontes já nos anos 80, não conseguimos nenhum indício sobre sua origem escrava.

Tendo em vista as limitações impostas pelo tipo de documentação pesquisada foi-nos possível caracterizar o trabalhador; basicamente em função de sua nacionalidade. Fica patente que o trabalho livre organiza-se na região cafeeira aproveitando a mão de obra internamente disponível. Ou seja; o trabalhador nacional, categoria ampla que a nosso ver inclui o ex-escravo, será a força de trabalho fundamental na constituição do mercado de trabalho.

As Políticas de Imigração

As discussões sobre a política de imigração para Minas Gerais são bastante reveladoras das condições e características da constituição do mercado de trabalho livre. Nelas estão embutidas a problemática do uso do trabalhador nacional, as necessidades mais prementes dos agricultores e toda a diversidade econômica e política de Minas Gerais.

(4) Relatório Presidente Provincia de 1888, Ouro Preto, 1888
p. 51.

No que se refere à introdução de imigrantes, a questão da organização do trabalho livre, tendeu mais para uma política de colonização do que de imigração de trabalhadores para "empregar-se livremente nas lavouras particulares" (5).

Data de 1848 a primeira tentativa de colonização com o uso do imigrante estrangeiro. Já foi destacado no trabalho de Norma G. Monteiro que "Não obstante a preocupação do governo provincial, a política de povoamento em Minas, através de colônia, foi excessivamente modesta" (6).

A política imigrantista em Minas Gerais durante o século XIX é marcada por revezes. Em 1879, tendo em vista as precárias condições financeiras do país, o Governo Central suspende qualquer sistema de imigração oficial subvencionado. A criação de associações imigrantistas particulares é apenas incipiente e só na década de 80 é "que se tenta encaminhar alguns imigrantes para as fazendas de café" (7).

A entrada de imigrantes é bastante reduzida para todo o período. De 1884 a 1901 entram em Minas Gerais 52.582 imigrantes sendo que 75,6% nos anos de 1896 e 1897 (8).

(5) Idem. pp.59 a 61.

(6) Norma de Gões Monteiro. Imigração e colonização em Minas 1889 - 1930. Belo Horizonte, 1973 p.11.

(7) Idem p.15.

(8) Idem. Anexo A p.169. Esta concentração na entrada de imigrantes para os anos de 1896 e 1897 pode ser explicada, a nosso ver, tanto pela demanda de braços especializados exercida por Belo Horizonte na sua fase de construção quanto pela alocação na Europa de um representante do Estado de Minas Gerais responsável pelo incremento da propaganda e atração direta de imigrantes. Abílio Barreto. Belo Horizonte: memória histórica e descritiva (história média). Belo Horizonte, 1936 pp. 395-397.

Até as vésperas da abolição muito pouco se tinha feito no sentido de introduzir trabalhadores estrangeiros ou mesmo de realizar experiências com trabalho livre nas fazendas. Apesar disto, o final da escravidão era tido como inevitável dado o processo de desescravização instaurado com a Lei de 1871. O gradualismo deste projeto faz com que as preocupações centrem-se na obtenção de capitais e no incremento dos lucros com a lavoura cafeeira.

As referências à necessidade de desenvolvimento de uma política de imigração, compreendida como colonização para povoar e desenvolver o território provincial, centram-se até os anos 80 na necessidade premente de incrementar um sistema de transportes capaz de integrar os colonos e permitir o desenvolvimento de suas propriedades.

Nos Anais da Assembléia Legislativa, no ano de 1887, ainda discute-se o que se deve fazer face ao iminente fim da escravidão. Debate-se sobre o aproveitamento do trabalhador nacional, visto como ocioso e nômade, discute-se a questão imigrantista como da maior relevância para a questão premente de braços para a lavoura.

Prevalece nos debates parlamentares a necessidade de se introduzir colonos para povoar, moralizar e aperfeiçoar as rudimentares técnicas da lavoura. Na sessão de 12 de agosto de 1887, durante a discussão de um projeto sobre imigração, pode-se perceber claramente a incipiência das tentativas imigratórias para Minas Gerais. Assim compreende-se a preocupação do deputado: "Tratando-se de substituir o trabalho escravo pelo livre, nenhuma medida de maior importância se impõe ao nosso estudo, reclamando toda a atenção do que aquela de que se ocupa hoje esta Assembléia. O desfecho se encaminha rápido e seríamos imprevidentes si não

procurássemos remediar ou tornar menos sensível o desequilíbrio e abalo que produzirá (...)

Para prevenir males, de que nos arreceíamos, com a transformação cumpre volver nossas vistas para a colonização ou introdução de imigrantes, tendo neste intuito dois caminhos a seguir: - primeiro, estudar os meios de atrair para a província a imigração; - segundo, atender na conveniente colocação de colonos" (9).

Da parte dos agricultores percebe-se uma resistência à introdução de imigrantes. Nenhuma medida concreta é tomada. Nem mesmo as casas de morada que deviam ser construídas para abrigar os colonos são edificadas. Não são encaminhados ao governo os pedidos de imigrantes. Nas respostas ao questionário elaborado pela Secretaria de Agricultura em 1893 fica patente o desinteresse por este tipo de trabalhador, pois poucos fazendeiros requisitaram imigrantes para suas fazendas (10).

O Clube de Agricultores de Além Paraíba, freguesia D'Angustura, promove uma reunião em dezembro de 1887 para iniciar as discussões sobre uma política conjunta para a questão do trabalho, face a iminência da abolição. As propostas visando a atração de imigrantes baseiam-se na experiên

(9) Anais da Assembléia Legislativa 12 de agosto de 1887, pp. 177-178.

(10) Num total de 108 respostas 85 afirmam que não há abundância de trabalhadores mas apenas 48 afirmam ter praticado algum meio de obtê-la, sendo que só um cita especificamente a presença de estrangeiros. Mais significativo ainda é o fato de 88 terem obtido resultados negativos no intento de atração de mão de obra cf. Norma de Gões Monteiro op. cit. p. 53.

cia paulista, rejeitada porque a remuneração dos colonos é considerada muito alta e as relações contratuais, insatisfatórias. Apenas uma fazenda da Zona da Mata, tratada como pioneira na introdução de imigrantes, é tomada como exemplo e referência sobre o uso deste tipo de trabalhador.

Concretamente, a política imigrantista em Minas Gerais resultou em uma tímida política de colonização - assentamento de estrangeiros na condição de pequenos proprietários - ou de alocação de mão de obra qualificada basicamente para as cidades e centros fabris.

A política de colonização via assentamento de imigrantes em núcleos oficiais é reconhecidamente mais onerosa, mas também é vista como a única capaz de criar um fluxo de imigração regular e espontâneo e fixar definitivamente o estrangeiro que tomaria a nova terra como sua verdadeira pátria. A esta perspectiva da política imigrantista está associada a idéia da competência técnica, ou seja, a possibilidade de com esses colonos desenvolverem-se e ampliar-se o uso de máquinas e técnicas agrícolas. Trata-se de com o mesmo número de trabalhadores obter-se um maior rendimento das atividades agrícolas (11).

A compreensão da política de atração de imigrantes se dá em dois níveis. O primeiro trata a relação da província mineira com o governo central. O outro analisa a repercussão interna desta política.

No primeiro nível a persistência em implementar projetos

(11) "O problema consiste em aumentar o serviço, diminuindo o pessoal". Arthur Thiré. "Assumptos Agrícolas" in: Revista Industrial de Minas Gerais, ano I, Ouro Preto, 15 de agosto de 1894 p.284.

imigrantistas parece-nos ser explicada pela centralização econômica e política durante o Império e pela crescente influência dos cafeicultores do Oeste Paulista na política na cional. O Governo Imperial tentou implementar ao longo do século XIX uma política de desenvolvimento da imigração voltada para a colonização e povoamento do território brasileiro. Mas em 1885, quando da aprovação da lei dos Sexagenários, estabeleceu-se uma cláusula segundo a qual parte do dinheiro arrecadado para o Fundo de Emancipação deveria ser obrigatoriamente destinado a fortalecer a imigração. Este item é parte do acordo realizado com as elites cafeeiras paulistas que utilizarão este recurso nacional para subvencionar a atração de braços para a lavoura em São Paulo. A partir deste momento, que marca a ascensão dos paulistas na administração central, várias medidas voltadas para a constituição de uma política de imigração subsidiada serão implementadas nacionalmente privilegiando São Paulo e sendo contestadas pelas demais províncias (12).

Minas Gerais vê no imigrante, basicamente europeu, o elemento colonizador capaz de qualificar e dignificar o trabalho manual. Isto se reflete na insistente elaboração de políticas colonizadoras que tinham por objetivo a constituição de uma classe de pequenos proprietários urbanos e rurais.

Entretanto, os cafeicultores mineiros fortemente representados no governo provincial apresentam relutâncias à introdução destes trabalhadores. Estas podem ser detectadas seja pelo pequeno número de estrangeiros introduzidos na

(12) Michael Hall op. cit. pp. 103 a 115.

província, seja pelo privilegiamento de uma política de colonização e mais ainda pela introdução do tema do trabalhador nacional neste debate parlamentar.

Os lavradores reclamam por braços, dos clarões que a escravidão vai deixando em fazendas e regiões de Minas, da falta de mão de obra que dificulta a continuidade da produção, da vagabundagem e ócio dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, reconhecem no imigrante uma mão de obra qualificada que, se corretamente introduzida, poderia trazer grandes benefícios para o país. Mas os homens públicos não se cansam de registrar um certo acanhamento dos fazendeiros em requisitar trabalhadores estrangeiros e mesmo de criarem condições para que possam ser colocados em suas fazendas (13). Pode-se inferir sobre esta postura a respeito da imigração que a questão da solução de braços para a lavoura, na região da Mata mineira, passa por outros caminhos que não o estabelecimento de um fluxo imigratório. A questão central é a do crédito e de melhores condições de transporte. A reivindicação de braços para a lavoura não implica, no geral, uma associação ao imigrante, mas a possibilidade de controle da força de trabalho existente, na qual se incluem os ex-escravos.

É neste quadro que devemos entender o desinteresse dos

(13) "Os lavradores mineiros parecem ter-se mostrado um pouco hesitantes, retraídos, tímidos, acanhados relativamente a esta questão da imigração(...)"

Constrastando com o clamor geral de falta de braços, o pequeno número de pedidos formulados pelos fazendeiros tem, naturalmente, causado certa impressão na Repartição de Terras e Colonização". Arthur Thiré op. cit. p. 286.

agricultores na introdução de estrangeiros como trabalhadores para suas lavouras. Parece-nos que são duas as principais razões da "desconfiança" em relação à introdução de imigrantes que implicaram nas sucessivas falências dos projetos tardiamente estabelecidos.

Em primeiro lugar, destaca-se a impossibilidade de concorrer com São Paulo na atração de estrangeiros. Nos Relatórios da Inspeção de Terras e Colonização é facilmente detectável a evasão para São Paulo dos poucos imigrantes introduzidos em Minas: de 771 imigrantes introduzidos em janeiro de 1896, "16 ficaram nas Ilhas das Flores e Grande e 340 instigados por acesores de São Paulo para ali foram" (14). Nos regulamentos sobre introdução de trabalhadores europeus pode-se caracterizar uma série de medidas que tentam garantir a permanência dos imigrantes contratados em Minas. Assim, por exemplo, de acordo com essas determinações, os pedidos são encaminhados aos contratantes do transporte na medida em que apresentados por proprietários que se comprometessem a ter condições de receber este trabalhador, cria-se uma hospedaria em Juiz de Fora e toda uma série de providências burocráticas que tentam obrigar as partes a cumprirem seus compromissos (15).

A formulação de contratos para a introdução de imigrantes e a preocupação com a criação de hospedarias são tentativas de evitar que o trabalhador estabeleça livremente contratos de trabalho pois sendo ele colocado no Rio de Ja

(14) "Mapa geral do movimento de imigrantes do Estado de Minas Gerais relativo ao ano de 1896" in: Relatório da Inspeção de Terras e Colonização de 1897.

(15) Arthur Thiré op. cit. pp. 285-286.

neiro a espera de agricultores mineiros, o resultado seria trazer-se "porção somente que não achasse outra colocação por quaisquer circunstâncias. O que evidentemente não convinha". Ou por outro lado o sistema de lei que prevalece "é fornecer aos lavradores o colono gratuito até ser-lhes entregue nas respectivas estações ou na hospedaria de Juiz de Fora" (16). Com isto o lavrador teria o imigrante sem que fosse necessário endividar-se e o governo provincial mais garantias de não dispender recursos monetários na introdução de trabalhadores que não permaneceriam em Minas.

Além disto, um dos impecilhos ao desenvolvimento da imigração consiste no receio dos produtores em se empenharem na introdução destes trabalhadores. Isto se deve tanto ao desconhecimento da capacitação desta força de trabalho (conhecimento do trabalho agrícola, opções políticas, "índole") quanto à necessidade de adaptação às relações de trabalho livre. Os trabalhadores chineses são eventualmente vistos como solução imigrantista dada sua docilidade e semelhança no trato com o negro (17).

Em segundo lugar, é necessário examinar a possibilidade de formação do mercado de trabalho livre com a mão de obra internamente disponível. Para avaliar a viabilidade deste caminho deve-se considerar a população existente na província de Minas Gerais, a maior de todo o Brasil, e a inexis-

(16) Relatório do Presidente de Província de 1888 op.cit.p. 63.

(17) O Serro.Serro,13 de novembro de 1892.

Sobre a introdução de italianos Peter L.Blasenheim A regional history of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870-1906.Stanford, 1982, p.176.

tência de fronteira agrícola em expansão.

O povoamento de Minas Gerais vem com o desenvolvimento da mineração que traz consigo a interiorização da colonização, o desenvolvimento urbano e o surgimento de caminhos e comércio na província. O desenvolvimento da Zona da Mata é realizado tardiamente, dado as proibições portuguesas de ocupação desta região com o intento de dificultar o contrabando do ouro. O povoamento desta região data do início do século XIX.

O desenvolvimento do café ocorre simultaneamente ao surto expansionista do Vale do Paraíba. Já em 1890 não existia fronteira a ser expandida pelo desenvolvimento do café na Zona da Mata. A Serra da Mantiqueira era o limite à possibilidade de expansão da cafeicultura, pois separava a região de terras propícias à lavoura das áreas mineratórias. Desta forma a região cafeicultora da Mata mineira não tinha as possibilidades de crescimento presentes no Oeste Paulista, onde a existência de "terras roxas" permitiu uma expansão permanente da fronteira.

A par da questão da existência ou não de terras a serem incorporadas na produção cafeeira, as técnicas fundamentais de cultivo, beneficiamento e comercialização do produto não se alteram com a abolição e nem são muito distintas entre as regiões cafeicultoras (18). Isto significa dizer que a demanda por trabalhadores é, para a Zona da Mata, previamente dada e conhecida. Não existe, como em

(18) Francisco de Paula Lazaro Gonçalves. Relatório apresentado à Associação Promotora da Imigração em Minas. Juiz de Fora, 1888 e Carlos Prates. A lavoura e a indústria da Zona da Mata. Belo Horizonte, 1906.

São Paulo, a necessidade de derrubada de matas e formação de novos cafezais que impliquem numa produção crescente com um incremento de demanda por força de trabalho. O suprimento de mão de obra não é, para Minas Gerais, fator de estrangulamento da produção, não existe a questão da fronteira, nem, por conseguinte, a sede por mais e mais trabalhadores. Na Zona da Mata a eventual plantação de novos cafezais é realizada no interior das fazendas, ocupando gradativamente as terras ali disponíveis. Os elevados custos monetários da formação de novos cafezais desestimula sua expansão fazendo da cafeicultura metense uma atividade "autofágica" (19).

O desenvolvimento da economia cafeeira mineira é constante e suas necessidades conhecidas. No Relatório do Dr. Carlos Prates percebe-se uma não alteração das condições e necessidades da atividade produtiva. Os informantes são claros ao dizer que não ocorreram modificações nos sistemas de plantio e custeio das lavouras. Se compararmos os dados existentes para 1893 e 1906 não existem grandes variações nem salariais, nem nas atividades de manutenção dos cafezais (20).

As discussões sobre a política de imigração e colonização encontradas nos documentos tratam de estabelecer se a prioridade é povoar o território ou trazer braços para a lavoura. Nas discussões realizadas na Assembléia Mineira e

(19) João Heraldo Lima. Café e Indústria em Minas Gerais 1870-1920. Petrópolis, 1981 pp. 39-43.

(20) Dados na sinopse do questionário de 1893 e em Carlos Prates op. cit. tabela nº 2.

xistem tensões claramente expressas sobre qual dos pontos deve prevalecer (21).

Para o que nos interessa mais de perto, ou seja, a ineficiência da imigração como solução para a questão política de braços para a lavoura, é fundamental destacar a questão do aproveitamento do trabalhador nacional livre ou liberto como um tema recorrente neste debate (22).

"...que não tenhamos abundância de braços no país; temos-los de sobra, mas infelizmente, domina neles o espírito da vadiação e a minguagem de leis e meios que conciliem nossos concidadãos ao trabalho e os faça afeiçoados ao solo nada podemos conseguir(...)Havemos de procurar no estrangeiro este elemento de riqueza do trabalho que, infelizmente nós não podemos encontrar no país pelas razões que espuz" (23).

(21) "Nenhuma das questões que ora agitam o espírito público em nosso país se me afigura mais grave do que a imigração, ou por bem dizer, a do povoamento do nosso território" (grifo nosso) in Anais da Assembléia Legislativa de 24 de agosto de 1887 p. 257. "Resta-me se senhor presidente, por parte da comissão, da qual tenho a honra de ser membro, dar a razão porque ela tratou de preferência de favorecer a imigração para as fazendas particulares para depois atender ao que se pode propriamente denominar de colonização..." (grifo nosso) in: Anais da Assembléia Legislativa 28 de julho de 1887 p. 123.

(22) "A seu turno, o trabalhador livre, seja ou não ex-escravo, é em geral de muito pouca ou nenhuma sujeição, exigindo elevado salário e ótimo tratamento em completo antagonismo com o que antes se dava..." O Serro. Serro, 28 de junho de 1879.

(23) Anais da Assembléia Legislativa 12 de agosto de 1887 p. 188.

"Para organizar porém o trabalho livre, de modo a evitar que a extinção do elemento servil não ocasione uma grande catástrofe econômica é mister atrair braços. Os braços nos devem vir não só do estrangeiro, como do próprio país; precisamos não só de imigração, como de colonização nacional" (24).

A preocupação com elaboração de leis eficazes de locação de serviços por parte dos cafeicultores mineiros vem no sentido de criação de instrumentos capazes de coagir ao trabalho aqueles que seriam aproveitados nas lides agrícolas com o fim da escravidão (25).

Em todas as discussões sobre o estabelecimento de um fluxo regular de imigrantes para Minas Gerais existem vozes, nem sempre isoladas ou minoritárias, que atentam para a necessidade de se utilizar o braço nacional: "Entendo ser um dever desta Assembléia decretar medidas tendentes a chamar os nossos conterrâneos para a vida laboriosa e estável, tirando-os da vida mais ou menos nômade que levam"

(24) A Província de Minas. Ouro Preto, 28 de junho de 1879.

(25) "A Câmara Municipal da cidade de Juiz de Fora julga que, depois da lei de 13 de maio do corrente ano, tornou-se imprescindível e urgente uma lei de locação de serviços, quer domésticos, quer agrícolas, a fim de tornar claros os deveres e obrigações não só dos locadores como dos locatários, evitando-se dúvidas futuras, cujo desenlace possa dar-se nos tribunais do país". Representação da Câmara Municipal de Juiz de Fora nos Anais da Câmara dos Deputados 11 de julho de 1888. Ver também a representação da Câmara Municipal de Barbacena nos Anais da Câmara dos Deputados de 10 de junho de 1887 p.74.

(26). Se o problema com o trabalhador nacional é o ócio e a vadiagem, com o estrangeiro os temores centram-se na sua índole, nas suas tradições políticas, na atração exercida por São Paulo que dificulta sua fixação.

Apesar das polêmicas em torno da utilização do trabalhador nacional, ele é visto como uma solução para a organização do mercado de trabalho livre. Como já dissemos, a ausência de fronteira agrícola em expansão, o que significa um conhecimento prévio do número de trabalhadores necessários para as lides agrícolas, e o significativo contingente populacional mineiro são elementos centrais nas tentativas e uso desta mão de obra.

Os grandes impecilhos para a regular utilização deste trabalhador seja como colono, parceiro ou assalariado são atribuídos à tradição escravocrata do país, que denegriu o trabalho manual e agrícola (27) e a vida ociosa e de difícil sujeição (28) a que estão habituados.. Para os homens de então são estes os males que cabem ser corrigidos para que esta mão de obra possa ser aproveitada em benefício da grande lavoura. Tendo como justificativa este discurso moralizador serão tomadas uma série de medidas de compulsão e regularização do trabalho.

Antes de nos determos na caracterização propriamente dita da organização do mercado de trabalho livre na Zona da Mata mineira vale destacar alguns elementos, já apontados,

(26) Anaes da Assembléia Legislativa 24 de agosto de 1887
p. 258.

(27) A Actualidade. Ouro Preto, 28 de junho de 1879.

(28) Relatório do Presidente de Província de 1873. Ouro Preto, 1873 p.19 e O Serro. Serro, 13 de novembro de 1892.

que nos parecem essenciais para a compreensão deste momento histórico que estamos analisando.

I - Quando se elabora a política de imigração debatem-se fundamentalmente as suas características: colonização ou braços para a lavoura. Na prática, apesar de tímida, o que se viu foi um predomínio da política de colonização. Para além desta discussão está em jogo o aproveitamento do trabalhador nacional. Daí a importância fundamental dada à necessidade de regularizar o trabalho, de reprimir o ócio e a vagabundagem. Parece-nos que as formas constitutivas do mercado de trabalho pautam-se por esta questão básica. que irá delimitar as possibilidades concretas da instauração de tal ou qual relação de trabalho.

II - A compreensão do universo agrícola como um elemento do todo social que deve ser integrado à noção do progresso determina a importância dada ao desenvolvimento da técnica e da maquinaria, da instrução agrícola e, mais uma vez, à qualificação da mão de obra para bem servir o capital.

O Trabalhador Fixo: o Parceiro

A parceria, basicamente na forma de meação, foi adotada na quase totalidade dos municípios da Zona da Mata após a abolição. Se as condições de cultivo e beneficiamento do café não sofreram grandes alterações em 88, as relações de trabalho mudaram radicalmente com a abolição.

A presença quase absoluta das relações escravistas até 88 inviabilizaram o estabelecimento da parceria ou de quaisquer outras relações de trabalho livre de forma dominante. O desconhecimento das formas da transição em Minas Gerais

e as limitações do nosso trabalho não nos permitem precisar com clareza a existência de trabalho produtivo livre e escravo simultâneo nas fazendas para o período de 1870 a 1888.

A documentação indica que a escravidão permanece como relação de trabalho dominante até 88. Isto pode ser percebido seja, pelas discussões parlamentares, sobre a imigração e a necessidade de se pensarem formas alternativas de trabalho; pela não evidência de uso de trabalhadores livres nas fazendas; pela fragilidade do movimento abolicionista; pela débil e tardia organização dos fazendeiros em sociedades promotoras da imigração ou ainda pela ausência de referências à desorganização do trabalho nos anos finais da escravidão.

Em 1888, Francisco de Paula Lázaro Gonçalves, cafeicultor de Juiz de Fora e membro da Associação Promotora da Imigração, visita vários municípios cafeicultores do Oeste Paulista a fim de obter subsídios para a elaboração de uma política imigrantista para a Mata mineira. Este cafeicultor indica que os escravos são na Zona da Mata mão de obra dominante e que é urgente a elaboração de alternativas preventivas contra uma possível desorganização do trabalho escravo dado o fim iminente da escravidão.

A tese de Norma de Góes Monteiro mostra claramente a ineficiência das políticas imigrantistas para este período que resultam num pequeno número de imigrantes introduzidos em Minas Gerais. O relatório do Dr. Carlos Prates, em 1906, mostra que a presença de colonos estrangeiros é reduzida em toda a Zona da Mata (29). A existência de uma grande popu-

(29) ver Anexo I.

lação escrava nos municípios cafeicultores e em toda a província (30) e a inexistência de um fluxo imigratório conforme demonstrado indicam que as relações de trabalho livre se estruturaram utilizando os trabalhadores existentes internamente. Esta mão de obra é indicada na documentação, como trabalhador nacional, sem discriminação quanto a sua origem escrava ou livre.

Entretanto, outros dois elementos permitem nos aventar a origem escrava deste trabalhador fixo. De um lado, inexistem indícios de recusas sistemáticas dos negros aos trabalhos agrícolas. O que existe são reclamações a respeito da mobilidade desta população, que em geral se recusa a permanecer nas fazendas onde tinha sido escravizada. Isto implica numa mobilidade desta população que se refletia nas reivindicações dos cafeicultores por leis de repressão à ociosidade. De outro lado, é elevada a incidência de trabalhadores negros nas fazendas de Cataguazes após 88. Pudemos constatar este fato através de uma prospecção realizada nos processos-crime deste município para os anos de 1891 a 1899 (31).

Estes indícios coadunam-se com a nossa perspectiva, apontada no capítulo anterior, de que a transição encaminhada em Minas Gerais centra-se nas propostas elaboradas em 1871.

(30) Francisco P.L. Gonçalves op.cit. pp.12-13 e nota 41 capítulo I

(31) Para a região do Sul de Minas existe um trabalho de Antonio de Carvalho. Uma fazenda mineira, monografia estudo de uma fazenda modelo. Belém, 1899 que afirma que até 1894 o trabalho era feito por ex-escravos e trabalhadores do município p. 45.

A descrição das diversas relações de trabalho encontradas na região da Mata são minuciosamente relatadas por Carlos Prates em seu relatório de 1906 e coincidem com as respostas municipais ao questionário de 1893.

A relação de trabalho fixo predominante nas fazendas da Mata mineira é a parceria sob a forma de meação, estando também presentes a empreitada e o contrato. Estas formas implicam a realização de tarefas previamente definidas e remuneradas ao fim de sua execução. Estão em geral associadas à formação de cafezais ou presentes em fazendas com grandes percentagens de cafezais novos. São relações bastante semelhantes às encontradas de forma dominante no Oeste Paulista.

Na Zona da Mata, o trabalhador fixo, designado pelos fazendeiros por "colonos", morava na fazenda e cuidava das plantações. Na maioria dos casos, podia plantar cereais entre as fileiras de café ou em terrenos previamente demarcados, em geral já abandonados pela grande lavoura. O parceiro devia fazer o cultivo e a colheita do cafezal sob sua responsabilidade. O produto podia ser entregue ao proprietário da fazenda "na mesa do carro" (café em grãos retirado do pé sem beneficiamento) ou beneficiado. Nestes casos, o parceiro tinha um dispêndio monetário que variava de 250 a 400 réis por arroba beneficiada. O lucro da comercialização, realizada pelo fazendeiro, era dividido, em geral, em partes iguais. Todo o produto da cultura de cereais pertencia ao "colono". A cultura de cereais, a qualidade da terra e casas de moradia eram os atrativos com os quais os fazendeiros acenavam para os trabalhadores.

O grande problema da parceria, segundo os proprietários

da lavoura, é o maior interesse que o "colono" tem em desenvolver a cultura de cereais em detrimento dos cafezais. Por exemplo, plantava-se milho intercalar mesmo quando isto dificultava o desenvolvimento do cafezal, seja pela diminuição da insolação, seja pela idade avançada dos cafeeiros, seja pelo cansaço da terra ou ainda pela carpa mal feita(32). Este procedimento diminuía ainda mais as taxas de lucro já comprometidas pela queda do preço do produto e pela baixa produtividade dos cafezais. Entretanto, a cultura de cereais era uma forma de garantir a permanência do parceiro. Sem que esta reivindicação fosse atendida, ficava mais difícil ainda ao fazendeiro fixar o trabalhador em sua propriedade.

A parceria, como relação de trabalho que fixava o trabalhador na propriedade, tinha outro atrativo para os fazendeiros: a redução dos gastos monetários. É sabido que um dos maiores problemas da cafeicultura mineira era a carência de capitais. Esta relação permitia a continuidade da produção cafeeira na Zona da Mata ainda que de forma "autofágica"(33). A formação de novos cafezais nas fazendas era comprometida tanto pela crise dos preços internacionais do produto, como pela baixa produtividade. Mas um outro fator também se impunha como limitante desta expansão da produção: os elevados gastos monetários implícitos na formação de cafezais.

(32) As várias dificuldades de compulsão ao trabalho existentes no sistema de parceria são descritos no artigo de V.Stolcke e M.Hall op. cit. pp.82-94.

(33) João Heraldo Lima op. cit. p. 43.

Para o trabalhador, a parceria apresentava-se como uma relação de trabalho mais recompensadora, tendo em vista a possibilidade de cultivo de cereais. O maior interesse do parceiro por esta atividade em relação aos ganhos monetários oriundos da comercialização do café pode ser explicada pelo tempo que demorava o retorno da atividade cafeeira. O lucro líquido era dividido após a venda do produto; era necessário pagar o beneficiamento; o controle do preço de mercado era pequeno ou nulo; o fazendeiro responsável pela comercialização de todo o produto, poderia ludibriá-lo. Além disso a garantia de sobrevivência dada pela cultura de cereais e a possibilidade de comercializar os excedentes dessas atividades constituíam outros fatores favoráveis à parceria. Muitas vezes o próprio proprietário da fazenda comprava o produto obtido na lavoura de cereais do "colono".

Com o boom cafeeiro dos anos 70 e com a ausência de fronteira em expansão, ocupam-se gradativamente todas as terras no interior das fazendas com a cultura cafeeira. Abandonam-se as demais atividades produtivas (como a pecuária e a indústria de laticínios) e o café assume ares de monocultura de exportação. Os efeitos imediatos são sensíveis: o aumento do custo de vida e a necessidade de importar produtos básicos tradicionalmente produzidos na região (34). Este processo aumenta a importância da produção de cereais realizada pelos parceiros como uma forma de minimizar a carestia dos gêneros alimentícios.

A dificuldade em se organizar um mercado regular e mini

(34) P.L. Blasenheim op. cit. pp. 47-48.

mamente qualificado de mão de obra é fator fundamental na explicação da constituição da parceria como relação de trabalho fixo dominante.

A difusão do trabalho assalariado encontrava muitas dificuldades. Num sentido estritamente econômico, o pagamento de salários implicava um maior lucro para os proprietários. João Heraldo Lima, analisando os diferentes custos da produção cafeeira, demonstra que isto ocorria tendo em vista os baixos salários e a redução do número de carpas a duas por ano (35).

Mas o salário não era mecanismo capaz de fixar a mão de obra e nem instrumento efetivo de obtenção de força de trabalho. Isto porque de um lado os valores pagos eram bastante inferiores aos oferecidos no mercado paulista que funcionava como pólo de atração para estes trabalhadores. De outro lado, a incipiente organização do mercado de trabalho, a não regularidade do trabalhador, ou seja, a não interiorização dos padrões capitalistas de exploração do trabalho e a dificuldade de repressão e controle desta mão de obra exclusivamente através de incentivos econômicos, inviabilizavam a adoção generalizada da relação de trabalho assalariada. Além destes fatores, a pequena base monetária da economia mineira, que tinha na obtenção de dinheiro e crédito um de seus mais pungentes problemas, e as condições de produção do café (pequena produtividade, grande quantidade de cafezais velhos) faziam da parceria a relação de trabalho mais adequada para esta realidade. Para além da questão propriamente econômica existia a urgência da efetivação

(35) João H. Lima *op. cit.* pp. 29-35.

do controle sobre o trabalhador. Sem que fosse dado este primeiro passo toda a exploração cafeeira com base no trabalho livre ficaria inviabilizada.

É neste sentido que podemos entender no discurso dos proprietários a necessidade de controle e repressão aos trabalhadores, taxados de ociosos e vagabundos. A questão não é uma ausência quantitativa de braços para a lavoura. É antes de tudo uma questão política de transformação destes trabalhadores em mão de obra adequada para a exploração da terra. "Por toda a parte a lavoura se queixa da falta de braços e alta dos salários(..)O principal inconveniente de que se queixa a lavoura é a pouca estabilidade do trabalhador nacional, de sorte que o lavrador não tem bases seguras para alargar ou restringir suas plantações, pela incerteza de conservar o trabalhador"(36).

Outras relações de trabalho tais como a formação de núcleos coloniais particulares, através da divisão das propriedades, foram tentadas sem grande repercussão. Duvidava-se da pertinência da criação de uma legião de pequenos proprietários como sendo a melhor solução para a lavoura.

O colonato, relação de trabalho livre dominante no Oeste Paulista, poderia ter funcionado como alternativa para o sistema de meação. Brasília Sallum mostra que, no Oeste Paulista, o colonato além de garantir a fixação do trabalhador e a regularidade de seus serviços era mais barato para o proprietário, que tinha menores gastos monetários, e era mais lucrativo para o colono.

(36) Mensagem do Presidente do Estado de 1893 p. 22.

Entretanto, se atentarmos para as características deste regime de trabalho (37) perceberemos que condições essenciais de seu sucesso estão ausentes na região cafeeira mineira: fronteira em expansão, alta produtividade dos cafezais e do solo aumentando as possibilidades de altos ganhos com o café e cultura de subsistência e salários competitivos. Por exemplo, em 1899 o preço da carpa em São Paulo oscilava entre 60 e 120\$000. Minas Gerais pagava, em 1905, de 20 a 30\$000 (38). Como afirmava Francisco P.L. Gonçalves em 1888, o colonato só é compatível instaurado em cafezais com menos de 18 anos. Para os mais velhos só a parceria se apresenta como relação aceitável. Isto tendo em mente a produtividade dos cafezais (39). Em algumas fazendas da Zona da Mata estabelecem-se relações de trabalho se

(37) Subsunção formal do trabalho ao capital produtivo cafeeiro; subsunção esta que associa ao assalariamento o arrendamento não capitalista da terra. Brasília Salum. Capitalismo e cafeeira no Oeste Paulista, 1889-1930. São Paulo, 1982 pp. 229-258.

(38) Warren Dean dá um valor de 2\$500 no ano de 1894 para trabalho diário de 10 a 12h na fazenda Santa Gertrudes. As respostas ao Relatório da Secretaria da Agricultura de 1893 indicam um salário médio para Minas Gerais de 1\$600. Para o ano de 1907 o Brasil: suas riquezas naturais e suas indústrias do Centro Industrial do Brasil apresenta dados comparativos para a Zona de São Paulo e a do Rio de Janeiro (que inclui neste estudo Minas Gerais). cf. Warren Dean. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920 trad. Rio de Janeiro, 1977 p. 163; Relatório da Secretaria de Agricultura de 1893 pp.9-19 e Centro Industrial do Brasil. O Brasil suas riquezas naturais e suas indústrias vol. II. Rio de Janeiro, 1908 pp.91-92.

(39) Francisco P.L. Gonçalves op. cit. pp.42-43.

melhantes à do colonato paulista. Mas nunca assumiram o papel de relação de trabalho predominante na região da Mata mineira.

O que queremos aqui demonstrar é que o pagamento de salários era, do ponto de vista econômico, mais lucrativo para os fazendeiros da Zona da Mata dado seu reduzido valor. Mas este era, ao mesmo tempo, o grande impedimento à sua generalização. O pagamento dos baixos salários vigentes na Mata impossibilitavam a criação de uma oferta regular de mão de obra. Os trabalhadores prefeririam imigrar para a região cefecultora paulista onde os salários eram bem mais elevados.

A parceria, basicamente o sistema de meação, aparece então como relação de trabalho capaz de fixar no interior da fazenda a mão de obra minimamente necessária para a realização da produção. Na época da colheita, como veremos no próximo item, o trabalhador migrante complementar o trabalho realizado pelo parceiro.

O Trabalhador Temporário e Assalariado: o Migrante Sazonal

"Sem dúvida é preciso encher o vazio que todos os dias vai deixando o desaparecimento dos braços escravos; mas eu penso que não é a colonização estrangeira o único meio de suprir a lavoura de trabalhadores livres e fazê-la prosperar. Vós não ignorais que dois males afligem a nossa lavoura - a rotina e a emigração de nossa população laboriosa para os sertões desta província e para os de Goiás e Mato Grosso.

A imigração é uma consequência necessária da destruição abusiva das matas, pois que as terras se cançam, se esterilizam por falta de meios para renovar-lhes as forças" (40).

(40) Relatório do Vice-Presidente da Província de 1870 pp.10-11.

Este documento manifesta com clareza a preocupação existente desde os anos 70 com as migrações, vistas como fator fundamental para a diminuição da oferta de braços para a lavoura mineira. As Minas Gerais sempre foram conhecidas pelo seu expressivo contingente populacional. Desconhece-se qualquer desequilíbrio de porte a fundamentar a suposição de expressiva também não ser a população em condições físicas de atender aos reclamos dos proprietários contemplados na fala do Presidente da Província. Apesar de numerosas epidemias em todo este período, antes, durante e após os anos 70, Minas mantém sua importância demográfica no cenário nacional em termos relativos e absolutos(41).

Há que se buscar em outros elementos a explicação para esta carência. Minas, como as demais regiões do país, atravessava a última fase de um longo período histórico em que a produção apoiava-se no trabalho escravo. O Império ocupava-se em formular legislação competente para resolver o mesmo problema: como realizar a transição para o trabalho livre no projeto de uma abolição lenta, gradual, e segura?

Apesar do número de habitantes ser uma variável a se considerar, o que está em jogo, no caso concreto, é um projeto político econômico de transformar esta grande e instável população em trabalhadores livres, vendedores de força

(41) População do Brasil por regiões

Ano de 1874		Ano de 1908
Minas Gerais	1.953.753	3.960.000
Rio de Janeiro	456.850	968.000
Bahia	1.120.846	2.287.000
Brasil	9.761.449	19.657.000

cf. Robert Conrad op.cit. p.345 e Rodolfo Jacob. Minas Gerais no XXº século. Rio de Janeiro, 1911. quadro 96.

de trabalho. Neste sentido o Relatório aponta a solução do progresso econômico apoiado em transformações técnicas do processo produtivo.

"Daí a dispersão da população que contraria a divulgação das ciências e das artes, a dificuldade da boa administração da justiça, a falta de espírito público, o que importa um sem número de inconvenientes, que seria longo referir.

Esta mobilidade da população é fato antiqüíssimo, mal observado e muito menos atendido. A rotina seguida até hoje, além de exaurir as forças do solo sem reparação possível, repele toda a tentativa de melhoramento, o emprego de instrumentos aratórios e torna inúteis e ociosas todas as descobertas da ciência que a ela de certo não tem aplicação.

Parece-me pois acertado, sem desdenhar a imigração estrangeira, procuremos por um paradeiro à emigração de nossa população laboriosa para os sertões e colonizar, por assim dizer, os nacionais e o único meio é iniciar a prática da cultura dos campos pelo arado" (42).

Mas este homem livre e pobre não se fixa em sua terra como assim o desejava o então Presidente da Província. A modernização agrícola não aconteceu, as novas técnicas e o arado não são implementados nas diversas regiões mineiras e por decorrência continuam as dificuldades para fixar o trabalhador.

O café vinha ganhando crescente importância no conjunto da economia de Minas Gerais e a partir dos anos 70, marca-

(42) Relatório do Vice-Presidente da Província de 1870 op. cit. p.9.

damente na primeira metade dos anos 80, assume importância decisiva na vida mineira. É neste momento responsável pela quase totalidade da receita provincial. Apesar de bastante circunscrito na geografia da província, o café representa o grande setor mercantil. Atrai, em quantidades cada vez maiores, o homem livre. As expectativas de remunerações mais elevadas e a certeza da oferta de emprego fazem com que este contingente populacional migre para a Zona da Mata. Não mais se abandonam as terras cansadas da província para os distantes sertões do país.

A partir dos anos 80 a migração de trabalhadores para a região do café aparece com crescente destaque na documentação. Nos jornais do Norte do estado, região fornecedora da maior parte dos migrantes, as reclamações são intensas e veementes contra este deslocamento que impediria o desenvolvimento da economia e afrouxaria os laços da moral.

"Essa emigração de nossos braços de serviço em direção aos municípios do Sul, reduzindo os nossos lavradores a um quase desespero, continua ainda e cada vez mais acrescida.

Não se passa semana sem que vejamos levarmos numerosíssimas deixando-nos, em auxílio aos que contam com outros recursos que não nós..."(43).

Este deslocamento assume agora o caráter de sazonalidade. Os trabalhadores dirigem-se para as regiões cafeeiras, nem sempre mineiras, nos momentos da colheita (3 a 4 meses ao ano) (44). Este é o momento de pico de uso da mão de o-

(43) O Serro. Serro, 7 de maio de 1893 p.1

(44) As respostas manuscritas ao questionário de 1893 destacam esses deslocamentos como um dos problemas da lavoura.

bra, a oferta de trabalho é muito grande. Finda a colheita retornam esses homens a seus locais de origem. O cultivo do cafezal será realizado ao longo do ano pelo trabalhador fixo. As tensões e dificuldades geradas por este deslocamento sazonal são muitas.

Para as regiões que oferecem este contingente de força de trabalho, isto significa a impossibilidade de contar com uma mão de obra estável. Um exemplo é a companhia colonizadora encarregada de desenvolver um projeto de colonização no Serro, cidade do Norte do estado, que desiste em razão da fluidez da população(45). Os fazendeiros destas regiões tinham dificuldade em obrigar os trabalhadores a aceitar as condições de trabalho porque eles possuíam reserva financeira, renovável ano a ano, que lhes dava as condições mínimas de subsistência. Retornando aos seus locais originários esses trabalhadores passam o resto do ano cuidando de suas pequenas roças ou fazendo expedientes urbanos e rurais. Os salários recebidos pela colheita do café complementam a renda destes trabalhadores garantindo sua sobrevivência mas não se efetivando em possibilidade de realização de poupança.

"...ã procura de melhores salários, os auxiliares únicos de nossa lavoura, dirigindo-se para a Mata onde se ocupam da safra do café não atendem a que estes dias gastos na viagem de ida e vinda, bastante numerosos, juntos aos de descanso, constituem perda considerável e, descontando-se esta do salário obtido, bem pequena seria a diferença relativamente ao que poderiam conseguir aqui onde não falta

(45) O Jornal edição comemorativa de 1927.

trabalho nem ocupação lucrativa constante e remunerada.

A razão maior do salário pois, não a podem invocar" (46).

Para os lavradores da região cafeeira este fluxo regular de milhares de trabalhadores para os momentos de maior necessidade de mão de obra é solução para a realização da produção. O deslocamento desta população ultrapassa os limites de Minas Gerais dirigindo-se para São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro. No município de Itajubá, a ida de imigrantes para o Oeste Paulista é compensada pela atração exercida sobre os trabalhadores dos municípios vizinhos. Trabalhadores de Minas Novas dirigem-se para o Espírito Santo(47).

Os cafeicultores tem papel ativo neste movimento populacional. Este movimento, que envolve milhares de trabalhadores não é espontâneo. Os aliciadores arregimentam ano a ano esta mão de obra necessária para a realização da colheita.

A necessidade de trabalhadores temporários se impõe porque o parceiro garante o cultivo do cafezal, mas não a colheita, que demanda mais braços. Também não é possível a instauração da relação assalariada para a realização de todas as tarefas distribuídas ao longo do ano, seja pela impossibilidade de controlar e regularizar o suprimento de

(46) O Serro. Serro, 7 de maio de 1893 p.1

(47) "não se aumentou a cultura de gêneros alimentícios e cerca de três anos seus preços têm-se aumentado, o que parece ser ocasionado pela emigração de operários para a lavoura da mata do rio, para outros municípios e distritos". Respostas ao questionário de 1893 do distrito de S. Sebastião do Rio Preto, município de Conceição.

trabalhadores, seja pela fraca disponibilidade monetária dos fazendeiros. A migração sazonal é a possibilidade existente de realização da colheita e da produção em geral. Ela desonera o proprietário de manter no interior da fazenda todo o pessoal necessário às atividades de produção. Outra vantagem deste sistema é o fato dos trabalhadores migrantes não terem outro interesse que não a colheita de grãos ou a tarefa específica que lhes é atribuída. O mesmo não acontece com os "colonos", que vêm na cultura de cereais possibilidades de maiores ganhos.

Para as regiões da província, nas discussões sobre este movimento sazonal voltam as reclamações sobre "o ócio e a vadiagem" dos trabalhadores nacionais. A questão mais geral da repressão aos trabalhadores, sempre vinculada à necessidade comum de regularizar o trabalho e impor um ritmo à atividade produtiva, passa aqui também pelo objetivo de impedir a evasão destes trabalhadores para além das regiões colonizadas, como aparece no citado Relatório do Presidente da Província de 1870.

Os jornais do Norte do estado destacam o papel "desestruturador da moral e da família" que estes deslocamentos originam.

"Mas por motivos sociais muito mais elevados devemos nos esforçar para que cesse tal deslocação.

A família sem o chefe não se sente tranqüila e confortada no lar, fica condenada geralmente pelo emigrante a faltas, privações, a tropeçar na desonra e entregar-se sem remate à prostituição, falemos claro.

Para os ânimos refletidos a base da moral é a honestidade na sociedade doméstica; e uma causa eficiente de ma-

les tamanhos e de tão funestas conseqüências deve ainda à custa dos mais ingentes sacrifícios merecer especial atenção(...)

A solução para tal mal seria lançar aos aliciadores imposto capaz de dissuadí-los da danosa especulação.

Como complemento ou antes como medida de igual alcance, incumbe às autoridades reprimir por todos os meios a ociosidade e a vagabundagem: força é confessar que, aproveitados, esses milhares de indivíduos, presa do vício e onerosos à sociedade, seriam de não pequeno valimento na situação impossível"(48)

Para os cafeicultores o que está em jogo é a qualidade e a regularidade do trabalho. Cabe reprimir para cessar com as violências, badernas e crimes nos quais se envolvem os trabalhadores, sejam eles parceiros ou migrantes(49). Quanto mais instável é o fluxo e o serviço prestado pela mão de obra, menores as taxas de lucro, a produtividade dos cafezais. Daí a importância dada pelos proprietários à elaboração de leis de "repressão à vadiagem" e à obtenção de mais capitais que, permitindo o desenvolvimento intensivo da lavoura, diminuiriam a dependência de grandes levadas de trabalhadores.

Para as regiões não cafeeiras o sangramento de trabalhadores dificulta seu desenvolvimento econômico, mas não se

(48) O Serro. Serro, 7 de maio de 1893 p.1.

(49) A presença de parceiros e jornaleiros é constante nos processo-crime por nós prospectados. Talvez a análise destes documentos possibilite uma avaliação mais precisa do controle sobre a mão de obra exercido no interior das fazendas.

pode menosprezar o fluxo de moeda por ele gerado, que reforça a integração destas regiões à economia de mercado. A atração exercida pela economia cafeeira da Zona da Mata, frágil se comparada à paulista, mostra que, apesar da diversidade econômica e das tensões geradas pelo "privilegiamento" dado pelo governo à região do café, as atividades mercantis são elemento fundamental para explicar o movimento da população de Minas. Estas constatações permitem-nos avaliar a realidade deste período de forma a reforçar a debilidade da proposta de uma eventual "economia do excedente".

Os Núcleos de Colonização

Apesar da aparente falência da política imigrantista mineira, a constituição dos núcleos de colonização também contribuiu na organização do mercado de trabalho. Em 1912, de acordo com as informações da Diretoria Geral de Estatística, a população colonial dos diversos estados brasileiros tinha evoluído da seguinte maneira(50):

Ano	Estado	POPULAÇÃO		Total
		Brasileiros	Estrangeiros	
1908	Minas Gerais	1113	2713	3826
	Paraná	351	4072	4423
	Rio de Janeiro	-	66	66
	Santa Catarina	-	55	55
	São Paulo	1924	2456	4380
1912	Minas Gerais	1393	4662	6055
	Paraná	2052	14850	16902
	Rio de Janeiro	434	392	826
	Santa Catarina	203	1552	1755
	São Paulo	3505	8688	12193

(50) Núcleos coloniais e naturalizações. Diretoria Geral de Estatística pp.176-182.

A formação e desenvolvimento dos núcleos coloniais pode ser detalhadamente acompanhada, a partir de 1896, através dos relatórios da Inspetoria de Terras e Colonização. Não existem relatórios para todos os anos, mas eles permitem uma análise muito precisa do desenvolvimento desta forma de colonização e povoamento do território mineiro. As informações que mais de perto nos interessam aparecem nos quadros estatísticos sobre a população de cada núcleo segundo a nacionalidade, sexo, idade, estado civil, instrução, religião e profissão. Os relatórios informam também sobre a natureza do título de ocupação e o valor dos lotes, as espécies produzidas, a quantidade de terras aproveitadas, as fábricas e oficinas existentes, com seus respectivos valores.

Até 1908, não existiam núcleos coloniais oficiais na Zona da Mata. Nos relatórios de Presidente de Província, a partir de 1873, há referências sobre tentativas de colonização diretamente associadas ao povoamento do solo. Neste momento são três os núcleos coloniais existentes: a colônia militar de Urucu, o núcleo de Mucury, em Minas Novas (no Norte do estado), e o núcleo D. Pedro II, a cargo da Companhia União e Indústria "sobre o qual nenhuma notícia vos posso ministrar por falta de dados" (51). Em 1878 os núcleos de Urucu e Mucury são emancipados.

A principal causa apontada para o fracasso destes núcleos é a dificuldade de transportes e o isolamento dos mercados consumidores, que dificultava o intercâmbio de mercadorias. Estes são elementos que sem dúvida contribuí-

(51) Relatório do Presidente de Província de 1873 p.19.

ram para o insucesso destas tentativas de colonização. Mas pensava-se a imigração para suprir as necessidades da grande lavoura. Isto é também um dos elementos explicativos da inadequação e fragilidade na implementação de políticas colonizadoras.

A partir de 1897 criam-se novos núcleos de colonização oficial por todo o Estado. São eles inicialmente concentrados ao redor da nova capital, fornecendo trabalhadores para a sua construção e produzindo gêneros alimentares para serem aí consumidos. Até 1908, emancipa-se o últimos destes núcleos. Eles incorporaram-se a Belo Horizonte como bairros de população pobre com ocupação nos pequenos negócios do comércio.

São fundados núcleos esparsos nas demais regiões de Minas Gerais: Sabará, São João Del Rey, Itabamcury, Teóphilo Otoni, Lambari. O mais bem sucedido de todos os núcleos é o de Rodrigo Silva localizado em Barbacena, região limítrofe à Zona da Mata. Este núcleo caracteriza-se por um ampla variedade de gêneros produzidos e por tentativas de desenvolvimento da indústria de seda e vinho.

As discussões em torno da criação dos núcleos é acirrada e controvertida. O mais forte argumento a justificar a implementação de uma política de colonização desta natureza é ela ser vista como uma forma onerosa, mas a única eficiente, de estabelecimento de um fluxo de imigração regular e espontânea para Minas Gerais.

Blasenheim afirma, com base em informações para o ano de 1901, que seis dos sete núcleos coloniais existentes encontravam-se na região do Campo (centro de Minas) e que a Zona da Mata foi derrotada na elaboração da política de co

lonização recebendo em troca leis favoráveis à introdução de imigrantes (52). Entretanto, dentro dos limites da frágil colonização mineira, a partir de 1908, a Zona da Mata concentrou a quase totalidade dos núcleos coloniais oficiais existentes. De acordo com os relatórios da Inspeção de Terras e Colonização desde o final do século XIX os cafeicultores são constantemente instigados a interessarem-se por este tipo de política de colonização.

Examinemos com mais detalhe os núcleos coloniais, em sua esmagadora maioria oficiais, criados na Zona da Mata. Acreditamos que estes núcleos fizeram parte das soluções locais para a crise do café acirrada a partir de 1907 (53).

Temos notícias de apenas três núcleos fundados por iniciativa particular nesta região. O de Ferreira Alves, em São João Nepomuceno, fundado pela associação particular "Centro Municipal de Imigração de São João de Nepomuceno"; e as colônias de Juiz de Fora, "Chacara" e "Liberdade", esta última fundada pelo Banco Colonizador Agrícola.

Os núcleos da Zona da Mata, 12 num total de 27 existentes em Minas Gerais ao longo do período de 1870-1920, lo-

(52) P. Blasenheim. Op. cit. pp. 187-190.

(53) As crises do café na Mata mineira não diferem daquelas vividas pela cafeicultura a nível nacional e analisadas na periodização proposta por Delfim Neto 1857/68; 1869/85; 1886/1906. A partir de 1907, que marca a intervenção estatal na política cafeeira, a Zona da Mata vai perdendo gradativamente sua importância como região produtora de café. Implementava-se neste momento a pecuária e a indústria de laticínios como alternativa à crise da cafeicultura.

calizavam-se próximos às ferrovias e tinham por objetivo explícito a produção de gêneros alimentares. A localização, juntamente com a qualidade da terra, é considerada fundamental para o sucesso destes núcleos. Estes localizavam-se, na quase totalidade dos casos, às margens das ferrovias. Existem referências ao fato de colonos trabalharem na manutenção dos ramais ferroviários.

O que marca, a nosso ver, a constituição de um núcleo colonial é a possibilidade de comercialização da produção. Vale destacar que apesar de insistentes tentativas do governo estadual para estimular a construção de núcleos na Zona da Mata, os fazendeiros só tomam atitudes visando a concretização desta política após a crise do café, por volta de 1907.

Em fins do século XIX, a cultura do café se revigora na Zona da Mata, tendo em vista a alta dos preços alcançada no mercado internacional. Com isto abandonam-se muitas lavouras de cereais e as atividades pecuárias. A diversificação das atividades produtivas cede lugar ao monopólio da cultura do café. Com a impossibilidade de expansão da fronteira dada pelos limites naturais já explicitados, ocupam-se gradativamente todas as terras no interior das fazendas. São destruídas as matas e mesmo terras anteriormente plantadas são reaproveitadas ainda que isto implique em queda da produtividade. Em consequência, são abandonadas as outras atividades econômicas que conviviam com a expansão da cafeicultura até então, exceção feita à cultura de cereais desenvolvida pelos parceiros. Desta forma Minas Gerais passa a importar produtos básicos de alimentação que tradicionalmente exportava ou produzia em quan-

tidade suficiente para atender às suas necessidades.

Na primeira década do século XX, "a prolongada crise do café e sua decrescente produção no sul da Mata estimularam a pecuária e a indústria de gêneros alimentares, particularmente na Mata"(54). Dentro desta perspectiva de retorno à policultura e incentivo à diversidade de atividades econômicas é que são fundados os núcleos coloniais da Zona da Mata.

Os atrativos e incentivos concedidos pelo estado aos fazendeiros são vários. "Poder-se-ia adiantar sob hipoteca parte de suas terras, a importância necessária para a colonização desta mesma parte" mas só para medição e demarcação de terrenos, já que a introdução de imigrantes se faz às expensas do estado(55). "A vantagem que o Estado detém com estas providências é a fixação dos imigrantes que com tanto sacrifício introduz em seu território, e aos fazendeiros é que poderiam dar conveniente destino a parte de suas terras que por falta de recursos não se pode utilizar além de ficarem com o trabalhador à porta, o que não constitui menor vantagem"(56).

No momento da constituição dos núcleos, as terras já estão em grande parte exauridas pelo cultivo predatório do café, os cafezais estão com produtividade decrescente, as fazendas estão em muitos e muitos casos hipotecadas.

Na formação dos núcleos, assim como na elaboração da política imigrantista, o esquema empresarial montado garante

(54) P.Blasenheim. op.cit. p.190.

(55) Relatório da Inspeção de Terras e Colonização de 1903 p.381.

(56) Relatório da Inspeção de Terras e Colonização de 1902 p. 426.

grandes lucros para as sociedades de imigração, independentemente do sucesso dos projetos contratados. Este esquema empresarial, associado à péssima imagem que se tinha do Brasil na Europa, dificultou o desenvolvimento e o sucesso dos projetos de colonização. "A causa do malogro da imigração está unicamente no sistema do Estado se tornar empresário da colonização, e para consegui-la lançar mão de contratos com particulares, que, tratando apenas de seus interesses pessoais, não fazem no estrangeiro senão enganar os imigrantes que desejam prometendo vantagens que o Estado não pode proporcionar-lhes, fazendo-os alimentar esperanças irrealizáveis, e ainda assim importando-nos a escória da população européia"(57).

Os fazendeiros aceitam neste momento de crise, a idéia de repartir e vender parte de suas propriedades. Fundam-se os núcleos coloniais da Zona da Mata. A produção de cereais desenvolve-se sem que sejam abandonados os cafezais existentes nos lotes coloniais. Os núcleos, parecem-nos, seriam uma das soluções encampadas pelos cafeicultores face à prolongada crise advinda da exaustão das terras. Cafeicultores do Vale do Paraíba fluminense, já durante o Congresso Agrícola de 1878, propunham a constituição de núcleos coloniais nos mesmos moldes destes implantados na Zona da Mata a partir de 1907(58).

A constituição dos núcleos visava a atender fundamentalmente a necessidade de atrair e fixar o elemento estrangei

(57) Província de Minas. Ouro Preto, 11 de dezembro de 1880.

(58) Atas do Congresso Agrícola. Rio de Janeiro, 1878 discurso proferido por Manoel Ribeiro do Val, Paraíba do Sul, pp.161-162.

ro. Era explícito nos regulamentos a proibição da população nacional ultrapassar 10% do total da população colonial(59). Entretanto, a percentagem de nacionais é sempre superior a este valor, constituído em alguns casos parcela significativa da população colonial. Os núcleos são pensados como de colonização estrangeira para o desenvolvimento da produção de alimentos e de outras indústrias agrícolas. Mas o seu desenvolvimento mostra terem eles funcionado também como forma de assentamento da população nacional e como prováveis fornecedores de mão de obra assalariada para as fazendas.

Um dos motivos de tão marcada presença dos nacionais nestes núcleos é a forma pela qual eles são constituídos. Quando os fazendeiros vendem suas terras, os meeiros, que tem nestas partes seus contratos, são incorporados aos núcleos. Nos Relatórios da Inspetoria de Terras e Colonização eles são denominados de "população não tipicamente colonial" ou "agregados".

Carlos Prates, ao visitar o núcleo de Ferreira Alves, mostra que o café é aí produzido apenas por parte dos colonos (em princípio antigos trabalhadores da fazenda loteada) que ainda obtêm bons lucros com sua comercialização apesar de velhos e pouco produtivos. Estes são os únicos colonos dos núcleos a possuírem mais de um lote na colônia (60).

Para finalizar, compreendemos que os núcleos coloniais funcionaram de maneiras diferentes dependendo do local e

(59) Decreto de 8 de junho de 1907 que reorganiza a Diretoria de Agricultura e estabelece sobre colonização.

(60) Carlos Prates. Op.cit p. 98.

época de sua constituição. Na Zona da Mata, foram criados no momento de crise do café, permitindo tanto a fixação do trabalhador próximo às fazendas quanto o desenvolvimento de cultura de cereais e a continuidade da exploração de cafeeiros velhos em regiões decadentes. Aqueles construídos ao redor de Belo Horizonte foram fundados "no intuito de abastecer de verdura e produtos de pequena lavoura aos habitantes da nova capital e, ao mesmo tempo, fixar grande número de operários que trabalham em sua construção"(61).

Estas não eram as três únicas relações de trabalho existentes na região que estamos aqui analisando. O agregado, nacional livre, residente nas fazendas era um elemento importante e ativo na vida política e social deste período.

Estes homens livres relacionavam-se com os lavradores através de laços pessoais. Eram dependentes do proprietário que cedia a eles terra para ocuparem no interior das fazendas. As atividades desempenhadas por este grupo não foram por nós precisadas. Entretanto eles tinham um papel importante na estrutura política vigente. Eram eleitores potenciais (o chamado voto de cabresto) que através de seu voto davam legitimidade ao poder local destes fazendeiros. A presença dos agregados como fonte de poder decisório nas eleições é ricamente descrita por Ferreira de Rezende no

(61) Relatório da Inspeção de Terras e Colonização de 1910 p.77.

livro Minhas Recordações (62).

"Temos porém o trabalho livre organizado? O aproveitamento em benefício da lavoura, de milhares de indivíduos ociosos, dos quais muitos vivem em nossos estabelecimentos rurais como simples agregados, só prestáveis em ocasião de forças eleitorais, não pouco afastados de todo contato com a população agrícola, e entregues unicamente à aquisição de produtos espontâneos da natureza como a pesca e a caça, seus alimentos únicos; o aproveitamento de tais braços, pergunto, é por ventura medida de que já cogitassem devidamente nossos legisladores?(...)

Estes (os agregados) todos sabemos por qualquer serviço exigem grandes salários adiantados, e se a muita instância chegam a começar o serviço ajustado por preço exorbitante não poucas vezes e precisamente quando o lavrador mais necessita deles, despedem-se sob qualquer pretexto, ou iludem-nos solicitando-lhe permissão para uma pequena viagem de que devem regressar. Além disso convém observar que a gente a que nos referimos, quando por exceção se presta a servir em estabelecimentos rurais, muito dificilmente se sujeita a lavrar a terra, mister agrícola que julga desprezível, isto é, aviltado pelo braço escravo" (grifo nosso) (63).

Além destes trabalhadores é relativamente comum nas fazendas a presença de estrangeiros como mão de obra qualificada. Ofélia de Rezende, atual proprietária de uma das gran

(62) Ferreira de Rezende. Minhas Recordações. Rio de Janeiro, 1944.

(63) Moraes Carneiro. "Mar de Hespanha 1880" in A Província de Minas. Ouro Preto, 27 de novembro de 1880 pp.2-3.

des fazendas de café deste período, lembra da presença comum de instrutores franceses que educaram várias gerações da família. Além destes mestres existiam também colonos italianos que ensinavam técnicas de trabalho agrícola. Estrangeiros são também encontrados nas cidades exercendo ofícios urbanos qualificados(64).

(64) O Pharol. Juiz de Fora, 21 e 22 de fevereiro de 1896.

CONCLUSÕES

A expansão do café na Zona da Mata acontece a partir da segunda metade do século XIX. O seu período áureo, marcado por rápidas fases recessivas, situa-se entre 1870 e 1905.

As técnicas de cultivo e beneficiamento do produto, assim como a estrutura de comercialização são semelhantes às daquelas das demais regiões de grande lavoura cafeeira. A mão de obra escrava é predominante até a abolição.

Com o objetivo de compreender o contexto no qual se insere a atividade cafeeira da Zona da Mata, apresentamos uma análise do desenvolvimento da economia de Minas Gerais ao longo do século XIX. Constatamos a importância de uma série de atividades mercantis desenvolvidas na província durante este período: pecuária, tabaco, algodão em rama, mineração e agricultura produtora de alimentos voltada para a exportação para o Rio de Janeiro. Toda esta atividade mercantil diversificada e espalhada pelo território mineiro fez com que se incrementasse uma rede comercial com ranchos, vendas e alimentos para os viajantes e seus animais. O escravo era mão de obra fundamental nestas atividades mercantis. Minas foi o maior importador de escravos ao longo do século XIX, constituindo o maior plantel escravis

ta do Brasil.

O boom cafeeiro dos anos 70 não altera substancialmente esta realidade econômica. Minas configura-se ao longo do período como um "mosaico de regiões" que têm interesses e força política próprias. A não integração entre as diversas regiões se traduziu numa unidade política tensa. Esta é uma diferença marcante em relação à região cafeeicultora paulista.

Dentro deste mosaico a importância decisiva do café pode ser avaliada através da análise dos orçamentos provinciais. A arrecadação obtida com os impostos sobre o café representa a quase totalidade da receita provincial. A força política dos cafeeicultores faz com que sejam sistematicamente aprovados projetos que privilegiam o desenvolvimento da Zona da Mata. O exemplo mais marcante é a construção da rede ferroviária.

Foi a partir deste quadro da economia mineira que passamos a analisar a transformação do trabalho na sua região mais dinâmica - a Zona cafeeicultora da Mata.

Os cafeeicultores tinham uma proposta sobre o encaminhamento das transformações que a sociedade inevitavelmente enfrentaria tendo em vista o final previsível da escravidão.

A Lei de 1871 definia um processo de abolição lento e gradual com vistas à incorporar o ex-escravo ao mundo das relações de trabalho livre. Contou com a aquiescência do conjunto das províncias cafeeicultoras. Entretanto, ao final da década de 70, este encaminhamento político começa a ser questionado, basicamente por grupos paulistas, tendo em vista a dificuldade crescente em submeter os escravos.

No Congresso Agrícola de 1878, as diferenças entre as regiões produtoras de café já se faz sensível tendo em vista as propostas encaminhadas e discutidas para resolver os problemas mais urgentes da grande lavoura.

São Paulo apresenta, em proposta bastante elaborada, alternativas imigrantistas. A introdução de estrangeiros é defendida como forma primeira de resolver o grande estrangulamento desta região: a mão de obra.

Minas e Rio de Janeiro também possuem propostas para enfrentar o fim do trabalho escravo. Entretanto, para mineiros e fluminenses os grandes problemas da lavoura são capital e crédito. É neste campo que se reivindica a ação do Estado. No que se refere à questão da mão de obra aposta-se na vigência do projeto de 71, dentro da idéia de que precisa-se de tempo para que se possa adequar esta população aos ditames do trabalho livre. Neste sentido querem garantias sobre a permanência da escravidão, a não alteração das regras vigentes e a instauração de escolas agrícolas para ingênuos e libertos.

As reivindicações dos cafeicultores expressas nas discussões de 1878 são reveladoras de que o "apego" à escravidão não se devia a uma suposta mentalidade arcaica ou não empresarial destes produtores. A análise do conjunto de suas intervenções revela antes uma compreensão das profundas transformações em curso na sociedade brasileira e a existência de propostas concretas e elaboradas de como encaminhar estas transformações. Parece-nos que o predomínio paulista no cenário nacional a partir dos anos 80 deve-se tanto ao vigor da economia do café no Oeste quanto ao crescente poder político dos paulistas que impõem ao con-

junto do país seu projeto regional de encaminhamento da transição.

As duas regiões reivindicam intervenções do Estado de natureza distintas, sempre para atuar naquilo que era a dificuldade de expansão de suas economias. São Paulo, como dissemos, vai cada vez mais garantir a ação decisiva do Estado no subsídio à imigração já que a questão da mão de obra era o grande limite à expansão de sua economia.

Minas Gerais reivindica uma ação do Estado na criação de uma estrutura de transportes, de concessão de crédito farto e barato. Estas eram as questões nevrálgicas da cafeicultura mineira.

A intervenção do Estado no subsídio, a imigração, em meados dos anos 80, e o sucesso da experiência paulista faz com que a província mineira estabeleça uma série de políticas imigrantistas, ainda que seu caráter colonizador ou não, fosse ponto de divergência nas discussões da Assembleia Legislativa Provincial. Estas políticas resultam em sistemáticos fracassos. Os contratos feitos não são cumpridos, os poucos trabalhadores introduzidos apresentam problemas. Não se adequam às exigências dos fazendeiros, emigram para São Paulo ou não possuem experiência em trabalhos agrícolas. Os cafeicultores encaram com a máxima reserva a introdução de imigrantes a ponto de não solicitarem ao estado imigrantes e de não construírem as habitações necessárias para alojá-los.

Esta negação da imigração como solução de braços para a lavoura não significa arcaísmo ou recusa das relações de trabalho livre. Antes demonstra que a solução para a questão da mão de obra foi encontrada internamente, com a popu

lação existente. Por isso, os cafeicultores reivindicam a aprovação de boas e eficazes Leis de Locação de Serviços, para reprimir o ócio e a vagabundagem.

Apesar da falência das políticas imigrantistas, muitos contratos foram financiados pelo estado. A especulação com a mão de obra estrangeira era apontada como um dos elementos limitadores das possibilidades de sucesso da imigração. A partir destas denúncias uma das questões que merecem melhor avaliação na análise da imigração é a questão da especulação com a mão de obra. É interessante destacar que o Senador Vergueiro introduziu ainda nos anos de 1850, trabalhadores livres na sua fazenda. Tendo em vista o sucesso do empreendimento foi constituída uma firma para realizar o transporte transoceânico destes trabalhadores para diversas fazendas de São Paulo. Em Minas Gerais, já na década de 80, firmaram-se vários contratos com firmas semelhantes. Mas o curioso é que o Senador tinha sido mercador de escrevos e utilizava sua frota para realizar este novo empreendimento. O que estamos querendo sugerir, a partir das indicações documentais, é que a imigração pode ter sido um atraente campo de investimento para setores do capital comercial, ociosos com o fim do tráfico. Mas isto é outra história.

A cafeicultura da Zona da Mata não tinha a capacidade de acumulação encontrada no Oeste Paulista. Vários eram os fatores que limitavam a possibilidade de acumulação e retenção dos excedentes: estrutura de comercialização sediada no Rio de Janeiro, fechamento da fronteira na década de 90, grande número de cafezais velhos com produtividade decrescente, pequeno número de novos pés de café dado os al-

tos custos monetários envolvidos em sua formação. Estas características, associadas ao contingente populacional internamente disponível, demarcaram as possibilidades e alternativas na instauração de relações de trabalho livre.

Foram basicamente duas as relações que permitiram a continuidade da exploração do café. A parceria, com trabalhadores fixos, residentes nas fazendas, e o assalariamento temporário com base no migrante sazonal de outras regiões do estado. O parceiro, denominado de colono pelos contemporâneos, era responsável por partes previamente demarcadas dos cafezais. Devia realizar as carpas e a colheita. Recebia metade dos lucros auferidos com a venda do produto. Em geral, tinha que pagar pelo beneficiamento do produto e dependia dos preços conseguidos no mercado pelo proprietário, responsável pela comercialização local do produto. Além disto, podia realizar cultura de cereais intercalar ou em terrenos demarcados. Esta era uma atividade fundamental para o parceiro que tanto comercializava estes cereais quanto garantia parte de sua subsistência. Apesar de ser considerada como mais um fator de queda da produtividade a cultura intercalar era permitida mesmo em cafezais adultos, já que esta era reivindicação dos trabalhadores e funcionava como atrativo para garantir sua permanência nas propriedades.

O trabalhador que migrava de outras regiões do estado, em geral do Norte, era contratado por determinado período do ano agrícola (em geral de 3 a 4 meses por ano) para auxiliar na realização da colheita. Recebia salário e tinha tarefas bastante definidas. Findo este período retornava em geral para sua região de origem, onde realizava expe-

dientes e biscates urbanos ou mantinha pequenos roçados em suas terras (posse ou propriedade). O dinheiro ganho na colheita do café garantia o complemento necessário à sua sobrevivência.

A instauração destas relações de trabalho é compreendida a partir da necessidade primeira do capital em submeter esta população. É necessário fixar, controlar, obrigar ao trabalho esta força de trabalho potencial. O assalariamento é, na teoria, a relação ideal para a reprodução do capital pois que todos os agentes livres, se deparam como vendedores e compradores de mercadoria. Entretanto, a adoção de relações de trabalho é determinada pela luta concreta entre trabalhadores e empregadores. A realização do lucro depende da capacidade que tem o capital de submeter o trabalho. Estas relações apontadas teriam sido neste momento aquelas mais eficazes para permitir a reprodução do capital.

O momento que aqui analisamos é particularmente rico para compreender a constituição destas relações já que está se configurando pela primeira vez um mercado de trabalho organizado. Entretanto, uma análise da agricultura brasileira, hoje, mostra que estas relações permaneceram, ainda que em outro quadro de desenvolvimento do capitalismo.

As políticas de colonização foram tentadas ao longo do período estudado sem que tenham tido significativo sucesso. Destacamos, entretanto, a pertinência de estudar os núcleos de colonização oficiais criados na Zona da Mata a partir de 1907 como uma estratégia para enfrentar a crise da cafeicultura, a decadência dos cafezais e as hipotecas. Estes núcleos, ainda que numericamente bastante modestos,

funcionavam como possibilidade de incremento da policultura, como depósito de trabalhadores disponíveis para trabalhos temporários nas fazendas e ainda livravam os proprietários de parte das hipotecas.

Este era o encaminhamento proposto pelos mineiros. Foi implementado mas de forma subordinada ao projeto paulista. Ele mostra que a passagem para o trabalho livre não se resume ao caso de São Paulo. Esta transição se realiza sob outras formas nas demais regiões que de modo algum estão estagnadas. O discurso e a intervenção do Estado sobre a cafeicultura, em particular sobre a imigração, significa um privilegiamento da solução do problema colocados pelas formas da transição em São Paulo.

A hegemonia da burguesia cafeeira paulista - que se manifesta simultaneamente no dinamismo da economia paulista e na influência dos seus representantes na política governamental - altera e subordina as condições de desenvolvimento das demais regiões do país.

Entretanto, o estudo do caso mineiro é fundamental, na medida em que amplia a compreensão do intrincado processo nacional de transformação do trabalho.

A N E X O I

CUSTEIO DAS LAVOURAS NA ZONA DA MATA
POR FAZENDA VISITADA*

	Salário	Meação	Contrato	Empreitada	Observações
Salvaterra (JF)	1\$700 seco	•	•		
São Matheus (JF)			•		130 fam.italianos colonato em S. Paulo
Sto Antonio (JF)	1\$200 1\$400				
Paciência (JF)	1\$400 seco		•		40 fam. colonos 22 fam. italianos
São Luiz (JF)	-	-	-	-	muitos italianos
Quinta Conceição (JF)	1\$600 seco		•		70 operários 02 fam. italianos
São Fernando (RN)	1\$600 seco	•			
Santa Cecília (RN)	-	-	-	-	colonos italianos
Bella Cruz (RN)	1\$500 seco				lavoura é entregue feita e tratada
Vista Alegre (P)	•		• (p/forma- ção cafezal)		
Roça Grande (SN)	1\$500	•			50 fam. colonos 10 italianos
Liberdade (G)			•		30 fam. col./5 fam. italianos lavoura entregue formada
Mutuca (MH)	1\$500 seco	•		•	
Santa Delfina (RP)	1\$300 seco				30 fam. colonos

CUSTEIO DAS LAVOURAS NA ZONA DA MATA
POR FAZENDA VISITADA*

	Salário	Meação	Contrato	Empreitada	Observações
Crissiuma					não tem café
Ana Florencia (PN)	•			•	30 fam. colonos, 08 fam. italianos
Boa Esperança (PN)	1\$400 + comida				
Santa Ana (RB)			•		formação e manutenção 52 fam. col./12 fam.ital.
Barral (RB)					15 fam. colonos 13 fam. italianos
Desengano (AP)				•	
Bom Retiro (AP)	•				
Santo Antonio (AP)				•	
Palmeiras Fortaleza (Pa)		•			
Monte Alegre (Pa)		•			
Santa Rosa (M)	1\$600 seco				mínimo 60 operários fixos 20 fam. italianos, mas eles recebem salários e não são colonos.
Saudade (M)		•			
Transwaal (M)	•				Meação só para fumo.
Alto Pongo (M)	•	•			
	(lavoura em formação)	(lavoura formada)			

CUSTEIO DAS LAVOURAS NA ZONA DA MATA
POR FAZENDA VISITADA*

	Salário	Meação	Contrato	Empreitada	Observações
Livramento (SM)	• (lavoura em formação)	• (lavoura formada)			
Monte Verde (C)	1\$800 seco			• (p/capina)	
Recreio (U)	1\$600 seco (nacionais)	•			41 fam. colonos 18 fam. ital. (meeros)
Floresta (U)					03 fam. italianos muitos colonos nacionais
Bras (U)	1\$000 + comida		•		68 fam. colonos 16 fam. italianos

(*) Várias outras fazendas foram visitadas mas não foram registradas informações. Em geral as fazendas sobre as quais são registrados os dados são as maiores e mais desenvolvidas da região. Dados cf. Carlos Prates, op. cit.

AP = São José D'Além Paraíba
C = Carangola
G = Guarará
JF = Juiz de Fora
MH = Mar de Hespanha
M = São Paulo do Muriaé
Pa = Palma
P = Pomba

PN = Ponte Nova
RB = Rio Branco
RN = Rio Novo
RP = Rio Preto
SJN = São João do Nepomuceno
SM = São Manuel
V = Viçosa
U = Ubã

CUSTEIO DA LAVOURA NA ZONA DA MATA
POR MUNICÍPIO

	Salário (Jornal)	Meação	Contrato	Empreitada
Juiz de Fora	•		•	
Rio Novo	•	•		
Pomba	•	•		
S.J. Nepomuceno	•	•		
Guarará	•	•		
Mar Hespanha	•	•		
Rio Preto	•	•		
Viçosa	•	•		•
Ponte Nova	-	-	-	-
Rio Branco	•	•		•
S.J.D'Além Paraíba	•	•		
Palma				
Muriahê	•	•		
São Manoel	•	•		•
Carangola	•	•		
Leopoldina	•	•		
Cataguazes	•	•		
Ubã	•	•		

Fonte: Relatório Carlos Prates.

A N E X O I I

ANEXO II

DISTRIBUIÇÃO (%) DA POPULAÇÃO DOS NÚCLEOS COLONIAIS DE MINAS GERAIS:

1897 - 1920

1. Região de Belo Horizonte

Ano	Brasileiros	Italianos	Outros
1.1. Barreiro			
1897	57,5	18,0	24,5
1.2. Afonso Pena			
1901	55,7	19,0	25,3
1902	59,1	21,0	19,9
1909	58,1	20,2	21,7
1910	50,9	25,2	23,9
1.3. Carlos Prates			
1901	34,0	51,5	14,5
1902	35,7	50,1	14,2
1909	31,1	54,7	14,2
1918	18,8	66,2	15,0
1.4. Bias Fortes			
1901	26,4	59,1	14,5
1902	27,8	60,0	12,2
1909	57,4	33,1	9,5
1910	63,5	30,9	5,6
1.5. Córrego da Mata			
1901	40,2	26,2	33,6
1902	40,4	28,7	24,9

Ano	Brasileiros	Italianos	Outros
1.6. Adalberto Ferraz			
1901	61,5	6,1	32,4
1902	67,7	23,1	9,2
1909	76,5	14,7	8,8
1910	79,0	12,0	9,0
1.7. Américo Werneck			
1909	57,4	34,0	13,6
1910	47,3	33,9	18,8
2. Zona da Mata			
2.1. Constança			
1909	14,3	-	85,7
1910	19,2	44,7	36,1
1917	64,6	24,1	11,2
1918	65,5	24,3	10,2
1920	10,5	37,4	52,1
2.2. Vargem Grande			
1909	12,2	10,7	77,1
1910	19,4	12,5	68,1
1917	40,7	22,3	37,0
1918	39,0	17,0	44,0
1920	50,2	12,3	37,6
2.3. Guidoal			
1920	6,2	-	93,8

Ano	Brasileiros	Italianos	Outros
2.4. Santa Maria			
1910	66,0	32,0	2,0
1917	56,4	35,4	8,2
1918	56,6	35,4	8,0
2.5. Major Vieira			
1917	49,1	47,3	3,6
1918	74,5	19,1	6,4
1920	61,6	22,7	15,7
2.6. Rio Doce			
1917	72,2	21,4	6,4
1918	72,3	21,9	5,8
1920	74,4	20,5	5,1
2.7. Vaz de Melo			
1920	25,0	-	75,0
2.8. Pedro de Toledo			
1917	79,7	11,6	8,7
1918	89,1	5,2	5,7
1920	94,4	2,8	2,8
2.9. Barão de Ayuroca			
1917	80,8	7,8	11,4
1918	84,0	10,7	5,3
1920	61,6	22,7	15,7

Ano	Braçileiros	Italianos	Outros
2.10 Rodrigo Silva			
1897	6,3	91,0	2,7
1901	18,0	79,0	3,0
1902	17,0	75,4	7,0
1909	15,7	82,0	2,3
1910	-	-	-
1917	17,3	80,9	1,8
1918	16,9	81,3	1,8
3. Diversos			
3.1. São João Del Rey			
1897	43,7	56,3	-
3.2. Francisco Sales (município de Pouso Alegre)			
1901	14,5	28,0	57,5
1902	11,8	26,8	61,4
1909	32,6	21,4	46,0
1910	36,6	22,1	31,5
1917	43,2	25,6	31,2
1918	52,8	27,5	19,7
3.3. Nova Baden (município de Lambari)			
1901	23,5	6,6	69,9
1902	34,2	16,2	49,9
1909	52,6	14,2	33,2
1910	46,7	14,2	39,1
1917	64,0	15,3	28,7
1918	74,4	13,2	12,4

Ano	Brasileiros	Italianos	Outros
-----	-------------	-----------	--------

3.4. Itajubá

1909	3,9	3,9	92,2
1910	18,6	12,0	54,5

3.5. Wenceslau Brás (município de Sete Lagoas)

1910	-	100,0	-
1917	56,6	43,4	-
1918	66,4	33,6	-
1920	67,8	27,8	4,4

3.6. Conselheiro Joaquim Delfino (município de Cristina)

1917	60,4	14,6	25,0
1918	62,9	13,8	23,3
1920	70,5	8,0	21,5

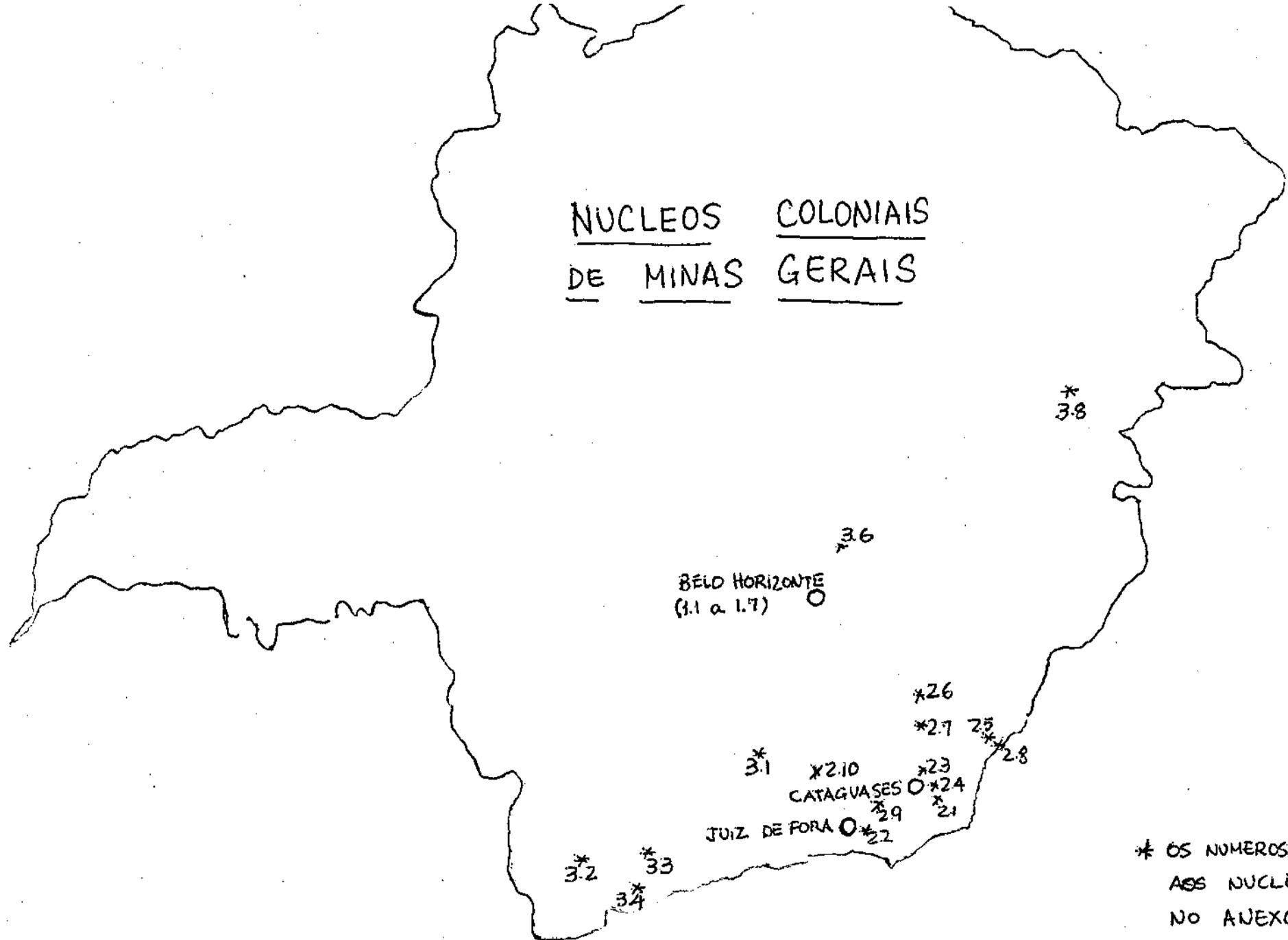
3.7. Colônia Indígena de Itabamcury

1917

1918 população indígena

1920

NUCLEOS COLONIAIS
DE MINAS GERAIS



* OS NUMEROS INDICADOS CORRESPONDEM
AOS NUCLEOS COLONIAIS RELACIONADOS
NO ANEXO III

A N E X O III

INFORMAÇÕES CONTIDAS NOS RELATÓRIOS, FALLAS, MENSAGENS DE
PRESIDENTE DE PROVÍNCIA E ESTADO DE MINAS GERAIS - 1870-1920

Ano	Cafe (1)	Pop. Escrava	Alforrias	Imig.	Col.	Carência M.O.	Outros (2)
1870	•					•	•
1871		•		•	•		•
1872							
1873				•	•	•	•
1874	•	•	•				
1875	•		•				
1876					•		•
1877	•		•	•	•		
1878	•		•		•		
1879			•				•
1880			•				
1882	•		•	•			
1883	•*	•	•				•
1884	•**	•	•	•		•	
1885	•		•	•			•
1886				•	•		
1887	•			•	•	•	
1888	•	***		•	•	•	

* Tabela comparativa da receita arrecadada 1879-80/1880-81/
1881-82.

** Quadro da renda da província de Minas Gerais 1867-68/1882-83
especificada por impostos.

***Exaltação da abolição e não prevê distúrbios.

(1) Produção, Exportação, Taxação e Comercialização.

(2) Relação da mão de obra e diversos problemas econômicos do
Estado.

Ano	Cafê	Imig.	Col.	Carência M.O.	Outros
1889		•	•		
1892	•	•		•	
1893	•	•		•	•
1894		•		•	•
1895	•	•		•	
1896		•		•	
1897	•	•	•		•
1898	•	•	•		
1899	•*				
1900	•		•		
1901	•	•	•		
1902	•	•	•	•	
1903	•	•	•		•
1904	•				
1905			•		
1906			•		
1907	•		•		•
1908	•		•		
1909	•				
1910	•		•		
1911	•		•		
1912		•	•		
1913		•	•		
1916	•	•	•		
1917	•	•	•		
1918		•	•		
1919	•	•			
1920	•	•	•		•

* Primeira referência do café do Sul de Minas exportado pelo porto de Santos.

BIBLIOGRAFIA

- D'ALENCASTRO, Felipe. "Proletaires et esclaves: imigrés portugais, et captifs africains à Rio de Janeiro", in: Cahier du CRIAR. nº 4, Publications de la Université de Rouen, Rouen, 1984.
- ARAÚJO, Marinho de. Rio Preto: resumo histórico. Rio Preto, Typ. do Progresso, 1937.
- ARRUDA, Alzir Nascimento. Princesa da Mata: História de uma cidade. Cataguases, s/d.
- BARRETO, Abílio. Belo Horizonte: memória histórica e descritiva (história média). Belo Horizonte, Ed. Livraria Rex, 1936.
- BETHEL, Leslie. A abolição do tráfico de escravos no Brasil. Trad. São Paulo, Expressão e Cultura/EDUSP, 1976.
- BLASENHEIM, Peter L. A regional history of the Zona da Mata in Minas Gerais, 1870-1906. Tese de PhD em Stanford University, 1982, mimeografado.
- CÂNDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo, Duas Cidades, 1979.
- CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo, Difel, 1977.
- _____. "Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850/1920)", in: Anais do XII Encontro Nacional de Economia. São Paulo, 1984.

- CARDOSO, Fernando H. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 2^a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil. Trad. Rio de Janeiro, Livr. Bras/MEC, 1975.
- COSTA, Emilia Viotti da. "O escravo na grande lavoura", in: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, vol. 3, org. Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, Difel, 1967.
- _____. Da monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo, Grijalbo, 1977.
- _____. Da senzala à colônia. 2^a ed., São Paulo, Ciências Humanas, 1982.
- DEAN, Warren. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920. Trad. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- DELFIN NETTO, Antônio. O problema do café no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas/Ministério da Agricultura/SEPLAN, 1979.
- EISENBERG, Peter. "A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878", in: Modos de produção e realidade brasileira. Org. José R. Amaral Lapa. Petrópolis, Vozes, 1980.
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo, Editora Ática, 1978.
- FRANCO, M.S. Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, Editora Ática, 1974.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 12^a ed. revisada, São Paulo, Editora Nacional, 1974.

- GEBARA, Ademir. The transition from slavery to free labour in Brazil, 1871-1888: slaves legislation and the organization of the labour market. Tese de PhD na London School of Economics, 1984, mimeografado.
- GOMES, Lindolfo. A tradicional fazenda de São Matheus em Juiz de Fora. Juiz de Fora, Cia. Dias Cardoso, 1933.
- GOMES, Paulo Emilio Sales. Humberto Mauro, Cataguazes, Cinearte. São Paulo, Perspectiva (Estudos), 1981.
- GORENDER, J. O escravismo colonial. São Paulo, Editora Ática, 1978.
- HALL, Michael. The origins of mass immigration in Brazil 1871-1914. Tese de doutoramento na Universidade de Columbia, 1969, mimeografado.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. "As colônias de parceria", in: Historia Geral da Civilização Brasileira. tomo 2, vol. 3, org. Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, Difel, 1967.
- IANNI, Octavio. "Progresso econômico e trabalhador livre", in: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, vol. 3, org. Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo, Difel, 1967.
- IGLÉSIAS, Francisco. "Minas Gerais", in: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, vol. 2, org. Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, Difel, 1964.
- LENHARO, Alcir. As tropas da moderação. São Paulo, Editora Símbolo, 1979.
- LIMA, João Heraldo. Café e indústria em Minas Gerais 1870-1970. Petrópolis, Vozes, 1981.

- LOBO, Eulalia M. L. "Economia do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX", in: Economia brasileira uma visão histórica. Org. Paulo Neuhus, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1980.
- LUNA, Francisco V. & CANO, Wilson. Economia escravista em Minas Gerais. Cadernos IFCH UNICAMP, 10, Campinas, 1983.
- MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. A economia política do café com leite (1900-1930). Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1981.
- MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- MARTINS, Roberto. Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century in Minas Gerais, Brazil. Tese de doutoramento, Vanderbilt University, 1980, mimeografado.
- _____. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Texto para discussão nº 10, B. Horizonte, CEDEPLAR, 1980.
- _____. "Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora", in: Estudos Econômicos. vol. 13, nº 1, São Paulo, IPE, 1983.
- MARTINS, Roberto & MARTINS, M^a do Carmo Salazar. "As exportações de Minas Gerais no século XIX", in: Revista Brasileira de Estudos Políticos. nº 58, Belo Horizonte, Imprensa Universitária, jan./1984.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. 3^a ed., São Paulo, Brasiliense, 1984.
- MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. Trad. São Paulo, HUCITEC/Polis, 1984.
- MONTEIRO, Norma de Goes. Imigração e colonização em Minas Gerais 1889-1930. Tese de doutoramento, FAFICH/UFMG, Be

- lo Horizonte, 1973, mimeografado.
- NOVAIS, Fernando A. Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII). Cadernos CEBRAP. nº 17, São Paulo, 1978.
- PETRONE, Tereza S. "Imigração assalariada", in: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, vol. 3, org. Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, Difel, 1967.
- PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil. 17^a ed., São Paulo, Brasiliense, 1974.
- _____. Formação do Brasil contemporâneo. 15^a ed., São Paulo, Brasiliense, 1977.
- PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1973.
- REZENDE, Francisco de Paula Ferreira. Minhas recordações. Rio de Janeiro, José Olympio, 1944.
- SALLUM JR., Brasílio. Capitalismo e cafeicultura no Oeste Paulista 1889-1930. São Paulo, Duas Cidades, 1982.
- SANTIAGO, Sinval de. "O bicentenário do município de Rio Pomba", in: Rev. Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora. Juiz de Fora, ano IV, junho de 1968.
- SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. 5^a ed., São Paulo, Alfa-Ômega, 1981.
- SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. 2^a ed., São Paulo, Editora Nacional, 1977.
- SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Cadernos IFCH UNICAMP, nº 17, Campinas, 1985.
- STOLCKE, Verena e HALL, Michael. "A introdução do trabalho livre nas fazendas de café em São Paulo", in: Revista Brasileira de História. nº 6, São Paulo, set./1983.

WIRTH, Jonh D. O fiel da balança: Minas Gerais na Federação brasileira 1889-1937. Trad. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

FONTES PRIMÁRIAS

- Anais da Assemblêia Provincial de Minas Gerais. Primeiro ano da vigésima primeira legislatura. Ouro Preto, Typ. J.F. de Paula Castro, 1876.
- Anais da Assemblêia Legislativa Provincial de Minas Gerais. Segundo ano da vigésima sexta legislatura, sessão de 1887. Ouro Preto, Typ. "Provincia de Minas", 1887.
- Anais da Assemblêia Legislativa Provincial de Minas Gerais. Primeiro ano da vigésima sétima legislatura, sessão de 1888. Ouro Preto, Typ. do "Liberal Mineiro", 1888.
- Anais da Assemblêia Legislativa Provincial de Minas Gerais. Segundo ano da vigésima sétima legislatura, sessão de 1889. Ouro Preto, Typ. do "Liberal Mineiro", 1889.
- Anais da Câmara dos Deputados. 10 de junho de 1887.
- Anais da Câmara dos Deputados. 11 de julho de 1888.
- A Actualidade. Ouro Preto, 20 de julho de 1878, nº 40, Ano I.
- A Actualidade. Ouro Preto, 28 de junho de 1879.
- CARNEIRO, Moraes. "Mar de Hespanha 1880", in: A Provincia de Minas. Ouro Preto, 27 de novembro de 1880.
- CARVALHO, Antonio de. Uma fazenda mineira. "Monographia - Estudo de uma fazenda modelo". Belém, Typ. Diário Oficial, 1889.

- Centro Industrial do Brasil. O Brasil: suas riquezas naturais, suas indústrias. vol. II, Rio de Janeiro, 1908.
- Congresso Agrícola. Atas do Congresso Agrícola. Coleção de Documentos. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1878.
- Congresso Agrícola. Atas do Congresso Agrícola de Recife, anexo in: Relatório do Ministério da Agricultura de 1879. Rio de Janeiro, Imprensa Industrial, 1879.
- Congresso Agrícola. Conclusões apresentadas ao Governo do Estado pelo Congresso Industrial, Agrícola e Comercial. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1903.
- DAVATZ, Thomas. Memórias de um colono no Brasil. São Paulo, Martins, 1951 (com prefácio de Sérgio Buarque de Holanda).
- Diretoria Geral de Estatística. Núcleos coloniais e naturalizações.
- Fala que o Exm. Sr. Dr. Antônio Gonçalves Chaves dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na segunda sessão da vigésima quarta legislatura. Ouro Preto, Typ. "Liberal Mineiro", 1883.
- Fala que o Exm. Sr. Dr. Antônio Gonçalves Chaves dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na primeira sessão da vigésima quinta legislatura. Ouro Preto, Typ. "Liberal Mineiro", 1884.
- Fala que à Assembléia Provincial de Minas Gerais dirigiu o Exm. Sr. Dr. Luiz Eugênio Horta Barbosa ao instalar-se a primeira sessão da vigésima sétima legislatura em 19 de junho de 1888. Ouro Preto, Typ. J.F. Paula Castro, 1888.
- GONÇALVES, Francisco de Paula Lázaro. Relatório apresentado à Associação Promotora da Imigração em Minas. Juiz

de Fora, Typ. do Pharol, 1888.

JACOB, Rodolpho. Minas Gerais no XX^o século. Rio de Janeiro, Gomes Irmão e Cia., 1911.

O Jornal. Edição comemorativa de 1927.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Afonso Augusto Moreira Pena ao Congresso Mineiro em sua terceira sessão ordinária da primeira legislatura. Ouro Preto, Imprensa Oficial, 1893.

LAERNE, C.F. van Delden. Le Brésil et Java rapport sur la culture de café en Amérique, Asie et Afrique. Paris/Haia, Challomel Ainé/Martinus Nijhoff, 1885.

O Pharol. Juiz de Fora, 21 e 22 de fevereiro de 1896.

Prates, Carlos. A lavoura e a indústria da Zona da Mata. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1906.

A Provincia de Minas. Ouro Preto, 11 de dezembro de 1880.

A Provincia de Minas. Ouro Preto, 28 de junho de 1879.

Regulamento mineiro que reorganiza a Diretoria de Agricultura e dispõe sobre colonização. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 8 de junho de 1907.

Relatório que à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou no ato da abertura da sessão ordinária de 1870 o Vice-Presidente Dr. Agostinho José Ferreira Bretas. Ouro Preto, Typ. Provincial, 1870.

Relatório que à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou na sessão ordinária de 1873 o Presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa. Ouro Preto, Typ. J. F. Paula Castro, 1873.

Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de Minas Gerais pelo Presidente Francisco Leite da Costa Belém. Ouro Preto, 1874.

Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Dr. David Moretzsohn Campista. Ouro Preto, Imprensa Oficial, 1893.

Relatório apresentado ao Dr. Secretário da Agricultura do Estado de Minas Gerais pelo Inspetor de Terras e Colonização Dr. Carlos Prates em 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial, 1897.

Relatório apresentado ao Dr. Secretário de Estado do Interior do Estado de Minas Gerais pelo Inspetor de Terras e Colonização engenheiro Carlos Prates. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1902.

Relatório apresentado ao Dr. Secretário de Estado do Interior do Estado de Minas Gerais pelo Inspetor de Terras e Colonização engenheiro Carlos Prates. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1903.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Gonçalves de Souza, Secretário da Agricultura, pelo engenheiro Carlos Prates, Diretor de Agricultura, Terras e Colonização referente ao ano de 1910. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1911.

SAINT-HILAIRE, A. Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974.

O Serro. Serro, 7 de maio de 1893.

O Serro. Serro, 13 de novembro de 1879.

O Serro. Serro, 28 de junho de 1892.

THIRÉ, Arthur. "Assumptos Agrícolas", in: Revista Industrial de Minas Gerais. Ano I, 15 de agosto de 1894, Ouro Preto, Imprensa Oficial, 1894. Publicação mensal auxiliada pelo governo do Estado.